

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

MATHEUS PICCOLI

**DA HEGEMONIA A UMA CONJUNTURA DE CRISE
POLÍTICA (1929-1932): A PARTICIPAÇÃO PAULISTA**

São Carlos, SP

2014

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

**DA HEGEMONIA A UMA CONJUNTURA DE CRISE
POLÍTICA (1929-1932): A PARTICIPAÇÃO PAULISTA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Ciência Política, do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre.

Orientadora: Prof^a Dr^a Maria Teresa Miceli Kerbauy

São Carlos, setembro de 2014

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

P591hc Piccoli, Matheus.
 Da hegemonia a uma conjuntura de crise política (1929-
1932) : a participação paulista / Matheus Piccoli. -- São
Carlos : UFSCar, 2015.
 124 f.

 Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São
Carlos, 2014.

 1. Instituições políticas. 2. São Paulo (Estado). 3. Partido
Republicano Paulista. 4. Vargas, Getúlio Dornelles, 1883-
1954. 5. Brasil - história - revolução, 1930. 6. Luis,
Washington, 1869-1957. I. Título.

CDD: 306.2 (20^a)



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA
BANCA EXAMINADORA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE
Matheus Piccoli

10/09/2014

Prof. Dra. Maria Teresa Miceli Kerbauy
Orientadora e Presidente
Universidade Federal de São Carlos/UFSCar

Prof. Dr. Pedro José Floriano Ribeiro
Universidade Federal de São Carlos/UFSCar

Prof. Dr. Carlos Henrique Gileno
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" / UNESP

Submetida à defesa em sessão pública
Realizada às 10:00h no dia 10/09/2014.

Banca Examinadora:
Prof. Dra. Maria Teresa Miceli Kerbauy
Prof. Dr. Pedro José Floriano Ribeiro
Prof. Dr. Carlos Henrique Gileno

Homologado na CPG-PPGPOL na
38ª Reunião no dia 15/10/14.

Prof. Dra. Vera Alves Cepêda
Coordenadora do PPGPOL

Em memória de meu querido pai, Nelson.

Agradecimentos

Após dois anos de trabalho demandado para a conclusão desta pesquisa, gostaria de agradecer a atenção de algumas pessoas que percorreram esse caminho comigo.

Antes de tudo, o apoio de minha família foi fundamental, agradecendo desde já a minha mãe, Marilda, e meu irmão, Danilo. O apoio e amor dessa professora especial desde o início de minha vida foi fundamental para desenvolver meu senso crítico e a vontade de sempre querer aprender mais, buscando novos conhecimentos; muito obrigado mãe. As conversas com meu irmão, sobre os mais variados assuntos, sempre enriqueceram meus trabalhos, e sou grato por isso. Ambos foram fundamentais para a construção deste trabalho, me dando o suporte necessário para enfrentar este desafio.

Gostaria também de agradecer minha orientadora, Prof^o Dr^a Maria Teresa Miceli Kerbauy. Nossa relação começou por motivos burocráticos inesperados, e mesmo assim ela me acolheu com afincos e dedicação, sempre presente quando precisava de sua ajuda. Aproveito para agradecer também ao Prof^o Dr^o Pedro Floriano Ribeiro e Prof^o Dr^o Carlos Henrique Gileno por disponibilizarem com gentileza um tempo para a leitura e correção desta dissertação, participando de minha banca. Agradeço também a Prof^a Dr^a Maria do Socorro Braga e Prof^a Dr^a Elizabeth Balbachevsky por participarem como suplentes.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) agradeço pela oportunidade da bolsa de estudos oferecida através do Programa de Pós Graduação em Política (PPGPOL) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Sem este auxílio, não haveria plena tranquilidade para focar realmente apenas na pesquisa. Agradeço tanto ao PPGPOL quanto a UFSCar, esta que me acompanha desde a entrada na graduação, pelos momentos marcantes em minha trajetória tanto acadêmica quanto social.

Agradeço também a todos os meus amigos que compartilharam desta caminhada, seja ajudando diretamente ou não na pesquisa. Todos foram importantes, cada um com sua participação essencial. Por fim, agradeço ao carinho de minha namorada Victoria, uma pessoa especial, por me dar momentos de felicidade e prazer, fazendo com que o tempo voasse quando em sua companhia.

A todos, o meu muito obrigado.

"Os cientistas tentam eliminar suas teorias falsas, tentam deixar que elas morram em lugar deles. O crente - seja animal ou homem - perece com suas crenças falsas". Karl Raimund Popper.

Resumo

A Primeira República (1889-1930) é conhecida pela organização federativa, o domínio dos Partidos Republicanos estaduais, e a economia voltada para a produção do café, o maior produto de exportação do país até a Grande Crise de 1929, que alterou a dinâmica da economia mundial. Nos quadros políticos da sociedade da última década do regime, a de 1920, ocorreram grandes perturbações sociais desembocando em uma conjuntura insustentável, acarretando em uma transformação do sistema político após a vitória de Júlio Prestes. Sua candidatura, escolhida por Washington Luís, e posteriormente sua vitória eleitoral, provocou o descontentamento da elite política mineira, gaúcha e das oposições estaduais. Esse desentendimento foi o ponto crucial para a fragmentação do sistema, gerando uma nova organização política no Brasil, totalmente diversa do período republicano, pautada em uma centralização administrativa em torno da União. Assim, este presente trabalho visa estudar qual o papel, principalmente dos atores políticos paulistas, nos acontecimentos relacionados à Revolução de 1930, e como ela se comportou diante deste marco na historiografia brasileira. Procura-se entender por qual razão o federalismo que beneficiava o Estado de São Paulo ruísse e afetasse sua independência frente aos outros Estados conseguida com o fim do Império e a Proclamação da República. Relacionado a esse problema central, três perguntas são anexas: Qual a razão de Washington Luís ter escolhido um candidato paulista para sua sucessão? Ele estava agindo conforme as normas institucionais do período ou sua escolha foi precipitada, causando a aceleração do processo de queda do sistema? Como reage a elite política de São Paulo com esta escolha, tanto antes quanto posterior a revolução? Para isso, é utilizado o método da análise situacional. Através da modelagem da sociedade brasileira, observa-se as ações dos atores individuais neste momento de crise institucional, para enfim entender as motivações que contribuíram para a dissolução da Primeira República.

Palavras chave: Estado de São Paulo, Partido Republicano Paulista, Getúlio Vargas, Revolução de 1930, Washington Luís

Abstract

The First Republic (1889-1930) is known for the existence of federalism, the domain of the state Republican Parties, and the economy focused on the production of coffee, the major export of the country until the Great Depression of 1929, which changed the dynamics the world economy. Policy frameworks in the last decade of the regime society, 1920's, there were major social disruption discharging in an untenable situation, resulting in a transformation of the political system after the victory of Julio Prestes. His candidacy, chosen by Washington Luís, and subsequently his election victory, to the disgust of mineira policy elite, gaucha and state oppositions. This disagreement was crucial to system fragmentation point, generating a new political organization in Brazil, entirely different from the republican period, based on an administrative centralization around the Union Therefore, this present study aims to study the role, mainly actors political São Paulo, the events related to the 1930 Revolution, and how it behaved before this milestone in Brazilian history. It seeks to understand for what reason federalism that benefited the State of São Paulo and his collapse affected his independence from other states achieved by the end of the Empire and Republic Day. Related to this central problem, three questions are appended: What is the reason Washington Luís have chosen a paulista candidate for his succession? He was acting as institutional norms of the period or your choice was precipitated, causing the acceleration of the decline of the system process? How to react to the political elite of São Paulo with this choice, both before and after the revolution? For this, the method of situational analysis is used. Through modeling of Brazilian society, observes the actions of individual actors in this moment of institutional crisis, to finally understand the motivations that contributed to the dissolution of the First Republic.

Keywords: Estado de São Paulo, Partido Republicano Paulista, Getúlio Vargas, Revolução de 1930, Washington Luís

Lista de Figuras e Quadros

Figuras

- | | |
|---|----|
| Figura 1. - Representação do sistema coronelista na Primeira República | 37 |
| Figura 2. - Esquema da eleição presidencial na Primeira República | 61 |
| Figura 3. - Ações de Washington Luís no arcabouço institucional da Primeira República | 83 |
| Figura 4. - Ações de Getúlio Vargas no arcabouço institucional da Primeira República | 85 |

Quadros

- | | |
|--|----|
| Quadro 1. - Contrastes na estrutura social emergente na zona cafeeira de São Paulo no início da década de 1920 | 42 |
|--|----|

Lista de Siglas

AL	ALIANÇA LIBERAL
BERGS	BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
DASP	DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO
DN	DIÁRIO NACIONAL
CP	CORREIO PAULISTANO
FN	FOLHA DA NOITE
OESP	ESTADO DE SÃO PAULO
PCB	PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO
PC	PARTIDO CONSTITUCIONALISTA
PD	PARTIDO DEMOCRÁTICO
PRM	PARTIDO REPUBLICANO MINEIRO
PRP	PARTIDO REPUBLICANO PAULISTA
PRR	PARTIDO REPUBLICANO RIOGRANDENSE
SPA	SOCIEDADE PAULISTA DE AGRICULTURA
SRB	SOCIEDADE BRASILEIRA RURAL

SUMÁRIO

1 - Introdução	13
1.1 Revisão da literatura	13
1.2 Tema	16
1.3 Objetivo	19
1.4 Hipóteses	20
1.5 Material	22
1.6 Método	23
2 - A transformação política no Brasil dos anos 1920	30
2.1 A década de 1920 estremece	30
2.2 Os arranjos institucionais na sociedade brasileira de 1930	35
2.3 O café, imigração e a economia paulista	38
2.4 Surgimento da oposição em São Paulo, prenúncio da ruptura	43
2.5 O crescimento da importância política gaúcha	48
2.6 Conjuntura final de 1930	49
2.7 Resumo da seção	56
3 - Ruptura do pacto oligárquico e a desintegração da República	59
3.1 A dinâmica do sistema eleitoral	59
3.2 A reorganização política gaúcha	65
3.3 A divisão política em São Paulo	70
3.4 Mineiros e paulistas: o rompimento da aliança	79
3.5 A crise sucessória e sua construção lógica	82
3.6 Resumo da seção	86
4 - O governo provisório e a política paulista	88
4.1 Reconfigurando a arena política	88
4.2 A posição dos democráticos após a Revolução	93
4.3 O último suspiro regionalista	101
4.4 Resumo da seção	107
Considerações finais	109
Referências	116

1 - Introdução

1.1 Revisão da literatura

Nos diversos momentos sociais brasileiro há uma gama de estudos para se entender como se deu o desenvolvimento do país, atrelada a uma análise macro social, de autores como Furtado (1963), Prado Júnior (1981), Fernandes (1976) e Holanda (2004). Esse primeiro passo dado por esses autores clássicos foi importante para se observar como ocorreu a formação social da nação como um todo, privilegiando a análise global em detrimento de uma pesquisa mais aproximada de cada região ou mesmo dos Estados.

Por outro lado, há os estudos priorizando as análises regionais, colocando em foco, principalmente no período da Primeira República, a importância dos Estados na configuração política do Brasil. Assim, autores como Love (1982), Levine (1980), Wirth (1982) e Schwartzman (1975), buscaram entender as nuances existentes no desenvolvimento econômico e social destas regiões administrativas, e o quanto influenciaram para a criação de diversos sistemas políticos.

Conjuntamente a esse esforço intelectual, ocorre as contribuições ainda mais sistematizadas de pesquisas referentes tanto aos partidos políticos da época, como faz Casalecchi (1987) e Prado (1986), quanto a teorização do processo político-partidário efetuada por Souza (1977).

Atingindo esse estágio do estudo dos fenômenos sociais brasileiros, é possível focar a observação nas relações existentes entre os Estados federados e os seus principais políticos da época. Com isso se obtêm uma análise do período, em conexão com os atores que efetuaram as mudanças na arena política brasileira, transformando o modo de gerenciamento do Estado e seu conseqüente impacto nas instituições sociais.

Neste cenário, os enfoques colocados pelos autores anteriores, como também por D'Araujo (2011), Debes (1982,2001,2002), Kugelmas (1986), Neto (2012,2013) e Woodard (2009), dão base à pesquisa. Perpassam, portanto, pelas temáticas da história e participação política de São Paulo, os dois partidos do Estado, Partido Republicano Paulista (PRP) e Partido Democrático (PD); e os próprios políticos como atores individuais, dentre eles Washington Luís e Getúlio

Vargas, preponderantes nas alterações sociais no período da década de 1920-1930 foi para o Brasil.

Percebendo esta lacuna nas pesquisas, principalmente referente ao término da Primeira República em 1930 e seu foco contínuo relacionado à Aliança Liberal (AL), ao café como elemento principal e que pautava os temas políticos e sociais, como observa Fausto (1970); esta pesquisa se direciona aos aspectos menos estudados pelos pesquisadores atuais. Dentre estes aspectos, estão a importância política paulista no primeiro período republicano e a interação entre atores como Washington Luís, Antônio Carlos e Getúlio Vargas, deflagrando uma crise na relação entre São Paulo e Minas Gerais e o rompimento institucional vigente.

Para analisar o período, como forma de trazer novas percepções acerca de um momento delicado da história brasileira, opta-se pela utilização do individualismo metodológico. Por ser pouco ou quase nunca utilizado nas análises políticas sociais no período no Brasil, ainda há um vasto campo para este método ser empregado, ajudando a compreender os fenômenos brasileiros.

É possível perceber a importância desse período político brasileiro e as transformações trazidas para a sociedade em pequenos detalhes preciosos, como o antagonismo dos conceitos com os quais este período é tratado. Para os intelectuais pró candidatura Getúlio Vargas, a Revolução de 1930 foi uma vitória da *República Nova* em contraposição a *República Velha*.

Esse simples jogo de palavra pretende demonstrar que os derrotados na Revolução de 1930 estavam conduzindo o país de um jeito arcaico, não condizendo mais com o crescimento industrial e a urbanização, contrapondo o modo agrário e rural da *República Velha*. É curioso, pois esta mesma estratégia também foi utilizada pelos republicanos para atacar a monarquia de Dom Pedro II, ao defenderem a República como uma forma de governo ideal, para alcançar a modernidade.

A Primeira República é um tema que passou a ter novamente destaque nos meios acadêmicos; isso se verifica com a pesquisa efetuada pela socióloga Alzira Alves de Abreu, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), organizando o *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro* (2010). Além desse empreendimento, outros dois dicionários foram organizados permeando essa área de estudo e a transgredindo de certa maneira, sendo os quais o *Dicionário Histórico-Biográfico da Propaganda no Brasil* (2007) e *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós 30* (2011).

Outro fator que faz este tema a ter um valor diferenciado, é o modo como Kugelmas (1986) e Love (1982) tratam também a relação dos paulistas com a federação no final da Primeira República. O Estado com todo seu vigor econômico lida com uma crise política nas quais seus líderes saem derrotados. Mesmo assim, tem seu desempenho econômico disparado, se tornando o Estado mais rico do país, detendo quase 60% da produção industrial em 1970 (LOVE, 1982, p.81), e gerando um antagonismo entre o poder político e o poder econômico.

Acrescenta-se também ao tema a pesquisa de Vasselai (2011), ultrapassando a categoria de análise voltada a Primeira República e o período histórico estudado nesta dissertação, porém relacionada firmemente com o estudo do Estado de São Paulo e sua pujança econômica em contraposição ao seu capital político na democracia pós-1945.

Dentro dessa perspectiva, se insere o estudo da história de um momento crucial para o Estado de São Paulo, promovendo novamente uma pesquisa em um tema ainda pouco estudado. Apesar disto, já se inicia movimentos por parte dos acadêmicos, como se pode observar com a publicação de cinco livros organizados por Villa (2011), os quais abordam a história do Estado. Em um esforço nessa direção, também está o estudo organizado pelos pesquisadores Odalia e Caldeira (2010), percorrendo desde os tempos da Colônia e do Império, perpassando pelo período republicano e finalizando com o último volume acerca de questões da governabilidade do Estado ao longo da história e seus municípios.

Por fim, e não menos importante, a questão engloba a continuação de minha monografia. Nela buscou-se pesquisar uma figura importante no cenário político paulista, Júlio Prestes, e praticamente excluído da historiografia convencional. Além do tema principal, observa-se as relações políticas e as desavenças que ocorreram no período eleitoral, ressaltando a atuação de Washington Luís como um ator decisivo no sistema eleitoral da época devido a sua posição presidencial.

Com a falta de partidos nacionais, delegava-se ao presidente a tarefa de escolher o seu sucessor. Desta forma, complementando e dando um volume maior a essas informações, dados, e hipóteses construídas ao longo de toda monografia, surgiram os elementos necessários com os quais foi possível elaborar este estudo baseado no período histórico estudado, a Primeira República e a transição política ocorrida com a Revolução de 1930.

1.2 Tema

O Estado de São Paulo, com a proclamação da República, juntamente com Minas Gerais, e posteriormente o Rio Grande do Sul, dominou o cenário político nacional por cerca de quarenta anos. Nesse período, foi se fortalecendo também economicamente, sendo o maior produtor de café do Brasil. A desestabilização mundial provocada pela Primeira Guerra e em seguida a Grande Crise de 1929, além de internamente o país passar por períodos agitados¹, foram situações que favoreceram uma turbulência social. Estas circunstâncias afetaram as instituições da Primeira República, facilitando a sua dissolução em 1930 com a revolução liderada por uma junta civil-militar.

A troca de regime se torna um marco na historiografia brasileira, pois com a República os Estados possuíam grande autonomia frente ao governo federal, praticamente inexistente (CARONE, 1969, p.67). Diferentemente, com Getúlio Vargas no poder, há uma concentração das funções políticas e econômicas em torno da União. Essa mudança é sinalizada também na seara econômica devido a fatores históricos, com o começo da pauta de substituições de importações.

A industrialização em São Paulo tem um crescimento contínuo através da receita do café, se intensificando ao longo do século XX. Após a crise mundial, o Estado brasileiro modifica a sua prioridade nos setores das atividades econômicas, dando maior ênfase à criação de uma indústria nacional em detrimento da política agrícola cafeicultora, encabeçada por São Paulo (FURTADO, 1963, p.245).

Essa transformação ocasionada com a eclosão da Revolução de 1930 interferiu no modo como os atores políticos paulistas viam a funcionalidade do Estado brasileiro. Antes, atuavam-se baseados em um *federalismo hegemônico*, designando justamente a forma independente de se administrar o Estado sem a intervenção do governo federal. Por meio de uma autonomia paulista fundada primeiramente através de sua Força Pública robusta, construída já no início da República pela visão política de Campos Salles e Bernardino de Campos, como nos mostra Faoro:

¹ Ocorreram várias rebeliões, dentre elas a Revolta dos 18 do Forte de Copacabana em julho de 1922, e o movimento tenentista e sua consequente Revolução de 1924, que acarretou na criação da Coluna Prestes (CARONE, 1969, p.255-58-66-67).

São Paulo, economicamente próspero, estava em condições superiores à própria União para se armar, unido na defesa de seu café, base da riqueza nacional. Sairia da encruzilhada o federalismo hegemônico, estruturado sobre o café, café puro se possível, café com leite se necessário, mal aceito pela área do sul, já sonhando com a categoria de terceiro Estado, mas ainda incapaz de reagir, ameaçado pelas dissensões armadas e a divisão da sociedade (1977, p.554).

Nota-se neste trecho a intenção dos atores políticos paulistas em fortalecer a posição do Estado como líder no interior da República nascente brasileira, baseando-se em sua força econômica e militar para ditar os rumos da política nacional. O conceito de federalismo hegemônico origina-se desta situação, em que as relações entre os entes federados não partem da igualdade política, mas sim das características as quais possuem para barganhar com o poder central, influenciando assim o seu peso final na distribuição de domínios, seja político ou econômico.

Nos idos de 1932, a mentalidade da elite política de São Paulo se modificou através do PD, aceitando que certos Estados de menor expressão econômica passassem a se tornar territórios federais para alcançar um desenvolvimento sustentável, diminuindo assim as desigualdades dentro da federação (LOVE, 1982, p.249). É interessante também observar a mudança de pensamento do PRP em relação à existência de um governo federal mais atuante e central já no fim da Primeira República, principalmente por três motivos básicos:

- (1) para regularizar as finanças federais para amortizar o *Funding Loan* (que eram empréstimos de consolidação com os credores internacionais, usados para pagar a dívida externa);
- (2) os investimentos paulistas e sua conseqüente expansão de seus produtos (principalmente o café) para os outros Estados agradaram a elite perrepista, fortalecendo a ideia de um governo central para promover essa situação; e
- (3) último ponto, a década de 1920 havia sido muito violenta, com inúmeras revoltas, fazendo os perrepistas considerar uma centralização maior do Estado. Essa mudança se deve ao fato de São Paulo ter a maior Força Pública do país, e que dificilmente sofreria sanções federais através da militarização. Ao mesmo tempo impediria a ocorrência de revoluções em

outros Estados e que estas transbordassem para dentro de São Paulo (LOVE, 1982, p.273).

A mentalidade política paulista anterior a 1930 era voltada apenas para assumir o controle do governo federal para aplicar "(...) políticas monetárias e cambiais, o endosso a empréstimos feitos no estrangeiro pelo governo do Estado, a elaboração de leis relativas a impostos e imigração e a distribuição dos recursos orçamentários" (LOVE, 1982, p. 250).

Esses motivos ficam bem mais clarificados quando é feita uma análise da Constituição Federal de 1891, delegando praticamente a maioria das ações aos Estados. Justamente nos pontos evidenciados por Love e de exclusividade do governo federal os paulistas se preocupavam, tornando necessário o interesse dos políticos de São Paulo também pela União, para conseguir implementar a sua política financeira, favorecendo a produção do café.

A agitação social da década de 1920 foi tamanha que já havia na atmosfera da época a sensação da possibilidade de alguma transformação ocorrer. A mudança veio através do sul do país, com Getúlio Vargas aproveitando a brecha da indecisão e a quebra da aliança entre as oligarquias de São Paulo e Minas Gerais, como preconizou o Diário Nacional (DN), jornal de propriedade do Partido Democrático, em 20/12/1928: "Profetiza-se uma mudança na política rio-grandense (...). A impressão é que não só o Rio Grande vai sofrer uma transformação radical, como a própria política em todo país enveredará para outros rumos." (BORGES, 1979, p.77).

Em São Paulo, as disputas internas entre grupos divergentes começam a ser mais frequentes, questionando o poder oligárquico do PRP, possibilitando o fortalecimento do PD, como enuncia Casalecchi (1987):

Desde 1916, com a Liga Nacionalista e nos anos 20, com os Partidos da Mocidade e Democrático, começam as pressões para um remanejamento do pacto oligárquico. Eram pressões provenientes daqueles que, tendo as mesmas origens sociais da oligarquia, achavam-se excluídos do poder e pretendiam fazer valer os seus interesses no interior da classe dirigente. Essas novas organizações políticas, em especial o Partido Democrático, atraíam ao mesmo tempo os velho dissidentes (conhecedores da política) e jovens que, provindos das academias, tinham agora uma alternativa para fazer carreira fora do perrepeismo (1987, p. 240).

O rompimento entre Washington Luís, presidente do Brasil e incumbido da tarefa de arrumar o sucessor de seu cargo, e Antonio Carlos, presidente do Estado

de Minas Gerais, se deu na disputa para a escolha do novo presidente do país. De um lado, Washington Luís queria novamente um paulista para a presidência, Júlio Prestes, para continuar seu plano de governo, principalmente o econômico.

De outro, Antonio Carlos se enfureceu por esta escolha feita pelo presidente, querendo outro nome e não um paulista para o cargo, pois isto quebrava a sintonia de um sistema executado há décadas. Deste modo, há uma ruptura entre o pacto feito entre as oligarquias paulista e mineira, possibilitando a candidatura de Getúlio Vargas apoiada pelos mineiros contra Júlio Prestes, no qual Vargas mesmo perdendo a eleição conseguiu subir ao poder graças a Revolução de 1930.

1.3 Objetivos

O objetivo principal desta dissertação é trabalhar o momento político do país nos anos de 1929 a 1932, tendo em perspectiva a sucessão de 1930, analisando as relações de poder entre os líderes políticos mais importantes da época, tais como Washington Luís e Getúlio Vargas.

Através dessa perspectiva, é possível analisar as transformações políticas ocorridas que levaram ao rompimento entre um determinado arranjo político, a Primeira República conjuntamente com a Política dos Estados, para a realização de um novo modo de organização da política que desembocou no Governo Provisório de Vargas.

A pergunta a ser feita não é por que São Paulo não conseguiu alcançar o poder central ou mesmo o perdeu na conjuntura de 1930, mas sim por qual razão o federalismo que beneficiava o Estado ruiu e afetou sua independência frente aos outros Estados conseguida com o fim do Império e a Proclamação da República?

Desmembrando o problema da pesquisa, abrem-se três perguntas fundamentais:

- (1)** Qual a razão de Washington Luís ter escolhido um candidato paulista para sua sucessão?
- (2)** Ele estava agindo conforme as normas institucionais do período ou sua escolha foi precipitada, causando a aceleração do processo de queda do sistema?
- (3)** Como reage a elite política de São Paulo com esta escolha, tanto antes quanto depois da revolução?

O surgimento de Getúlio Vargas na política nacional trouxe impactos profundos no relacionamento da oligarquia paulista e mineira, abalando uma relação que em sua grande extensão temporal dentro da Primeira República fora de cordialidade e parceria. A ascensão de Vargas que iniciou sua carreira política como deputado da Assembleia Legislativa gaúcha e foi ministro da Fazenda do governo Washington Luís, foi importante para o rompimento entre as duas forças políticas principais.

Sua presença trouxe para o interior da política nacional outros atores com um poder de atuação diminuto nos anos de aliança entre as elites de São Paulo e Minas Gerais. Estes Estados dominavam a maioria dos cargos importantes e impedia o caráter oposicionista de outros grupos, como os militares, os profissionais liberais e os sindicatos/operários.

Aliado a esse objetivo primordial, é necessário entender como a política praticada em São Paulo, através do Partido Republicano Paulista e de seu opositor Partido Democrático, influenciou de maneira decisiva a tomada de novos rumos políticos no país. Seja por uma intransigência do presidente, Washington Luís, ou mesmo pela briga interna existente na política paulista, apesar dos dois partidos possuírem uma mesma formação e identidade burocrática interna, disputavam de certa forma o poder de estar no cargo mais importante da nação.

É interessante analisar a situação dos paulistas como força hegemônica na política brasileira desde quando a República foi instaurada em 1889, e o motivo de este Estado ter perdido o seu poderio político ostentado praticamente desde o início republicano justamente próximo da crise mundial de 1929, que afetou o seu maior produto de exportação, o café.

Entretanto, mesmo sendo afetado pela crise, São Paulo já possuía o maior setor industrial do país, responsável pela pujança do Estado nos anos seguintes e pelo o domínio da economia nacional. Este antagonismo entre perda de poder econômico, a troca de poder político e recuperação econômica mostra como a transformação no Brasil foi profunda e reorganizou a política e a sociedade de uma nova forma.

1.4 Hipóteses

Dentro dessas perspectivas, é possível observar também três hipóteses:

1ª Hipótese - *A relação entre a elite cafeeira, a política paulista e a industrialização nascente no Brasil, possibilitando que outros setores tomassem conta da economia e a diversificando, não sendo assim refém de apenas um produto agrícola.*

Esse descolamento do café com os políticos do PRP pode ter tido um efeito crucial, causando assim um distanciamento entre o poder político e econômico, e a conseqüente perda de influência na política nacional, ou até mesmo a mudança dos interesses do partido.

2ª Hipótese - *O peso do poder econômico que o café detinha sob a política foi abalado quando a oligarquia paulista perdeu seu lugar de comando e destaque na política nacional com a Revolução de 30 e ascensão de Getúlio Vargas.*

Em outras palavras, antes de 1930, a maioria dos políticos eram cafeicultores e uniam suas duas posições de destaque na sociedade da Primeira República conseguindo imprimir esse poder na política, ao contrário de quando houve a cisão com a chegada de Getúlio Vargas no poder. O Estado de São Paulo tomado como um exemplo passou a ser dirigido por interventores não relacionados nem com o Partido Republicano Paulista, nem com o Partido Democrático, este apoiando a candidatura da Aliança Liberal, no Governo Provisório².

3ª Hipótese - *O fator imigrante na sociedade paulista como desmobilização política frente a instabilidade social no período.*

Com a economia cafeeira em extrema ascensão até meados dos anos 1930, e com a abolição da escravatura no século XIX, foi necessária a chegada de milhares de imigrantes para efetuar o trabalho nas lavouras de café no Estado de São Paulo. Esses atores, mesclados com a população nativa, formaram uma sociedade heterogênea, na qual se diferenciava das outras regiões do país. Essa

² Foram cinco interventores que governaram São Paulo no período de 1930 a 1933. João Alberto Lins de Barros (25/11/1930 - 25/07/1931), Laudo Ferreira de Camargo (25/07/1931 - 13/11/1931), Manoel Rabello (13/11/1931 - 07/03/1932), Pedro de Toledo (07/03/1932 - 10/07/1932) e Waldomiro Castilho de Lima (10/07/1932 - 27/07/1933). Destes cinco nomes, apenas dois são paulistas, Camargo e Toledo, este por pressão da elite política de São Paulo sob o governo de Getúlio Vargas por um nome importante da sociedade paulista. Dos cinco nomes, três vieram do setor militar. Ver Odalia (2010, p. 51-52).

relação entre uma sociedade cosmopolita e a política, mais a transição ocorrida com a Revolução de 1930, pode ter acarretado em uma despolitização desses atores em defender um chamado ideal "paulista", tanto quanto os outros Estados o fizeram, tendo em vista a pujança da vida social no Estado de São Paulo estava desacoplada ao resto do país³.

1.5 Material

Para a construção desta pesquisa os seguintes materiais foram utilizados:

(1) Pesquisa e estudo da bibliografia referente ao período em questão, enfatizando autores que tratem de forma mais abrangente temas como a história política e social de São Paulo; o Partido Republicano e suas interações com a sociedade paulista e brasileira; as relações entre a oposição paulista e as outras formas de oposição presentes em Estados de maior peso político da época; e estudos que priorizaram as visões dos líderes políticos da época de maior importância, como exemplo Washington Luís, Getúlio Vargas e Antônio Carlos.

(2) Acervos das instituições de pesquisa pública estaduais de São Paulo, como o Arquivo Público do Estado de São Paulo. Este possui documentos de importância para a análise da transformação política ocorrida entre os anos de 1929 a 1932, como cartas e jornais da época, além de acervos pessoais de políticos paulistas. Outro instituto de pesquisa muito valioso para este estudo está localizado na Fundação Getúlio Vargas, o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), possuindo um site com documentação histórica e estudos feitos pelos seus próprios pesquisadores.

(3) Além das instituições públicas, foi necessário à realização de pesquisas nos acervos mantidos pelos jornais publicados na época da pesquisa (1929-1932). Dentre eles destaca-se as publicações do Correio Paulistano (CP), órgão oficial do PRP na imprensa e que possuía grande influência no período, e o Diário Nacional (DN), ligado ao PD. Há uma relação partidarizada entre os jornais, no qual o DN

³ É fato dado no estudo da historiografia que a história da sociedade paulista percorreu por grandes lutas contra o domínio do governo central contra a autonomia do poder local, tendo a Guerra dos Emboabas como um marco, ver Schwartzman (1975, p.63-67). Também se vê no uso da linguagem o conflito entre os paulistas e a Coroa portuguesa; até 1727 se falava nos territórios de São Vicente e toda a costa brasileira a língua nheengatu, que foi criada pelos jesuítas baseado no tupi. Após essa data foi proibida pelo Rei de Portugal, impondo o português como língua oficial, e mesmo assim deixou marcas na linguagem do povo paulista até os dias atuais; em José de Souza Martins (2011, p.5).

tinha seus ideais ligados ao PD, e o CP ao PRP. Essa relação é importante, pois as duas publicações refletem a essência da vida política paulista do período pesquisado. A Biblioteca Nacional, através de seu projeto *Hemeroteca Digital*, digitalizou as edições de ambos os jornais partidários da época, tanto o Correio Paulistano quanto o Diário Nacional, facilitando a pesquisa.

(4) Por fim, é possível identificar grupos de estudos e acervos de documentos localizados fora do país, como o *Center for Research Libraries*, um consórcio entre universidades internacionais, colegiados e bibliotecas independentes de pesquisas que agrupa documentos de diversos países associados, que se encontram também em meio digitalizado. O projeto sobre o Brasil é denominado de *Brazilian Government Documents*, abrangendo grande parte da história brasileira desde 1830.

1.6 Método

Antes de enunciar o método utilizado neste estudo, se torna necessário realizar um adendo sobre a discussão teórica dentro das Ciências Sociais referente à qual método - *qualitativo* ou *quantitativo* - é mais científico ou mais adequado, a fim de obter um resultado consistente em sua área de pesquisa. De acordo com Mahoney e Goertz (2006, p.231), a corrente qualitativa deve considerar as observações feitas pelo método quantitativo, também para os quantitativistas; esse diálogo entre métodos fortalece a análise.

A presente pesquisa é majoritariamente qualitativa, por ter um caráter histórico e descritivo, focando principalmente nas ações dos atores, mas dentro de um contexto institucional que tem sua relevância para essas ações. Em determinados momentos a presença do método quantitativo se faz presente, com análise de dados econômicos, políticos e sociais. Por essa razão, não se entra aqui na discussão de qual campo, seja qualitativo ou quantitativo, é melhor ou mais científico para a resolução de um problema, importando apenas na contribuição de ambos para a construção da análise.

Através desse ponto de partida, o método escolhido para analisar o fenômeno em questão se baseia em Gerring (2010, p.10), o qual coloca alguns pontos importantes acerca do tema:

(1) toma as ciências sociais como a primeira unidade de análise;

(2) as ciências sociais lidam com palavras, e não basicamente com números;

(3) vê o processo metodológico por um lado histórico e intelectual.

Além disso, Gerring (2010, p.33) divide o modo de se observar a ciência em dois, o primeiro relacionado com a falseabilidade da teoria e sua conseqüente construção de hipóteses testáveis objetivamente; e o segundo buscando descobrir novos conhecimentos através de métodos científicos nem tão tradicionais como as construções teóricas e técnicas, mas sim por outros meios.

Neste estudo usaremos, portanto, o método analítico popperiano, representado pela primeira opção, tendo como base a construção do pensamento através da fórmula do desenvolvimento contínuo da ciência na qual Popper propôs: "O conhecimento científico é conjectural, não existe uma teoria estabelecida e que seja verdadeira totalmente"⁴ (1994, p.156-157). A solução de um problema passa pelo seu entendimento e das várias tentativas errôneas, e são resultados das críticas feitas aos pontos vulneráveis. A visão da ciência de Popper pode ser resumida em quatro passos:

- (1)** problemas,
- (2)** teorias,
- (3)** críticas,
- (4)** novos problemas.

Neste processo de resolução de problemas, até mesmo o fracasso de uma teoria ajuda na solução de problemas futuros, pois são revelados assim quais os maiores desafios e o mínimo de categorias necessárias para que uma solução deva satisfazer aproximando-o de sua resolução, transformando a situação problema anterior (MAGEE, 1974, p.66-67).

Como forma de embasar esse método e complementar a análise para possuir maior complexidade e poder de compreensão dos fatos, é importante também se utilizar de uma ferramenta metodológica objetiva chamada de *lógica situacional* ou *análise situacional* (POPPER, 1974; 1975; 1986; 2004). Por meio desse procedimento, é plausível observar de perto as atitudes e ações tomadas pelos atores que construíram a história do período sem se utilizar de construções

⁴ Tradução livre.

psicológicas, focando primordialmente nos objetivos traçados pelos indivíduos estudados. Assim:

(...) esse método consiste em construir um modelo da situação social que inclua especialmente a situação institucional em que o agente esta atuando, de modo a explicar a racionalidade (o caráter zero) de sua ação. Tais modelos são, nas Ciências Sociais, as hipóteses suscetíveis de comprovação e os modelos que sejam "singulares", mais especialmente, correspondem, às hipóteses singulares da História (hipóteses em princípio compreensíveis) (POPPER, 1986, p.126).

Pode-se acrescentar ainda, mesmo com a lógica situacional adotando uma metodologia de caráter individualista, tendo sempre como o escopo a visão do indivíduo dos fatos sociais, ela não descarta em sua análise um mundo social constituído pelas chamadas *instituições sociais*, dentre elas o Estado, a Igreja, os partidos políticos, etc.

Por esse motivo a inserção desses elementos e os seus efeitos também importam para a pesquisa realizada, mesmo estes não sendo os fatores chaves de mudanças de paradigmas. Ou seja:

Por assumir um ponto de vista individualista e ao mesmo tempo destacar a importância das instituições, a noção da lógica situacional foi ressuscitada como uma provável solução para viabilizar teórica e metodologicamente a integração entre estes dois níveis da análise da realidade social (FERREIRA, 2008, p.246).

Aliada a noção da lógica situacional vem também à questão da construção de modelos para as ciências sociais. Popper (1994, p.163) argumenta que na ciência existem dois tipos de problemas, nos quais ou precisam da construção de modelos, ou não para ser resolvidos. Os modelos nas ciências sociais são mais bem aplicados e utilizados em relação as ciências naturais e, portanto, são essenciais descrições e reconstruções das situações sociais típicas.

Pelo motivo das ciências sociais não possuírem leis universais ou condições iniciais quase freqüentemente, os modelos são as formas de reconstruir a situação típica e tentar entender o fenômeno do modo como ocorreu. Por possuir essa característica, os modelos são falsos retratos da realidade: "O problema fundamental das ciências sociais então é explicar e entender os eventos em termos das ações

humanas e suas situações sociais. A chave do termo aqui é situação social" ⁵ (POPPER, 1994, p.166).

Partindo disto, se aproxima da criação de modelos abstratos da situação social a partir do conceito do *princípio da racionalidade*, nada mais sendo que o ato tomado por um ator adequado ou sensível a situação, procurando seus objetivos na mesma. O princípio da racionalidade produz uma explanação geral do poder pelos atores em uma situação modelo abstrata. Ele vê como qualquer um se comportaria em tal situação. O segundo papel do princípio da racionalidade é sobre o enfoque no poder. A pretensão das expectativas sempre precede as observações e são necessárias para iluminar nossa investigação do mundo exterior.

Nota-se a existência de uma distinção entre *racionalidade* (atitude pessoal em ler corretamente as crenças, ter o poder de discussão crítica com outras pessoas) x *princípio da racionalidade* (um modelo de ação racional que faz nos aproximarmos cada vez mais perto da verdade). Portanto, para todo o entendimento histórico, o principal alvo a se perseguir é a reconstrução hipotética de uma situação histórico problemática tendo em vista como as ações individuais influenciaram as transformações ocorridas, agindo dentro das possibilidades oferecidas pelas instituições vigentes no período estudado.

Desse modo, utiliza-se como base para a construção da pesquisa, dois autores (BORGES, 1979; LOVE, 1982) que estudaram as relações políticas existentes no momento histórico focando duas partes distintas. Borges tem seu interesse voltado para a análise da imprensa paulista e seu relacionamento com a ascensão de Getúlio Vargas e a nata da liderança política do país.

Neste ponto é interessante utilizar o modo como a autora trata as fontes jornalísticas da época, tendo os jornais como um objeto histórico com a capacidade de formular a opinião da época, ao invés de apenas descrever a realidade a qual estava inserida. O jornal como meio de informação, portanto, antes menosprezado na historiografia positivista por possuir um caráter muito subjetivo, se transforma em uma poderosa ferramenta para a análise do fato político-ideológico levando-se em conta as ressalvas necessárias (BORGES, 1979, p. 14).

⁵ Tradução livre feita por mim. Trecho original: "The fundamental problem of both the theoretical and the historical social sciences is to *explain and understand events in terms of human actions and social situations*. The key term here is 'social situation'"

Já Love (1982, p. 224), emprega um método de análise priorizando duas perspectivas complementares. A primeira segue a observação das gerações políticas distribuídas em três segmentos:

- (1) os políticos nascidos antes de 1889, que viveram na monarquia e sua burocratização centralizadora;
- (2) os nascidos 20 anos antes de 1889, que vivenciaram os primeiros passos da República e sua etapa de maior descentralização política;
- (3) e por fim, os líderes que atingiram sua maioridade apenas após 1910, participando assim mais ativamente dos últimos momentos da Primeira República.

Este primeiro quesito serve de apoio teórico para o entendimento das elites políticas dos Estados brasileiros, e como isso influenciou na transformação ocorrida em 1930.

O segundo ponto do método de Love refere-se a um deslocamento da análise dos atores para as instituições políticas: os partidos republicanos estaduais. Love diz: "Os Estados são as unidades tomadas para análise porque são os focos das fidelidades políticas e da própria organização política. Não houve partidos nacionais ou multiestaduais no período em questão." (1982, p. 10). Fica claro neste ponto a escolha do método amparado na lógica situacional para esta pesquisa, que possibilitou reconstruir o período ancorado nas escolhas individuais dos políticos da época pois não havia partidos políticos nacionais para facilitar a análise.

Seguindo a linha de pensamento do autor, pela falta de partidos nacionais, o modo de se analisar as clivagens sociais na época é dividir o país em regiões. Através deste conceito, se permite a oportunidade de operar comparações entre determinados territórios. Esse método facilita a observação das transformações ocorridas dentro dos Estados, mostrando assim o fortalecimento do governo central ao longo do fim da Primeira República em detrimento do poder detido pelos Estados no início da organização republicana.

Aliando esses dois autores mais o método analítico popperiano é possível obter algo diferenciado do proposto até então pelas análises calcadas em métodos mais preocupados em analisar os grupos e classes sociais e as ideologias que os sustentavam. Assim, se dá ênfase não apenas a um fator subjetivo como a leitura e

o entendimento da época pela ótica trazida pelo material jornalístico, mas também uma análise mais concreta a partir dos atores e das instituições políticas e sociais em interação.

Pode-se dividir a temática da pesquisa em dois eixos de análise através do proposto até aqui, permeando assim a análise global deste trabalho. No primeiro eixo, ressalta-se a influência do Partido Republicano Paulista e sua atuação na política em relação aos seus opositores e mesmo dos partidos republicanos de outros Estados, já que a mudança de regime ocorrida em 1930 acarretou na perda da liderança detida pelo partido na esfera nacional. O segundo esclarece a ação desempenhada dos atores no papel político nacional para mapear os motivos da transformação profunda delineada com a transição da Primeira República para o Governo Provisório de Getúlio Vargas.

Com isto, a pesquisa será dividida em quatro seções:

A **seção 1** visa fazer uma revisão bibliográfica da história brasileira no período anterior a eleição presidencial de 1930, vendo na década de 1920 um momento crucial de efervescência, culminando na transformação político-social a qual o país viveu com a revolução e a queda da Primeira República. Tenta-se ambientar os problemas vividos pela sociedade da época, a fim de criar um modelo de sociedade que permita a análise e a construção da pesquisa.

A **seção 2** privilegiará a disputa eleitoral, iniciada com a escolha do candidato de Washington Luís, Júlio Prestes, e as distensões entre os políticos de destaque do período, como Antônio Carlos. O peso institucional e a ruptura desse modelo serão analisados, observando as particularidades que fizeram a República definhar e ser substituída pelo Governo Provisório. Tanto os discursos proclamados pelos candidatos Julio Prestes e Getúlio Vargas, como os programas de governo, são peças fundamentais para reconstrução da ideia as quais os dois políticos estavam alinhados, e se isso foi realmente preponderante para a queda do regime.

Na **seção 3** , serão analisadas as relações entres os atores políticos paulistas e o governo de Getúlio Vargas, inseridos já no âmbito do Governo Provisório. Como se dava as disputas políticas e o que acarretaram para o Estado, se a mudança de um regime descentralizado e federal para um governo mais centralizador foi benéfica ou não para a elite política paulista.

Pela conjuntura histórica é possível ver a união dos partidos antes opostos, PRP e PD, na Frente Única Paulista, a qual reivindicava a reconstitucionalização do país e a volta da autonomia do Estado, denotando um descontentamento entre os políticos de São Paulo e a condução do Governo Provisório de Vargas.

E as considerações finais englobará as análises feitas pelas seções anteriores, primando em sintonizar as propostas discutidas, afinando o pensamento; e ao mesmo tempo, trazendo as conclusões retiradas de toda a pesquisa concluída. Será, portanto, a conclusão do estudo, incluindo possíveis hipóteses futuras para pesquisas posteriores, como demanda a construção do conhecimento científico.

2 - A transformação política no Brasil dos anos 1920

"Vede as eleições... É a desestima da nação pelo modo por que a tratam os seus dictadores, e este divorcio crescente entre o povo e a classe que se apossou do governo, deixou crear entre nós um grupo de politicians que assestou baterias nas cumiadas do poder e de la impõe silencio as consciencias. Mas essa acrobacia politica firma-se em um equilibrio instavel; ha de vacilar e cahir, porque lhe falta a base segura da opinião nacional." Silvio Romero

2.1 A década de 1920 estremece

De muitas maneiras pode se iniciar o estudo entre o final da Primeira República e a transformação ocorrida com a eclosão da Revolução de 1930 no Brasil. Neste estudo foi escolhido o enfoque que prioriza uma abordagem histórica anterior a esse acontecimento, tendo a década de 1920 como referência fundamental na construção de um modelo investigativo, por razão dos fenômenos destes anos anteciparam uma cisão social no país, como propõem Fausto (1972) e Woodard (2006).

Assim, no ano de 1922, ocorre um agravamento da situação econômica brasileira através da crise mundial de 1920-22. Este fenômeno coincidi com o final do governo de Epitácio Pessoa e o período eleitoral, possibilitando assim a junção de duas situações instáveis que estremeceram as relações políticas de nossa sociedade da época.

A crise de 1920-22 afeta os países desenvolvidos europeus e os Estados Unidos, diminuindo a compra de *commodities* como o café brasileiro. Esta ação complica o orçamento brasileiro, o qual dependia do dinheiro das exportações agrícolas para ser aplicado nas obras de embelezamento da capital federal para a Exposição do Centenário da Independência, e no combate a seca no Nordeste com a construção de açudes, plano prometido pelo presidente nordestino Pessoa (FRITSCH, 1993, p.4).

Junto com a crise econômica, ocorre a crise política de 1922 quando houve a eleição para presidente com a primeira disputa entre o candidato dos Estados majoritários, Arthur Bernardes, contra o candidato de Estados intermediários, Nilo Peçanha. Foi formada então a Reação Republicana. Esse acontecimento decisivo precipitou em oito anos as tensões que o sistema político da Primeira República sofreria até ser dissolvido (FERREIRA, 1993, p.21; FERREIRA; PINTO, 2006, p.7).

Este episódio em si é pouco estudado na historiografia política brasileira, como afirma Ferreira (1993, p.10), possuindo três interpretações mais utilizadas pela literatura:

- 1)** A primeira decorre dos contemporâneos ao problema, como Castro (1982), argumentando que a crise política se instaurou no momento da definição de quem ocuparia a posição de vice-presidente na chapa de Arthur Bernardes. Os Estados da Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro acreditavam na possibilidade de indicação ao cargo, o que não ocorreu, sendo escolhido o estado do Maranhão.
- 2)** Boris Fausto (2006) defini a crise como possuindo um caráter mais profundo, ao invés de apenas uma escolha política; acrescentando a explicação à insatisfação de certas oligarquias estaduais com a política de valorização do café, à desvalorização cambial e ao endividamento crescente, ocasionando assim uma ruptura inter-oligárquica.
- 3)** E por fim, há a terceira explicação de Conniff (1981), que considera a Reação Republicana como o primeiro movimento de caráter populista no Brasil, imputando as camadas médias da população do Rio de Janeiro as articulações para que Nilo Peçanha chegasse ao poder.

Ferreira (1993, p.11-3) discorda das três linhas de pensamento, argumentando a falta de evidências para as divergências entre as elites sobre a crise econômica no país no início da década de 1920, apontando como as votações na Câmara Federal acerca do tema não produziram uma posição coesa dos Estados contrários à valorização do café ou da política econômica utilizada.

Já a segunda interpretação traz consigo dois fatores que anulam a hipótese construída. Nilo Peçanha sempre se mostrou disposto a ser o presidente do país, como evidencia sua carreira política. Isso por si descarta a possibilidade de Peçanha em querer apenas a vice-presidência. Aliada a isto, não existia um apoio tácito de Peçanha a candidatura de Bernardes. Pelo contrário, nos bastidores haviam articulações entre os políticos pelo não consenso da candidatura Bernardes e da disponibilidade da nomeação de Nilo Peçanha como candidato da oposição, muito antes de se estabelecer o processo eleitoral.

Por fim, a afinidade entre as massas urbanas e Nilo Peçanha é de difícil comprovação pois a relação que Peçanha possuía na cidade do Rio de Janeiro era muito mais próxima das elites cariocas.

Diante deste quadro enfatizamos a necessidade de estudar a campanha da Reação Republicana a partir do papel do Estado na Primeira República em conjunto com a natureza dos conflitos políticos. Para essa tarefa, Ferreira (1993, p.13) deixa de observar e definir a política na Primeira República como um acordo fundado apenas entre Minas Gerais e São Paulo, e passa a estudar a participação de outros Estados secundários que adquiriram força, e procuraram questionar a deformação do federalismo brasileiro.

A campanha da Reação Republicana traz fatos novos à política nacional, transformando o modo como os vencidos nas eleições se portavam com o resultado oficial. A derrota de Nilo Peçanha para Arthur Bernardes por quase 150 mil votos, fez com que o resultado fosse contestado pelo grupo perdedor, fato ocorrido pela primeira vez na história das eleições brasileiras. Com essa posição tomada pela oposição, se abriu um precedente para as eleições futuras, em especial com a eleição presidencial de 1930.

Os acontecimentos da eleição de 1922 permitiram que a imprensa favorável ao candidato perdedor, Nilo Peçanha, continuasse a defender seu nome, e principalmente dos tenentes antibernardistas, que estavam sofrendo represálias por suas posições políticas. Houve um acirramento dos ânimos, e a intervenção militar passou a ser uma possibilidade para a tomada o governo federal.

A Câmara Federal endureceu sua posição diante desta possibilidade excluindo do plenário todos os deputados dissidentes, acrescentando a este cenário a resistência ao diálogo dos partidários de Peçanha. Sem ter uma representação política oficial, o grupo dissidente começou a se relacionar com os militares, aos quais também estavam insatisfeitos com a direção rumada pela política brasileira.

A situação precária pela qual passava Epitácio Pessoa no fim do seu governo, em 1922, agrava-se com a Revolta dos 18 do Forte, apenas poucos meses após a eleição de Arthur Bernardes. O exército brasileiro mais uma vez atuaria no campo político, fato já ocorrido em outras situações na história brasileira, como com a proclamação da República em 1889, além de presidentes militares eleitos ao longo do regime (COHEN, 2010, p.260).

Entretanto, diferentemente de outros tempos, neste cenário entra em ação pela primeira vez os *tenentes*. Estes estavam insatisfeitos com os rumos tomados pela política nacional, principalmente por dois motivos:

- (1) com a eleição de Bernardes para a presidência, pois seu nome não possuía um consenso frente às lideranças das oligarquias estaduais; e
- (2) por Bernardes supostamente ter criticado o marechal Hermes da Fonseca, presidente do Clube Militar, em algumas cartas, desagradando os militares.

A Revolta foi vencida pelo governo federal, pois a maioria do exército estava contrariado com esta revolta, o que facilitou o domínio da situação por parte das forças oficiais. As marcas da Revolta ficaram, e os quatro anos do governo de Arthur Bernardes ocorreram sob um estado de sítio, tentando assim diminuir as revoltas e suas agudas intensidades. Fato foi que esse caminho em parte teve sucesso, pois as revoltas não conseguiram de imediato que suas demandas entrassem na pauta da política da época.

Por outro lado, o governo fracassou na tentativa de conter as manifestações de insatisfação da população, e de grande parte dos militares, com o rumo adotado pela política brasileira. A prova disso é que, em 1924, estoura nova revolta com as mesmas características da revolta de 1922; e uma liderança idêntica. O plano em sua essência era tomar os quartéis e provocar uma marcha até a capital federal, para depor o presidente Arthur Bernardes.

A Revolta de 1924 tem um caráter especial para a população paulista. Em seu próprio território, ou melhor, em sua capital, formou-se um campo de batalha entre os tenentes descontentes e as forças oficiais, que defendiam o governo de Arthur Bernardes. Foram 23 dias nos quais a capital do Estado virou uma zona de guerra, tendo morrido 1000 pessoas e ferindo por volta de 4000.⁶ Apesar de toda a dramaticidade do combate, da motivação em confrontar o governo federal e conseqüentemente o poder das oligarquias, essa revolução é muito pouco lembrada na historiografia tradicional sobre o Estado de São Paulo, sendo ofuscada pela Revolução Constitucionalista de 1932 (ROMANI, 2011, p.163).

⁶ O número apontado por Romani é retirado do National Archives Washington, roll 5, pg. 371, Arquivo Edgard Leuenroth, AEL/Unicamp. Segundo Cohen (2010, p.263), os dados da Polícia de São Paulo em 1925 apontavam para em torno de 700 mortos, dos quais 503 foram sepultados em cemitérios paulistanos.

O movimento preconizava uma revolução na política nacional, tendo em sua fundação vários segmentos da sociedade, ficando marcado na historiografia os tenentes. A participação de imigrantes, operários e anarquistas no corpo de apoio ao ideal de mudança se fez presente. Sob o olhar do pensamento anarquista, apesar de não concordar com as práticas e ideias dos militares, esse momento era essencial para tentar fazer uma revolução a mais próxima possível do pensamento anarquista.

Neste contexto, apresentaram-se ao General Isidoro, chefe das forças revoltosas, com a proposta de uma milícia independente e autônoma do exército, com o apoio material e bélico deste para a execução das ofensivas, o que foi negado firmemente por Isidoro. Mesmo o pedido sendo negado, o apoio dos anarquistas foi deixado de forma impressa, acarretando em seguida a perseguição do governo às lideranças após a rebelião ter sido contida.

De forma totalmente pragmática e mais articulada politicamente, os comunistas não deram seu aval nem desaprovaram o movimento revolucionário de 1924. Acompanhando de perto o desenrolar dos acontecimentos, com esta posição escaparam posteriormente de uma caça aos membros do Partido Comunista Brasileiro (PCB) por parte do governo, do mesmo modo como ocorreu com os adeptos ou simpatizantes do anarquismo.

Essa opção dos comunistas mostrou-se vantajosa ao longo do tempo. Com a vertente anarquista sendo totalmente punida e desarticulada pelo governo de Arthur Bernardes, os espaços tradicionalmente ocupados pelas ideias anarquistas, como os operários e sindicalistas ficaram vagos de uma liderança política. Assim, o caminho para o avanço das ideias progressistas nestes segmentos foi preenchido pelos comunistas, com a fundação do PCB em 1922.

No dia 27 de julho de 1924, o coronel Miguel Costa e o General Dias Lopes comandaram a retirada para o interior do Estado de São Paulo, dando início a Coluna Paulista, montando acampamento no oeste do Paraná. Do Rio Grande do Sul vinham às tropas da Coluna Gaúcha do capitão Luiz Carlos Prestes e do tenente João Alberto (ambos participariam posteriormente de momentos decisivos tanto da história paulista quanto brasileira), ambos pertencentes ao movimento tenentista no sul do país.

A partir das revoltas em um Estado hegemônico na República, São Paulo, e em um emergente, o Rio Grande do Sul, originou-se a reunião dos tenentes vencidos, surgindo a Coluna Prestes, que durou de 1925 a 1927, sob a liderança de Prestes e Costa. Este movimento foi importante na política brasileira na década de 1920, reunindo militares insatisfeitos com a dominação oligárquica da política, dispostos a fazer uma revolução, algo concretizado apenas em 1930 (FAUSTO, 1995, p.307).

2.2 Os arranjos institucionais na sociedade brasileira de 1930

Os três fenômenos sociais citados perpassam por atores e grupos semelhantes, denotando certa linearidade entre as reivindicações pretendidas e a transformação política necessária para desembocar em um sistema social distinto do vigente na Primeira República. A crise política instaurada na década de 1920 tem como principal problema a instabilidade do regime sucessório para a Presidência da República. Por não existir partidos nacionais, os candidatos sempre tinham seus nomes vinculados às oligarquias estaduais, transformando o sistema eleitoral em uma disputa intra-estados.

Aliado a esse problema político-partidário, a escolha do candidato oficial da situação era feita a partir de acordos entre as oligarquias, essencialmente as de São Paulo e Minas Gerais, que dominavam o federalismo hegemônico brasileiro. Quando este pacto era afetado, ocorriam às reverberações na política, dando margem a que novos grupos e atores entrassem na disputa pelo poder. Por esta razão a década de 1920 teve duas das três eleições mais disputadas na Primeira República, além das revoltas que abalaram o sistema oligárquico republicano.

Baseando-se na definição clássica de Leal (1975, p.40) do coronelismo, em que o regime representativo foi desenvolvido em uma estrutura econômica inadequada, Ferreira e Pinto (2006, p.5) analisam a dominação política que a Constituição de 1891 possibilitou. Com um federalismo hegemônico, a Carta deu poderes aos governadores dos Estados e uma autonomia destes frente aos municípios, passando os governadores a ser eleitos através da máquina eleitoral dos partidos estaduais.

Em conjunto com a questão política está a econômica e o enfraquecimento do poder dos fazendeiros, ao passo que o Estado gradualmente adquire suas funções

de dominação local para a manutenção deste poder. O voto agora não mais censitário permite a participação de outros atores na eleição, principalmente os da zona rural, sendo estes sustentados com a troca de favores entre o Estado e os coronéis através do voto. Como os atores do meio agrário são dependentes dos proprietários rurais, há um fortalecimento de uma autonomia extra-legal dos coronéis, que distribuem os votos de seu curral para legitimar o processo político e não abalar o sistema oligárquico.

Através de uma revisão conceitual feita por Carvalho (1997, p.4) sobre a temática do coronelismo, é identificada uma crítica de Cammack (1979) ao argumento referente as negociações do poder local efetivadas entre os coronéis com os governadores dos Estados, tendo o mecanismo do voto como uma ferramenta de barganha.

O peso do voto nas eleições do período não significa praticamente nada, tendo em vista a população eleitoral. No ano de 1930, atingiu o seu ápice com 5% de eleitores do total da população. Além disso, a Constituição de 1891 impedia os analfabetos de participarem do pleito, reduzindo drasticamente a contagem eleitoral devido ao Brasil ser um país com alto índice de analfabetismo, principalmente nas zonas rurais, contradizendo dessa forma o argumento da importância da dominação eleitoral pelo voto apresentado acima por Ferreira; Pinto.⁷

Outro problema encontrado por Cammack refere-se às grandes fraudes existentes nas eleições por não se ter uma Justiça Eleitoral, não importando o resultado final, mas sim qual seria a apuração oficial do Congresso Nacional.

Há, porém, uma análise de Cammack feita pelo próprio Carvalho (1997, p.5), ratificando o voto como não sendo mesmo um ponto fundamental do coronelismo. Em outras palavras, a condição do voto não é necessária para o poder coronelista, somente se este tivesse uma associação individual com os governadores dos Estados, o que não ocorria exceto em alguns casos especiais como na Bahia. A força dos coronéis não era construída isoladamente, os seus poderes advinham de grupos que negociavam com o governador a troca de favores políticos.

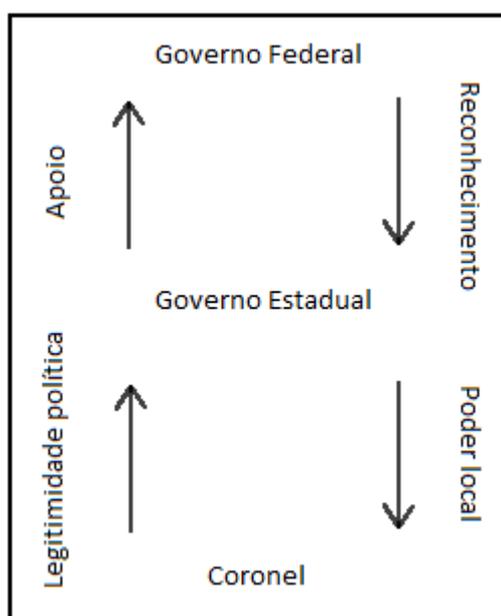
Para o sistema possuir certo equilíbrio, era importante o apoio da maioria dos coronéis dos Estados ao governo, mesmo se este apoio não viesse através da máquina eleitoral. Como foi comprovado, se o voto fosse essencial para o

⁷ Para um maior detalhe do processo eleitoral na Primeira República, ver Nicolau (2002, p.26-37).

funcionamento do sistema coronelista certamente as eleições tenderiam a ter uma maior participação política da população, não os números entre 1% e 5% encontrados ao longo de todo o período de 1889-1930.

No figura 1⁸ a seguir, é visto de forma simplificada a relação entre as três esferas de poder político na Primeira Republica:

Figura 1 - Representação do sistema Coronelista na Primeira República



Esse modelo foi bem utilizado até a década de 1920, da Primeira República, e conseguiu minimizar as crises políticas ocorridas no interior das oligarquias estaduais. Além disso, fortalecia alguns Estados em detrimento de outros, como ocorreu com São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, gerando certo descontentamento dos Estados considerados coadjuvantes na época.

Mas como os acontecimentos acima corroboram, houve um desgaste desta situação política, principalmente com os desarranjos nos partidos estaduais. O caso do Estado de São Paulo é emblemático e acusa a presença dos distintos sintomas apresentados até então. Diferentemente dos outros Estados brasileiros, o surgimento de um partido de oposição ao PRP em São Paulo, o PD em 1926, teve sua ligação não diretamente com um desgaste do coronelismo na política paulista (ao qual era de menor intensidade, como se verá a frente); mas sim com um embate

⁸ Representação feita pelo autor, baseada na conceituação e visualização da obra de Victor Nunes Leal (1975). As demais figuras inseridas no estudo também foram criadas pelo autor para melhor esquematização dos conceitos.

no interior das elites políticas, como já apontava Queiroz (2006, p.180) e Casalecchi (1987, p.101) e o racha interno nomeado de a Dissidência dentro do PRP, no início do século XX.

2.3 O café, imigração e a economia paulista

Para entender como ocorreu esse fenômeno, é necessário observar as relações econômicas e políticas inseridas pelo plantio do café no seio da sociedade paulista. A constituição de um complexo cafeeiro em São Paulo, em contraposição aos outros Estados produtores, foi um marco para o desenvolvimento econômico paulista.

Com o cultivo da lavoura cafeeira e a breve adesão ao trabalho livre, a criação de um mercado interno com produtos alimentícios de base foi possível, dando também um salto na produção industrial do Estado em comparação aos outros entes federados. Aqui podemos salientar dois tipos de análise para a industrialização brasileira, e complementarmente a de São Paulo, baseado nas teses de Celso Furtado (1963) e Warren Dean (1971), na qual Ferreira (1989) cita em seu resumo bibliográfico acerca da industrialização na Primeira República.

Para Furtado, com a crise de 1929, abriu-se um precedente para a indústria nacional ganhar mercado interno e se fortalecer, em detrimento do modelo exportador agrário até então em voga. Com a diminuição das vendas do café para o mercado internacional, ocorre a queda do preço da mercadoria, contida com a compra do produto pelo governo brasileiro.

Sem uma alteração abrupta da renda do país, abriu-se um espaço para o crescimento industrial pela contínua demanda de produtos importados. Como a obtenção de itens estrangeiros estava em uma situação delicada devido à crise e o encolhimento da oferta desses produtos, surge como solução à expansão das indústrias nacionais para o suprimento desse mercado crescente. Na teoria proposta por Furtado, portanto, a industrialização ocorre posterior a 1930 e a despeito do modelo exportador do café.

Warren Dean propõe uma posição oposta à tese utilizada por Furtado para explicar o processo de industrialização brasileiro. Enquanto Furtado afirma ter havido um *boom* da produção industrial quando as atividades agroexportadoras

foram afetadas pela crise internacional, abrindo espaço para o crescimento desse setor da economia, Dean defende uma posição contrária.

A indústria nacional para Dean se beneficiava das exportações do café, e justamente sofria um impacto quando os países desenvolvidos diminuían a demanda dos produtos agrícolas por causa de motivos bruscos, seja pela Primeira Grande Guerra ou pela crise econômica. A acumulação obtida com o modelo exportador e o aumento da renda promoveram o setor industrial no país, como também o investimento em infra-estrutura, possibilitando a integração entre o mercado e a produção nacional.

As duas propostas têm elementos distintos de análise, possuindo ambos os argumentos favoráveis à interpretação do fenômeno da industrialização brasileira e paulista. Um contraponto ao pensamento de Furtado e Dean talvez seja o enfoque colocado por Cano (2012, p.899), quando explicita em sua construção do período de 1920 a 1930 partes importantes das teorias desses dois autores, reconhecendo a grande expansão industrial brasileira; e principalmente a que os paulistas obtiveram com os ganhos advindos da exportação dos complexos cafeeiros.

Porém, a diminuição da entrada de itens importados no território nacional também facilitou e incrementou as condições para a indústria incipiente que se formara no fim do século XIX e início do século XX conseguir dar um salto em sua capacidade produtiva. Posteriormente a 1930, o campo industrial formado arregimentou as bases para a consolidação da industrialização brasileira ao longo do século XX.

Expressa essas condições iniciais, a análise proposta por esta pesquisa toma outro foco, tendo em vista que o assinalado até então visava apenas introduzir a situação econômica da época. Não se visa aprofundar nesta polêmica sobre qual modelo explicita melhor o período devido a extensa bibliografia sobre o assunto. Prioriza-se no estudo, portanto, um consenso na literatura de que a sociedade paulista baseada na plantação do café possuía uma diversidade econômica diferenciada das outras regiões brasileiras.

Como mostra Saes (2010, p.15-17), a economia paulista da década de 1920 tinha uma expressiva produção agrícola para o mercado interno, expandindo ao mesmo tempo sua característica urbana. Isto se devia ao aumento das malhas ferroviárias, o surgimento de bancos, atividade comercial e o início dos serviços

públicos para a população residente nas cidades, como água e esgoto, energia, entre outros.

Outro fator importante apontado por Saes para a consolidação do desenvolvimento da sociedade paulista do período foi a transição da mão de obra escrava para o trabalho livre. Essa transformação ocorrida na atividade laboral acarretou na entrada de uma numerosa quantidade de imigrantes no Estado de São Paulo.⁹

O trabalho no campo não era totalmente livre por estar inserido na constituição do sistema de colonato, recebendo o colono apenas determinada quantia do fruto de seu esforço em espécie monetária (SCHWARTZMAN, 1970, p. 28). Apesar disto, o complemento de sua renda dependia do afinco ao trabalho nas lavouras cedidas pelo próprio fazendeiro, favorecendo o surgimento de uma diferenciação das relações sociais a partir da pequena renda ao qual o imigrante detinha, e no limite originando um mercado consumidor.

A imigração não só mudou as relações de trabalho no meio rural, como também provocou um choque nas áreas urbanas, se observada a população estrangeira que aportou no país e procurou se fixar nas cidades, ao invés do campo. Essa modalidade de imigrantes aos quais preferiram as cidades trouxe mais uma inovação e permitiu a criação de um mercado de trabalho, evidenciando de certo modo a guinada na qual a sociedade paulista deu para uma maior complexidade da sociedade.

A demonstração da construção de todo esse cenário é um maior dinamismo social e econômico da sociedade encontrada em São Paulo, em contraste com a população habitada em outros Estados da nação. Este desenvolvimento social obtido em São Paulo está inserido em uma das quatro formas da caracterização social brasileira construída por Schwartzman (1975, p.43-54):

⁹ "Segundo o quadro dos totais imigrantes distribuídos pelas nacionalidades, inserido no Boletim de Departamento de Imigração e Colonização (São Paulo, 1952), entraram em São Paulo no período em apreço 2.033.654 imigrantes, o que perfaz cerca de 57,7% do total do Brasil. José Francisco Camargo calcula que de 1887, ano em que pela primeira vez a imigração ultrapassa a casa dos 100.000 para o Brasil e atinge pouco mais de 30.000 para São Paulo, até 1900 cerca de 61,1% dos imigrantes entrados no Brasil se dirigiram para São Paulo. De 1901 até 1920 seriam 56,1% os que entraram em São Paulo e de 1921 a 1934 cerca de 58,9%. Por essas percentagens se percebe a grande importância de São Paulo no período em questão. Mais da metade da corrente imigratória recebida pelo Brasil se dirige para esse estado. É interessante lembrar que anteriormente São Paulo recebia uma parcela mínima dos imigrantes entrados no Brasil. Em 1877, quando se constata o maior número de imigrantes nesta década em São Paulo, ou seja, 2.832, essa parcela corresponde apenas a cerca de 10% do total recebido pelo Brasil" (PETRONE, 2006, p.114).

- 1) a capital política e burocrática (Salvador e posteriormente Rio de Janeiro);
- 2) as regiões tradicionais (como a área cultivada de cana-de-açúcar no Nordeste ou as áreas de mineração de Minas Gerais),
- 3) o militarismo fronteiriço do Rio Grande do Sul;
- 4) e São Paulo e seu crescimento econômico exacerbado.

É de maior interesse para o estudo aqui apresentado a categoria na qual se enquadra São Paulo em contraposição as outras regiões¹⁰. Como aponta Soares (1973, p.103-104), o coronel típico atuante no Estado de Minas Gerais não tinha tanta força em São Paulo, devido a transformação social vivida pelo Estado desde a virada do século XIX para o XX; um segundo fator contribuiu para este fenômeno, sendo ele a Força Pública paulista.

Através dessa organização produziu-se o fortalecimento organizacional do Estado, transferindo e reforçando em grande medida a autoridade na figura do Presidente do Estado (LOVE, 1982, p.304). Neste ponto observa-se os conceitos de *representação política e cooptação política*:

No sistema de cooptação, pelo contrário, quanto mais íntima a participação do líder na burocracia governamental, maior sua força política, já que terá mais recursos para manter controle de sua base política. (...) É possível mostrar que, se formas embrionárias de representação política existiram no Brasil, elas tenderam a se concentrar na área de São Paulo. Elas nunca chegariam a ser suficientemente fortes para moldar o quadro nacional, mas foram suficientemente significativas para manter o Estado de São Paulo como uma entidade politicamente diferenciada dentro do país. (SCHWARTZMAN, 1975, p.23-24).

Em estudo realizado no oeste paulista com o foco no período da Primeira República, a tendência da minimização do poder coronelista também se comprova na medida em que o desenvolvimento social do Estado de São Paulo vai se completando. A pesquisa apresentada por Truzzi e Kerbauy (2000) corrobora a participação dos imigrantes na obtenção de terras entre 1905 a 1920, baseada nos dados da Secretaria da Agricultura de 1923.¹¹

¹⁰ Para um maior detalhamento das outras regiões exemplificadas ver Schwartzman (1975, p.43-54).

¹¹ Os dados do quadriênio 1920-1923 da Secretaria da Agricultura do estado de São Paulo mostram que dos 158 municípios que produziam café, em 1923, havia no estado 32.486 propriedades agrícolas com 793.537.604 cafeeiros. Desses, 13.197 eram dos colonos, no total de 236.382.301 cafeeiros, representando assim 29,7% do total de pés. Nesta estatística ainda é desconsiderado os filhos de imigrantes que possuem cafezais, já que tinham se tornados a partir daquele momento cidadãos brasileiros.

A ascensão dos proprietários de terras nessa localidade vindos de fora do país neste intervalo de 15 anos teve um salto significativo, prevalecendo estes números após a Revolução de 1930. A consolidação do imigrante no campo levou em seguida a um período de adaptação na cidade, através do processo de urbanização ocorrido a partir dos anos 30 até a década de 1950. Isso ocorreu devido a uma provável maior participação política nos centros urbanos; fato interessante, mas que ultrapassa o universo de análise pretendido por este estudo.¹²

Deste modo, há indícios sinalizando para a situação a qual Soares indicou, se não uma sociedade sem as relações coronelísticas características, ao menos tidas de modo mais suavizado em relação a outras províncias.

Cabe ressaltar também, a mudança do centro gravitacional cafeeiro ocorrida em São Paulo do Velho Oeste para o Novo Oeste, transformando as relações sociais existentes na sociedade paulista, como nos mostra Font com seu quadro sobre o tema:

Quadro 1 - Contrastes na estrutura social emergente na zona cafeeira de São Paulo no início da década de 1920

Aspecto	Velho Oeste	Novo Oeste
Organização da Produção	Grande fazenda e sítios não cafeeiros	Sítios e fazendas menores. Produção diversificada, incluindo café.
Comercialização do Café	Comissário ou agente	“Maquinista” ligado ao atacado e varejo
Entreposto	Santos	São Paulo

Fonte: Font (2008, p. 212.)

¹² Outros pontos também foram levantados no artigo, como a inócua participação política dos imigrantes e seus descendentes nestas cidades, fato que só se reverte com as decisões tomadas por Vargas após a Revolução de 1930, como a criação de interventorias e órgãos públicos, como o Departamento de Administração do Serviço Público (DASP), além da centralização da política e a modernização do aparelho do Estado, reformas que permitiram a entrada de vários segmentos da classe média no governo federal, estatizando assim as práticas clientelísticas que antes ocorriam de forma privada.

Quadro 1 - Contrastes na estrutura social emergente na zona cafeeira de São Paulo no início da década de 1920

Relações campo-vila	Complementares à Fazenda	Mais independentes. Florescentes devido à dependência do pequeno proprietário em relação à vila, como local de mercado e centro de atividades
Expansão da economia cafeeira	Lenta	Muito rápida
Política	Fazendeiro governa a vila e arredores	Predomina a vila
Controle	Local	Controle político-administrativo estatal mais decisivo
Grupo dominante	Clãs dos fazendeiros	Comerciantes, políticos, burocratas, pequenos artesãos ou produtores industriais

Fonte: Font (p. 212, 2008)

Esse deslocamento das áreas produtivas de café possibilitou outras formas de produção, principalmente baseada na pequena propriedade e na mão de obra imigrante. Com esta dinâmica diferenciada, mais próxima das relações capitalistas modernas, houve um surto de desenvolvimento no Estado de São Paulo, culminando em novos arranjos sociais no decorrer do final da Primeira República.

Altera-se com este fenômeno inclusive as tradicionais relações políticas existentes em São Paulo, tendo agora a intervenção dos entes governamentais na construção do desenvolvimento da sociedade paulista. Assim, Font finaliza "(...) a chave para a compreensão da década de 1920 em São Paulo é exatamente a tentativa das elites exportadoras tradicionais de restaurar o controle sobre a economia de exportação e seu pleno predomínio e hegemonia" (2008, p.215).

2.4 Surgimento da oposição em São Paulo, prenúncio da ruptura

É nessa sociedade paulista da década de 1920, após um cenário de perturbações do sistema oligárquico, como as revoltas tenentista em 1922 e 1924, entre os outros fenômenos citados, que ocorre um meio fértil para o surgimento de

um partido de oposição ao PRP em São Paulo. Em 24 de fevereiro de 1926 é fundado o Partido Democrático no Estado, colocando assim o fim do monopólio político do PRP.

As divergências entre as tendências internas dos perrepistas se tornaram insolúveis, acarretando na saída de parte dos políticos aos quais acabaram fundando o Partido Democrático. O PD se torna importante na política paulista do período, sendo o primeiro grupo de oposição ao PRP em São Paulo ao formular políticas e ter candidatos com reais chances de concorrer às eleições e almejar o poder desde o término da época imperial (WOODARD, 2004, p.42).

É necessário neste percurso tomado até então situar brevemente (dado que ao longo da pesquisa se voltará mais detalhadamente a esse tema) o período da formação do Partido Democrático, e quais eram os principais atores políticos responsáveis por esta nova tarefa em se opor a uma das maiores máquinas da política brasileira.

Para angariar votos e apoio à legenda nascente, os democráticos tiveram a adesão de uma pessoa notável e respeitada no cenário político da época. Antonio Prado fez sua carreira política no Império¹³, ocupando seu único cargo na República no executivo, como prefeito da cidade de São Paulo. Sua formação se deu na Faculdade do Largo do São Francisco (instituição na qual é tida como base das lideranças do PD, como se verá a seguir), em ciências jurídicas e sociais.

Participou de momentos decisivos do Império, como quando no comando do Ministério da Agricultura lhe coube ratificar a Lei nº 3.270, conhecida como a Lei dos Sexagenários, a qual dava liberdade para os escravos com idade superior a 60 anos. Teve ligação também com a legislação que facilitou a vinda de imigrantes para o trabalho nas fazendas paulistas, beneficiando assim os produtores de café e amortizando as suas insatisfações perante o fim da escravidão no país.

É balizado neste ator a legitimidade buscada pelo Partido Democrático de oposição aos perrepistas, agregando o maior número possível de interessados e simpatizantes, não importando as diferenças ideológicas, com o seu manifesto de fundação. Analisando a ata de fundação do partido, pode-se ver a forte presença de

¹³ Deputado Geral São Paulo 1869-1875 e 1885-1887; Ministro da Agricultura 1885-1887; Senador São Paulo 1887-1889; Ministro Estrangeiros 1888; Ministro Agricultura 1888-1889; Prefeito São Paulo 1899-1911. Ver verbete PRADO, Antônio; Dicionário da Elite Política da Primeira República (1889-1930) CPDOC-FGV.

profissionais liberais e uma parcela de proprietários de fazendas produtoras de café.

Prado (1986, p.13) refere-se a duas fontes, apresentando os números acerca dos grupos assinantes do manifesto de fundação do partido. A primeira é de Levi (1977, p.303), colocando a categoria profissional da classe média com 42,6% em primeiro lugar, e os fazendeiros aparecendo apenas na terceira posição com 15,5%. Já Fausto (2006, p.444), coloca também membros como os profissionais liberais com ampla adesão ao partido, além dos proprietários rurais. O núcleo da organização do partido se dá em três grupos diferentes entre si, entre eles:

- (1) a Faculdade de Direito do Largo do São Francisco;
- (2) o grupo em volta de Marrey Junior¹⁴;
- (3) e o do jornal *O Estado de São Paulo (OESP)* que era propriedade de Júlio de Mesquita.

A união desses grupos se faz sob a experiência do ator político Antonio Prado, ao qual nunca fez parte dos quadros do Partido Republicano Paulista, apoiando em duas vezes os candidatos à presidência situados na oposição, como Rui Barbosa (1910) e Nilo Peçanha (1922) (PRADO, 1986, p.13-14). Muitos dos membros pertencentes de parte da elite cafeeira apoiaram o nascimento do partido, como mostra o manifesto de fundação da entidade. Assim, os democráticos tinham poucas divergências no plano econômico frente aos perrepistas, encontrando-as principalmente sobre as decisões acerca do tema da produção e proteção ao café (PRADO, 1986, p.17).

Paradoxalmente, um dos motivos determinantes de Antonio Prado ser um dos fundadores do PD e entrar novamente na vida pública após um amplo período ausente foi referente ao espectro econômico. Com uma colheita prejudicada em suas fazendas por intempéries naturais, Prado necessitava que o mercado de trabalho se mantivesse com uma quantidade de mão de obra disponível acima do número de postos de trabalhos ociosos. Com isso impediria que o nível salarial flutuasse para cima, acarretando desta forma prejuízos para seus empreendimentos, tendo em vista a baixa produção da safra, aquém do esperado.

¹⁴ José Adriano Marrey Junior foi Deputado Federal por São Paulo em 1927-1930; revolucionário de 1932; Deputado Federal por São Paulo em 1950-1953. Ver verbete MARREY JUNIOR, José Adriano; Dicionário da Elite Política da Primeira República (1889-1930) CPDOC-FGV.

Em 1921, Antonio Prado costura um acordo com o governo italiano para a entrada de novos imigrantes no país, a *Convenção de Ouchy*, sendo negada pelo então presidente do Estado de São Paulo Washington Luís, afirmando que esta convenção feriria a soberania nacional, como mostra Casalecchi:

No rol dos desentendimentos com a lavoura é preciso fazer menção também ao atrito entre Washington Luís e Antônio Prado, que levou este político, que tinha devoção ao comedimento, a afirmar em entrevista não poder considerar sério o líder do governo. A ruptura que distanciou Antonio Prado do governismo foi o início de uma marcha irreversível que o levou ao Partido Democrático. Prendia-se tal querela ao problema imigratório que inquietava a lavoura empobrecida também de braços, tendo-se recusado o governo a subvencionar a imigração italiana promovida pela Sociedade Auxiliadora do Fornecimento de Braços à Lavoura, fundada por Antonio Prado. (1987, p.158).

Essa decisão tomada pelo presidente do Estado prejudica economicamente Antonio Prado, podendo ser um dos motivos plausíveis ao apoio à candidatura presidencial de Nilo Peçanha em 1922.

A oposição a qual o PD fazia frente ao PRP era claramente na arena política. Como a única forma de se fazer oposição ao perrepeismo em São Paulo era ser simpatizante dos democráticos ou seu filiado, o partido obteve adesão desde dos proprietários, até os operários e imigrantes, sendo aqueles os condutores dos rumos que a agremiação tomava.

A principal orientação do partido caso ganhasse as eleições seria a implantação do voto secreto e um judiciário livre. Dentre as atribuições deste poder estaria a deliberação sobre todas as etapas das eleições, como a contagem de votos, alistamento de eleitores, reconhecimento da vitória de um grupo político, sem interferência de interesses políticos. Outro ponto importante se refere à chamada questão social, a sua defesa e a criação de medidas favoráveis a esta causa; se vê aqui uma clara alusão crítica à política praticada pelo presidente de São Paulo Washington Luís.

O crescimento do Partido Democrático foi vertiginoso e surpreendente, dada a sensação na época pelos perrepistas de este ser mais um movimento de caráter temporário. Em dois anos o PD conseguiu mais que duplicar seus diretórios no interior, além de se espalhar também por outros meios como a criação do jornal Diário Nacional, tornando-se a mídia oficial do partido. A preocupação sobre seu

recente adversário tomou outros ares para os perrepistas com a expansão dos democráticos na sociedade paulista.

Com este apelo crescente, a participação na eleição de 1927 apesar da historiografia apresentar como não satisfatória, se olhada em seus termos relativos foi vitoriosa em sua proposta. Os democráticos concorreram com uma vaga para o Senado Federal e quatro para a Câmara dos Deputados, em quatro distritos distintos; a vaga no Senado não foi alcançada, tendo sido o resultado amenizado por conseguir três das quatro vagas disputadas para a Câmara federal, inclusive a capital estadual¹⁵.

Constatando os fatos reais e os documentos da época, era clara a posição do Partido Democrático em não ser a favor de opiniões e posições radicais presentes na sociedade brasileira e paulista. Ficavam de fora das reivindicações vindas de diversos grupos que estavam saturados da estrutura política brasileira, das suas oligarquias, dos pactos entre os nomes mais importantes das elites cafeeiras.

O Partido Democrático foi uma oposição ao Partido Republicano Paulista, não sendo o primeiro movimento oposicionista, porém aproveitou-se de um momento delicado na política nacional para angariar votos. Com a eclosão da Revolução de 1930, o partido teoricamente esteve na posição de um dos grupos vitoriosos, entretanto não assumiu o governo de São Paulo por motivos evidenciados na seção três desta pesquisa.

Por mais conspiracionista que o PD tenha sido ao tentar retirar o PRP do governo, suas lideranças, por possuírem os mesmos laços sociais de seus rivais, respeitavam a disputa política. Ao invés da revolução, se contentavam com reformas pontuais, que possibilitassem a partir destas reparos na democracia "republicanizar a República", moralizando os ideais republicanos.

Como forma de se proteger dos avanços dos democráticos, os perrepistas se apoiavam em duas de suas marcas principais:

- (1)** a ordem;
- (2)** o progresso.

¹⁵ Os candidatos vitoriosos ao cargo de deputado federal foram: Marrey Junior - 39.692 votos pelo 1º distrito (composto por 92 municípios, incluindo a capital São Paulo); Francisco Moratto - 23.866 votos pelo 2º distrito (ao todo 77 cidades); e Paulo de Moraes Barros pelo 3º distrito, com 11.816 votos em 37 localidades (PRADO, 1986, p.61).

Focando nesse segundo argumento, Casalecchi diz "O que dá força ao PRP ainda é a defesa do mesmo progresso que minava-lhe, sem perdão, os pólos tradicionais de sustentação" (1987, p.180).

Com o desenvolvimento do setor cafeeiro exportador, e aqui utilizando a teoria proposta por Dean (1971), paralelamente ao crescimento exponencial das riquezas dos fazendeiros de café, na borda de seu sistema floresceram atividades comerciais e industriais. Estas, minaram a política feita pelos perrepistas, tendo a imigração como um ponto chave, a urbanização e a interiorização do progresso. Esse é o paradoxo ao qual o PRP vive naquele determinado momento da República, em que quanto mais o Estado se desenvolvia, maiores os seus problemas políticos e eleitorais, desestabilizando assim sua base de apoio e comprometendo a máquina eleitoral.

2.5 O crescimento da importância política gaúcha

Esses acontecimentos em São Paulo não ocorreram descolados dos outros fatos políticos da nação. O final dos anos de 1920 também acarretaram movimentos diferenciados nas políticas locais dos outros Estados, sendo fundamental para a transformação social do Brasil, a partir de 1930. O Rio Grande do Sul, com a união dos grupos divergentes atuantes politicamente no Estado em torno de Getúlio Vargas, se fortaleceu politicamente frente os atores políticos paulistas e mineiros.

Torna-se um incômodo político, despontando como uma força necessária a ser levada em consideração na política nacional, aumentando os desequilíbrios no pacto estadual entre os duas maiores oligarquias estaduais, e abalando esta estrutura política relacional existente desde o início do período republicano, como Kuhn (2004, p.122) nos mostra:

Em 1928, houve a eleição de Getúlio Vargas (PRR). O seu governo representou uma mudança completa na política estadual, que se voltou para o atendimento direto dos interesses dos produtores: criou o Banrisul e conseguiu a redução das tarifas ferroviárias. No ano seguinte, foi criada a Frente Única Gaúcha (FUG), unindo republicanos e a oposição em apoio à candidatura de Vargas ao governo federal. A FUG foi o embrião da Aliança Liberal, que reuniu as elites políticas do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba, contrárias ao projeto oligárquico que estava no poder no Brasil. Esse projeto estava assentado na agro-exportação cafeeira e privilegiava politicamente a São Paulo.

Dois fatores além da união política das forças partidárias através da figura carismática de Getúlio Vargas favoreceram o crescimento dos gaúchos como o terceiro Estado em importância na política dos Estados na década final da Primeira República.

Primeiramente a economia do Rio Grande do Sul, tendo como seu principal produto agrícola a plantação de arroz, passou a ocupar o cargo de maior exportador do país deste grão. Além disso o charque dividia a primazia dos produtos exportados com o arroz, e seus melhores mercados eram as cidades do Rio de Janeiro, Salvador e Recife (LOVE, 2006, p.117). Por possuir os seus consumidores alojados no território brasileiro, a política de valorização cambial proposta pelo governo federal para aumentar as somas dos fazendeiros produtores de café que exportavam o produto e ganhavam em moeda estrangeira, era muito questionada pelos produtores gaúchos. Isso porque os lucros feitos com a comercialização de seus produtos em território nacional tinham seus lucros reduzidos, devido o comércio ser efetuado em moeda brasileira e ser bancado por todos os setores da economia.

Outro fator de importância agravada com a crise dos anos 1920 foi a presença massiva das Forças Armadas no Rio Grande do Sul, e sua a conseqüente boa relação com os políticos do Partido Republicano Rio Grandense (PRR). Por ser um Estado fronteiro, dividindo seu território com outros países importantes do continente como Argentina e Uruguai, desde o Império o governo brasileiro estacionava suas tropas para a proteção de um possível ataque ou indisposição entre os países.

Por ter esse caráter histórico de uma aliança entre as duas forças, militares e políticos, muitos dos tenentes descontentes com a disposição política da Primeira República eram gaúchos. Assim, para enfrentar as oligarquias paulista e mineira, somente seria possível com a união dos interesses entre esses dois grupos.

O exército amparava o presidente nas eleições apenas quando não havia um candidato gaúcho no pleito para ser apoiado (LOVE, 2006, p.128). Este argumento corrobora-se tanto na candidatura Hermes da Fonseca em 1910, quanto no pleito de 1930 com Vargas, este perdendo a eleição, quando há uma revolução civil-militar apoiada por grande parte das Forças Armadas em oposição ao governo constitucional de Washington Luís.

2.6 Conjuntura final de 1930

Após toda a contextualização da década, com a apresentação dos atores políticos principais, chega-se ao momento decisivo representado pela eleição presidencial de 1930 e os meses posteriores os quais possibilitaram a Revolução e a transformação social do Brasil e a queda da Primeira República. Neste espaço será feita uma breve recapitulação dos acontecimentos antes de se entrar na questão principal final da seção, o rompimento institucional que ocasionou a Revolução de 1930. Esta, afastou pela primeira vez o Estado de São Paulo de sua hegemonia no federalismo e de sua influente autonomia sobre o governo federal desde 1889.

A escolha do candidato oficial para a eleição presidencial estava delegada a Washington Luís. O presidente surpreende ao nomear como seu sucessor Júlio Prestes de Albuquerque, ao invés da esperada alternância com a oligarquia de Minas Gerais, tendo a sua frente o nome de Antonio Carlos. Claramente contrariado, Antonio Carlos tentou convencer a Washington Luiz a reconsiderar sua decisão, e percebendo a dificuldade deste fato ocorrer, colocou o nome do governador do Rio Grande do Sul, Getúlio Vargas, como possível candidato (AMARAL, 1929, p.13-34).

A determinação que Washington Luís teve na escolha de Júlio Prestes como seu sucessor se deve a cinco fatores:

- (1)** Júlio Prestes foi escolhido por sua aproximação política com Washington Luís¹⁶;
- (2)** a continuidade da administração;
- (3)** ter desavenças políticas e econômicas com Antônio Carlos, não seguindo, portanto seu conselho na nomeação de Getúlio Vargas;
- (4)** pela reforma constitucional de 1926, a qual aumentou o poder da União;
- (5)** com a mudança do eixo central das potências mundiais da época, o cargo de presidente da República passou a ter para os Estados na década de 1920 uma importância ímpar, tendo as negociações entre as oligarquias e os banqueiros privados caído em desuso¹⁷.

¹⁶ Ambos lutaram no mesmo front de batalha na revolta de 1924 que ocorreu no Estado de São Paulo. Desde então, Prestes segue todos os cargos importantes dos governos de Washington Luís, tendo claramente seu apoio, ver Debes (1982, p.52).

¹⁷ Ver Mario Wagner Vieira da Cunha *apud* Schwartzman (1970, p.33-34).

Esses são os motivos que levaram Washington Luiz a desafiar o pacto oligárquico dos governadores e nomear Júlio Prestes como candidato oficial a Presidência da República como forma de continuísmo a seu mandato e a proteção dos possíveis interesses das elites paulistas e cafeeiras. Posteriormente, na seção 2, analisa-se *in loco* estes acontecimentos, explicando-os detalhadamente a razão da mudança de posições, principalmente da elite cafeeira.

Mantido o nome de Júlio Prestes, a eleição ocorre normalmente em 1930, com a derrota de Getúlio Vargas, candidato apoiado pelas oligarquias dos Estados de Minas Gerais (em parte, devido a um racha partidário), Rio Grande do Sul e da Paraíba. Apesar da vitória eleitoral de Júlio Prestes, o clima tenso pairava sob a política brasileira, semelhante ao pleito da Reação Republicana, continuando as disputas políticas mesmo após o fim da eleição.

Pela oposição ser constituída de duas máquinas políticas oligárquicas importantes (Minas Gerais e Rio Grande do Sul), mais a instabilidade política presente na década de 1920, permitiu a chegada ao poder não do vitorioso na eleição, Júlio Prestes, mas sim de Getúlio Vargas. Com a deposição do presidente Washington Luís antes mesmo do término de seu mandato através de um golpe civil-militar, Vargas é empossado como o novo chefe de Estado.

Embasando-se em duas revisões bibliográficas a respeito do tema abordado até aqui, uma de Ferreira e Gomes (1989) a propósito da Primeira República, e outra de Oliveira (1978) sobre a Revolução de 1930, além do trabalho das três pesquisadoras Franco, Oliveira e Hime (1970), se tem uma visão das várias explicações propostas pelos autores que procuraram estudar a época da Primeira República e a conseqüente transição ocorrida com a Revolução de 1930. As teorias interpretativas para o movimento revolucionário em 1930 podem ser propostas em quatro níveis explicativos para a origem da crise, originando uma nova configuração social no Brasil:

- (1) econômica,
- (2) política,
- (3) ideológica e
- (4) social; não havendo uma ordem de prioridades entre elas.

Partindo da explicação *econômica*, temos três autores propondo o início da Revolução por este caminho. De origem marxista, Sodré (1979) observa basicamente um atrito entre o setor agrário exportador e o setor urbano industrial na Primeira República, sendo o primeiro aliado ao imperialismo e possuindo relações pré-capitalistas. Em contraposição a este, o setor urbano buscava modernizar a economia através da burguesia industrial e nacional, caracterizando assim uma luta entre essas duas classes. Essa análise demonstra uma contradição entre o setor agrário-exportador e o setor urbano-industrial, e esta contradição foi o marco para a Revolução de 1930, caracterizando assim uma etapa do capitalismo industrial.

Santos (1963) parte de uma tese parecida, uma sociedade brasileira separada por dois sistemas econômicos, um feudal (setor exportador) e outro capitalista (mercado interno). A crise se dá no movimento feito pelo mercado interno, ao ter sido expandido pela capacidade industrial do país, saindo vitorioso do período revolucionário. Jaguaribe (1962) por sua vez, ao invés de também imputar a burguesia industrial à origem da crise, vê na classe média o grupo motor da revolução para obter maiores avanços em suas conquistas e esquadrihar as bases do chamado Estado Cartorial, ou seja, a expansão da burocracia estatal e a perpetuação desta classe no poder e nas engrenagens do sistema.

Uma crítica à noção proposta entre uma relação conflituosa entre o setor agrário e o setor urbano tendo como principal teórico Sodré, vem de autores como Beiguelman (1966), Souza (1973), Fausto (1970) e Schwartzman (1975)¹⁸, na qual rejeitam categoricamente essa divisão de classes utilizada por Sodré. Estes autores ratificam que as elites rurais nunca se viram como um grupo diferenciado das elites que comandavam a política nacional.

O maior fato comprovando esse ponto é a falta da construção de partidos no período com as características agrárias ou rurais, tentando tomar o poder em todo território da América Latina, inclusive no Brasil. Além disso, houve uma relação profícua entre o meio rural e urbano, possibilitando a industrialização do país, principalmente de São Paulo. Stavenhagen (1981, p.10) em sua quarta tese sobre as falácias da América Latina discorre sobre a união entre o setor urbano com o setor rural:

¹⁸ Ver Schwartzman (1975, p.22) e a noção de cooptação política e representação política no caso das elites agrárias e urbanas. Ver também Martins (1980, p.673-675).

It has often been said that there is a profound conflict of interests between the new elite (or the new upper class) represented by modern commercial and industrial entrepreneurs and the old elite (or the traditional upper class), which derives its prominence from the ownership of the land. Although the latifundist aristocracy was eliminated by revolutionary means in some Latin American countries (however, always by the people, never by the bourgeoisie), there does not seem to be a conflict of interests between the bourgeoisie and the oligarchy in the other countries. On the contrary, the agricultural, financial, and industrial interests are often found in the same economic groups, in the same companies, and even in the same families. (1981, p. 10).

A explicação *política* para as causas da Revolução se dividem em dois autores principalmente, Lima Sobrinho (1975) e Fausto (1970). Para Lima Sobrinho e Fausto, o fator que propiciou a eclosão do movimento revolucionário foi à quebra do sistema de compromisso existente entre as oligarquias principais, as de São Paulo e Minas Gerais, não sendo possível a continuação do sistema político em vigor.

Lima Sobrinho observa a instabilidade do sistema através dos momentos eleitorais e as crises institucionais pelo qual o federalismo brasileiro passava, evidenciando a ascensão dos gaúchos como terceira força política e a aproximação dos mineiros com aqueles como contraponto a vontade hegemônica paulista em emplacar dois presidentes consecutivos.

Enquanto isso, Fausto vê a crise cafeeira assolando as oligarquias, principalmente a de São Paulo. Isto torna-se um fator de aglutinação de grupos descontentes com os rumos tomados pela política nacional, seja de outras oligarquias ou mesmo dos militares expressado nas ações dos tenentes, amparada por uma classe média urbana nascente.

As duas últimas correntes se distinguem entre um caráter social, ancorado em Santa Rosa (1963), e um ideológico, através do pensamento de Ramos (1961). Ambos os autores centram suas análises na classe média como o grupo primordial para o acontecimento da Revolução de 1930, relacionando essa camada da população com os tenentes, afirmando que estes eram a idealização do pensamento da crescente classe média brasileira.

Ramos observava a atuação política dos movimentos tenentistas de 1922 e 1924 como típicos movimentos pequeno-burgueses por terem reivindicações reformistas, como o voto secreto, uma República livre de um Executivo ditatorial,

uma justiça independente, entre outras exigências. Ao tomar o poder em 1930, encerra-se um ciclo político do país, o que ele chamaria de constitucionalização do Estado, originando uma nova forma de estruturação das classes e a conseqüente disputa ideológica entre elas.

Para Santa Rosa, a urbanização acentuada nos últimos anos da República permitiu atritos entre as duas classes constituídas, a burguesia nacional e os pequenos burgueses, confundidos como os operários. Com o advento da Aliança Liberal e o fortalecimento de uma força oposicionista, é acatado no programa aliancista alguns dos anseios da classe média, passando deste modo a apoiar o movimento revolucionário e torná-lo vitorioso.

O maior problema teórico encontrado na apreciação da classe média como um propulsor para a transformação política é a falta de uma definição precisa para esse conceito entre os autores que o utilizam, variando o seu significado e dificultando a objetivação da ação deste grupo. Como observa Oliveira, Ramos e Hime (1970, p.123), a utilização dos tenentes como membros da classe média é construída através de uma relação entre os movimentos europeus do início do século XX, como o nacional-socialismo e o fascismo.

Tenta-se, portanto, aproximar a realidade destes países, Alemanha e Itália, com a realidade brasileira, desconsiderando todo o caráter histórico e social distinto da formação nacional destas duas nações e o Brasil. Schwartzman também contribui para uma crítica contundente à categoria de classe média como explicação do fenômeno da Revolução de 1930, como se vê a seguir:

A tese das "classes médias" comparte com a tese da "revolução burguesa" o dom da irrefutabilidade. Fora dos extremos superior e inferior da sociedade, todos são "classe média" um truísmo que não tem demasiado valor explicativo. A insistência em teorias de "classes médias" para a explicação de movimentos sociais na América Latina incluindo a presença dos militares na arena política, é provavelmente uma seqüela de um esquema conceitual que não consegue sair das poucas alternativas de explicação baseadas em três ou quatro classes sociais e suas permutações. "Classes médias" ou, melhor ainda, "setores médios", é uma categoria residual que pode ser usada quando as outras explicações classistas evidentemente não o podem (1970, p.19).

Assim como os autores citados, Pinheiro (2006, p.14) também rejeita a utilização do conceito de classe média sem antes dar uma definição conceitual concreta para este grupo na sociedade, qual a sua composição e os seus limites

sociais no período da Primeira República. A homogeneização dos atores pertencentes às classes médias dificulta o entendimento da transformação social da época, pois alguns grupos no interior da classe média são de estratos sociais/econômicos/políticos distintos, como observa mais acuradamente Aron:

Por exemplo, do ponto de vista da origem' das rendas, o servente de pedreiro e o engenheiro das usinas Miles são igualmente assalariados, quer dizer, no sentido econômico, proletários. No entanto, não sucede que se sintam membros de um mesmo grupo e que se sintam solidários face aos detentores dos meios de produção. Dito de outra forma, a passagem de uma categoria de rendas a um grupo social coerente se choca em duplo obstáculo: a confusão, em certas pessoas, de rendas de naturezas econômicas diferentes; a não coincidência entre as categorias de rendas e as fronteiras psicológicas ou morais entre os grupos. (1991, p.107).

Esse argumento coloca na berlinda a tentativa de classificar os estratos da classe média por Pinheiro (2006, p.16), ao dividir este grupo entre as antigas classes médias e as novas classes médias, sendo os pertencentes da primeira classificação pequenos comerciantes, donos de seu empreendimento e trabalhando diretamente no seu negócio; ao contrário da nova classe média, constituída por trabalhadores assalariados, os quais contribuem para a realização da mais-valia.

Ao final de seu trabalho revisional da atuação, do conceito e da composição das classes médias no período da Primeira República, Pinheiro coloca:

Levando em conta a estrutura interna das classes médias (heterogeneidade) e sua dependência ao nível ideológico (ambigüidade) dificilmente elas poderiam ter assumido a defesa de um projeto que se situasse fora do quadro dessa dependência ou de desenvolver ao nível político uma prática autônoma fora dos quadros da "representação". (...) As classes médias na Primeira República jamais tiveram um desempenho que visasse diretamente o aumento de seu poder no sistema político brasileiro e jamais foram capazes de promover transformações que pusessem em risco a pauta de dominação vigente (2006, p.43-44).

Finalmente, após uma breve revisão da literatura sobre o tema relacionado a Revolução de 1930, pode-se esquematizar o período da construção da candidatura Vargas e a formação da Aliança Liberal, até o rompimento institucional e a instalação do Governo Provisório através da Revolução de 1930 nos seguintes termos, baseado em Franco, Oliveira e Hime (1970):

- (1) Antes da revolução, período no qual ainda há legalidade, a disputa é feita oficialmente entre o candidato da situação vs a oposição, com todos os atores políticos da cúpula atuando normalmente. Há indícios de tomada ilegal do poder pela via armada, através dos tenentes e políticos revolucionários;
- (2) Luta política fora dos parâmetros do sistema político institucional, iniciada entre a derrota da Aliança Liberal e a vitória da Revolução. Não há definição nesta situação entre legal e ilegal dentre os atores por causa do rompimento do sistema político. Há dois lados na luta, os que sustentam a permanência da Primeira República, e os revolucionários que questionam seus métodos. Ao final, a legitimidade do sistema cai por terra, com a vitória dos revolucionários.
- (3) A ruptura, assim, ocorre pela impossibilidade do sistema absorver as oposições dentro da própria comunidade.

2.7 Resumo da seção

Esta seção, portanto, foi formulada para situar a posição histórica em que a pesquisa teve as suas bases construídas. Foi percorrida a história política de um período antes dos momentos decisivos de 1930, pelo fato de que ampla literatura mostrada até aqui considerar a década de 1920 como um momento de eclosão das mais variadas distensões políticas e sociais ocorridas na Primeira República. Está incluído neste cenário a crise econômica mundial de 1919-22; a disputa presidencial acirrada entre Arthur Bernardes e Nilo Peçanha, a Reação Republicana; as revoltas de 1922 no Rio de Janeiro e 1924 na cidade de São Paulo.

Ao longo da década, essas turbulências ocorreram sempre em períodos eleitorais, quando as oligarquias entravam em conflito para a definição do nome do novo candidato a Presidência da República. Quando havia consenso entre as oligarquias mais influentes, como as de São Paulo e Minas Gerais, a disputa eleitoral era calma ou nem ocorria, como foram as eleições na maior parte da Primeira República. Excetuando nos pleitos de 1910, 1922 e 1930, justamente quando houve disputas políticas mais acirradas, houve percalços para as oligarquias dominantes.

A cultura do café possibilitou construir uma sociedade mais dinâmica em São Paulo, com o surgimento das indústrias e um comércio em torno dos ganhos da

produção agrícola. O desembarque dos imigrantes, substituindo os escravos na mão de obra nas fazendas, foi condição decisiva para impedir um coronelismo exacerbado no Estado.

Assim, não foi uma crise do coronelismo em si que propiciou a manifestação de outras demandas políticas na sociedade paulista. Isso ocorreu através de um rompimento interno nas elites, ou melhor, no PRP, permitindo então o surgimento de uma nova oposição com uma força que em outros momentos da República não seria possível, o PD.

Simultaneamente aos acontecimentos na política paulista, o Rio Grande do Sul toma um rumo distinto no final da Primeira República e tem reunido as suas forças políticas em torno de um nome, Getúlio Vargas. Este é um fator inovador na história do Estado desde a proclamação da República, sempre possuindo dois partidos formalmente estabilizados disputando o poder, ao contrário da maioria dos Estados brasileiros, com apenas um partido dominante no cenário político estadual.

A disputa presidencial em 1930 se torna acirrada após a escolha do presidente Washington Luís, de seu sucessor o paulista Júlio Prestes, o que desagradou a oligarquia de Minas Gerais. Esse racha político permite que a candidatura oposicionista de Getúlio Vargas seja alçada, apoiada pelos mineiros e paraibanos, formando assim a Aliança Liberal. Mesmo saindo oficialmente derrotada das eleições, a campanha aliancista continua, desembocando em um golpe por uma junta civil-militar e a retirada do presidente Washington Luís, sendo empossado Getúlio Vargas para o cargo.

A Primeira República é derrubada, e em seu lugar entra em cena o Governo Provisório de Vargas. O Estado de São Paulo, e os políticos paulistas, eram fortalecidos e amparados pela Constituição de 1891, a qual previa um federalismo hegemônico. Com a troca de regime, tem suas ações subordinadas a um governo central dirigido por um político de um Estado não participante das decisões nacionais, possuindo uma forte tradição centralizadora e com uma hierarquia militarizada.

Assim, quais foram os motivos da queda do regime federalista, e o quanto isso afetou a sociedade paulista, principalmente sua oligarquia política? Por que a troca de poder foi aceita de maneira tão pacífica, apesar de militarizada, sem ao menos haver um confronto bélico, sendo os paulistas detentores da maior força

pública do país? Houve setores beneficiados com esta revolução no seio do Estado?
E se houve, quais foram?

3 - Ruptura do pacto oligárquico e a desintegração da República

"O pleito de 1 de março só nos oferece duas perspectivas: a derrota fraudulenta e conseqüente submissão a vontade do vencedor, ou o protesto revolucionário, de conseqüências incertas quanto a vitória, certa porem quanto a ruína do País." Getúlio Vargas

3.1 A dinâmica do sistema eleitoral

A Primeira República possuiu três períodos eleitorais considerados conturbados e mais competitivos nos seus quarenta anos de atividade. De doze eleições presidenciais de 1891 a 1930, duas das mais competitivas estiveram na década de 1920, respectivamente em 1922 e 1930. Em todas as três eleições consideradas competitivas no primeiro período republicano, houve uma distensão entre os atores políticos dos Estados em relação à nomeação de determinados candidatos. Uma eleição competitiva neste contexto entende-se como uma oposição a escolha do candidato oficial das oligarquias no poder (geralmente mineiros ou paulistas), não necessariamente ligada a um plano de governo ou ideias divergentes, nem mesmo a viabilidade eleitoral da máquina opositora.

Como as outras duas eleições competitivas demonstraram, com o surgimento de uma oposição dentro do sistema político vigente, a disputa eleitoral tornava-se mais acirrada e instável, causando desavenças entre os grupos políticos que almejavam o poder.

A eleição presidencial em 1930 se difere dos dois casos anteriores por um detalhe precioso; ocorre uma aproximação entre a oligarquia gaúcha e a mineira, após esta romper com as pretensões paulistas de mais um presidente vindo de São Paulo. Desde a política dos Estados criada por Campos Salles, o único momento em que São Paulo e Minas Gerais estiveram em lados opostos foi nas eleições presidenciais de 1910. Neste pleito, os políticos mineiros apoiaram a candidatura do militar Hermes da Fonseca, enquanto os paulistas ficaram ao lado de Rui Barbosa, sendo derrotados.

Porém, diferentemente do ocorrido no ano de 1910, quando os atores políticos gaúchos se mantiveram isolados da política nacional, em 1930 a oligarquia gaúcha vinha unida sob um nome, Getúlio Vargas. Vargas conseguiu apaziguar as desavenças existentes entre os dois grupos políticos organizados no Rio Grande do Sul, e com isso fortaleceu a posição do Estado dentro do federalismo hegemônico

brasileiro. Mesmo não sendo um Estado fraco neste arranjo, principalmente por sua aproximação com os militares, o Rio Grande do Sul tinha uma posição neutra em relação ao Catete; após a união entre os dois partidos, Republicano e Federalista, essa situação se altera, crescendo o interesse dos gaúchos pela presidência.

Havia uma dificuldade em se fortalecer politicamente frente aos dois maiores Estados como São Paulo e Minas Gerais principalmente por sua força política estar dividida em dois partidos organizados, competindo entre si pelo poder dentro das fronteiras gaúchas. Foi através desse vácuo de liderança e poder propiciado pelo rompimento da aliança entre as oligarquias paulista e mineira, em conjunto com a habilidade política de Vargas em pacificar as relações entre os dois partidos gaúchos, que se concretizou o fortalecimento da política dos gaúchos, estando estes prontos para influenciar a política nacional.

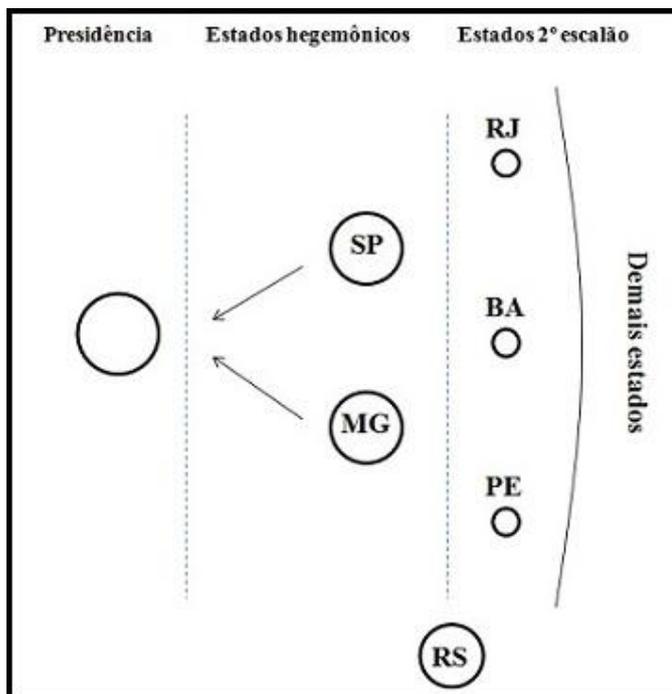
Ao mesmo tempo em que houve o crescimento político gaúcho, há uma cisão na política paulista. O surgimento do Partido Democrático em 1926 abala a hegemonia do Partido Republicano Paulista frente ao eleitorado do Estado, tendo agora a necessidade de disputar votos com seu opositor. Como demonstra Silva:

Tudo indica que a superioridade política de São Paulo decorria de vários fatores: o PRP estava organizado em todo o Estado de São Paulo, os dirigentes políticos estavam respaldados em grupos coesos e fortes, com profissionais técnicos e intelectuais na condução das políticas públicas do Estado; a oligarquia paulista estava bem estruturada, tendo cada grupo sua área de atuação e influência, com o reconhecimento do poder estadual que legitimava os papéis políticos exercidos pelos oligarcas e seus prepostos (2006, p.24).

Mesmo tendo a força da máquina estatal para vencer as eleições, essa disputa eleitoral faz com que o PRP perca seu domínio total da política em São Paulo, enfraquecendo-o assim nos períodos eleitorais. Caso houvesse uma oposição firme, como ocorreu com a Aliança Liberal, principalmente por ser formada por dois grandes Estados como Minas Gerais e Rio Grande do Sul, a estabilidade do regime republicano oligárquico seria afetada drasticamente. E os danos seriam ainda maiores por São Paulo estar naquele momento dividido politicamente em seu próprio território.

Deste modo, as eleições antes de 1930 poderiam ser esquematizadas da seguinte maneira:

Figura 2 - Esquema da Eleição Presidencial na Primeira República



Os Estados hegemônicos no federalismo da Primeira República brasileira, São Paulo e Minas Gerais, detinham a capacidade para indicar quem seria nomeado candidato a concorrer à presidência. Os demais Estados intermediários, dentre eles Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia, participavam das chapas quase exclusivamente apontando nomes para a função de vice-presidente, e em cargos ministeriais (LOVE, 2006, p.72).

Os demais Estados dificilmente quebravam a barreira de separação com os Estados de segundo escalão, tendo seus políticos em ocupações de menor importância dentro do governo central¹⁹. Uma situação destoante no esquema apresentado, é a participação do Rio Grande do Sul que possuía uma força política através de sua relação com os militares, e de uma economia voltada para o mercado consumidor nacional. Apesar disso, os gaúchos se mantinham neutros frente à

¹⁹ "De 11 Presidentes eleitos, seis eram paulistas, se considerarmos Washington Luis, e três eram mineiros. Houve apenas um gaúcho cuja candidatura resultara de um rompimento na oligarquia dominante, e um paraibano, eleito para completar o segundo mandato do Presidente Rodrigues Alves, morto antes da posse. Ainda para caracterizar o domínio dos grandes Estados é conveniente relacionar os Vice-Presidentes da República no período 1894--30, com as suas respectivas naturalidades: Manoel Vitorino, da Bahia; Rosa e Silva, de Pernambuco; Silviano Brandão, morto antes de tomar posse, e Afonso Pena, mineiros; Nilo Peçanha, fluminense; Veneslau Brás, mineiro; Urbano Santos, maranhense; Delfim Moreira, morto antes de concluir o mandato, e Bueno de Paiva, mineiros; Estácio Coimbra, pernambucano; Melo Viana, mineiro e Vital Soares, baiano. Assim, Minas Gerais, ao lado de três presidentes, elegeu na Velha República vice-presidentes em quatro períodos." (ANDRADE, 1976, p.413-14).

possibilidade de tentar assumir o governo federal, dependendo de uma ruptura política entre a aliança de paulistas e mineiros.

Kugelmas aponta esse fenômeno da seguinte forma:

A capacidade de articular o jogo político oligárquico na forma de partidos únicos estaduais revelou-se o recurso político básico de mineiro e paulistas, garantindo a estabilidade interna e uma posição de força no quadro nacional. Em contraste, os demais Estados jamais escaparam à violência da luta de facções, criando uma situação de dependência em relação ao governo federal; a cristalização das situações trazida pela "política de governadores" não foi duradoura, reabrindo-se as disputas, até porque as facções muitas vezes se dividiam, como que por cissiparidade. O Rio Grande do Sul, o terceiro "grande Estado" constituía um caso à parte; a partir da revolução Federalista consolidara-se um quadro bipolarizado, com o Partido Republicano Rio Grandense controlando o poder, mas enfrentando a oposição organizada e aguerrida dos Federalistas, depois engrossada pelos republicanos dissidentes de Assis Brasil (1986, p.76).

Estudo recente de Zulini (2013) a partir das contestações apresentadas pelos candidatos derrotados entre os anos de 1903 e 1927 permite elucidar ainda mais como era o processo eleitoral na Primeira República, indo além da já convencional situação de fraudes e violência nas eleições. Segundo a autora, os pleitos eram segmentados em três elementos:

- (1)** o caráter mediador das organizações político partidárias,
- (2)** a máquina administrativa municipal como meio de sucesso para determinados candidatos,
- (3)** a lógica clientelista utilizada como forma para obtenção de votos, não somente pela a violência (ZULINI, 2013, p.3).

A eleição se fazia em etapas, nas quais os partidos mais centralizadores e coesos como o PRP e PRR dominavam por completo o processo. Em sua primeira fase, era necessário efetuar a inscrição dos candidatos que poderiam concorrer, ocorrendo também a anulação das candidaturas efetuadas. Nesta ocasião já se iniciava o processo eleitoral, com embates entre os situacionistas e oposicionistas para a validação de seus candidatos e do eleitorado.

Em um segundo momento eram definidas quem comporia as mesas eleitorais, as quais acompanhavam as votações. As mesas apuravam os resultados e enviavam para a Junta Apuradora, que ratificava o resultado e diplomava os

eleitos para o Congresso Nacional. Por fim, a última etapa era a verificação dos votos pelo Congresso, o qual certificava de vez o resultado advindo das urnas.

Observando a prática eleitoral por essa ótica, a capacidade de mobilização do eleitorado por parte dos partidos torna-se um fenômeno importante para o funcionamento do sistema. Tendo em vista esta questão, a eleição em si não é um fator preponderante na escolha do candidato para o cargo de deputado, mas sim o conjunto de etapas definidoras do processo. Esse argumento completa a análise de Cammack (1979) sobre o peso do voto nas relações políticas da época, explicitado na seção 2.

Por essa razão, quando há uma oposição presente no sistema, existe uma maior chance de fragmentação das inscrições, das mesas e da apuração dos candidatos; apesar do processo eleitoral ser fortemente controlado pelos partidos situacionistas dos Estados, detentores da máquina eleitoral.

Percebe-se assim a importância do Congresso Nacional para os partidos republicanos e os Estados, principalmente para Minas Gerais. Detendo a maior população do país, os mineiros conseqüentemente possuíam a maior bancada na Câmara dos Deputados, com 37 parlamentares.

O domínio da Câmara pelos políticos mineiros era imprescindível para o Estado, pois era através do orçamento do governo federal que vinham os maiores investimentos para Minas²⁰. Com a posse da maioria, os mineiros podiam barganhar por favores e posições, favorecendo-os; influenciando também a governabilidade, sendo necessária sempre uma aliança com essa bancada²¹.

Entretanto, ao final da Primeira República, com o crescimento exponencial da população paulista, inicia-se um movimento em São Paulo para a revisão do número de deputados que cada Estado teria direito na Câmara (LOVE, 2006, p. 73). Como afirma Schwartzman (1975, p.123), há uma diferença entre as políticas feitas tanto

²⁰ Como nos mostra Romeiro (1930) *apud* Schwartzman: "Fazendo uso de abundante informação estatística, ele sustenta que, no período 1922-24, São Paulo contribuiu com cerca de um terço do orçamento federal, enquanto Minas recebia a maior parcela destes recursos" (1975, p.123-4).

²¹ O artigo 34 da Constituição de 1891 atribuía às competências do Congresso Nacional, dentre elas: 2º autorizar o Poder Executivo a contrahir empréstimos, e a fazer outras operações de credito; 3º legislar sobre a divida publica, e estabelecer os meios para o seu pagamento; 4º regular a arrecadação e a distribuição das rendas federaes; 5º legislar sobre o commercio exterior e interior, podendo autorizar as limitações exigidas pelo bem publico, e sobre o alfandegamento de portos e a criação ou supressão de entrepostos; 14º conceder subsídios aos Estados na hypothese do artigo 5º; 21º regular as condições e o processo da eleição para os cargos federaes em todo o paiz. 24º crear e supprimir empregos publicos federaes, inclusive os das Secretarias das Camaras e dos Tribunaes, fixar-lhes as attribuições, e estipular-lhes os vencimentos.

por mineiros quanto por paulistas; os primeiros dependiam desta atividade como forma de distribuir cargos públicos para suas bases clientelísticas, tendo em troca o poder em suas mãos.

Era uma relação extremamente tradicional, patrimonialista, pois a atividade do político mineiro era somente o poder político em si. Já em São Paulo, como a riqueza era produzida através da economia, o que interessava para a elite paulista era a possibilidade das tomadas de decisões permitidas pela política, favorecendo assim seus negócios privados; ou melhor, "Para os paulistas, a política era uma forma de melhorar seus negócios; para quase todos os outros, a política era seu negócio" (SCHWARTZMAN, 1975, p. 123).

Esta situação indica dois movimentos interessantes e interligados com a situação final da Primeira República em 1930. Por possuir autonomia do governo federal em praticamente todas as questões, os políticos paulistas necessitavam apenas de determinada participação no Congresso para conseguir seus objetivos. Porém, isso ocorria para apenas um grupo político do Estado, o PRP. A outra parte da elite, formada principalmente pela oposição democrática, ficava de fora dos benefícios causados pelo poder.

Aqui vemos, portanto, uma necessidade dos políticos democráticos em chegar ao poder para assim desfrutar das benesses políticas do mesmo, pois as garantias econômicas os integrantes do Partido Democrático já possuíam.

Diferentemente do PD, os atores políticos mineiros veem a escalada da elite paulista por um maior número de deputados na Câmara Federal como uma intimidação a hegemonia ininterruptamente possuída pelo PRM na Casa. Sendo esta hegemonia política que transformava Minas Gerais em um Estado de primeira grandeza no federalismo hegemônico brasileiro, isso ameaçaria o poder político da elite mineira pela primeira vez ao longo de 40 anos, esfriando uma relação de cumplicidade e cordialidade entre as duas elites estaduais. Enfraquecida essa relação, ainda mais com a política mineira dividida entre duas forças como veremos a frente, o caminho para a revolução está formado (WIRTH, 2006, p.100).

Caminho inverso tomou o Rio Grande do Sul no final da Primeira República. Enquanto São Paulo e Minas Gerais internamente se dividiam politicamente, perdendo a coesão e disciplina organizacional que possuíam o PRP e o PRM, os gaúchos, conhecidos ao longo de todo o primeiro período republicano como cindidos

em duas agremiações, foram "unificados" por Getúlio Vargas. Esse fato novo, tanto a eleição de Vargas como presidente gaúcho, quanto o término da reeleição infinita na política do Estado permitiu a possibilidade deste arranjo diferenciado, abalando a República.

3.2 A reorganização política gaúcha

Após a pacificação do Rio Grande do Sul em 1923, pelo chamado *Pacto de Pedras Altas*, a Constituição gaúcha foi reformada, retirando uma de suas cláusulas principais, a reeleição indefinida do presidente do Estado (DEBES, 2002, p. 182). Essa alteração no poder regional foi imprescindível posteriormente para ocorrer a transformação na política nacional. Completado o sexto mandato de Borges de Medeiros, este não poderia mais se reeleger ao cargo, tendo assim que indicar seu substituto ao comando do Estado. E nesse momento surge o nome de Getúlio Vargas.

Vargas em 1927 já fazia parte do ministério do governo de Washington Luís, ocupando o cargo de ministro da Fazenda. Com a eleição marcada para o dia 25 de novembro do mesmo ano, começava-se as especulações dos possíveis nomes a assumir o cargo da Presidência da República. Por ser o líder paulista na Câmara, e pela defesa do plano de estabilização financeira, principal objetivo da gestão de Washington Luís, Júlio Prestes desponta como favorito a ser indicado pelo presidente. Esse fato irrita a bancada mineira e Antonio Carlos em especial; primeiro os mineiros não eram muito favoráveis à reforma econômica; e segundo, com este movimento se quebraria o pacto de alternância na presidência entre Minas e São Paulo, retirando a chance de Antônio Carlos alcançar o Catete.

Washington Luís tinha em mente a possibilidade do presidente mineiro Antônio Carlos em não apoiar mais um período paulista na Presidência da República. Para isso, precisava fortalecer os laços com a elite gaúcha, para ter tranquilidade quando o tema da escolha de seu candidato à sucessão fosse efetuada. É por essa razão que Vargas tem sua saída do governo liberada para concorrer ao governo do Estado do Rio Grande do Sul. Washington Luís pensava assim ter um aliado na política gaúcha, caso os mineiros debandassem de sua ideia de uma sucessão paulista.

Com a vacância do cargo de ministro da Fazenda do governo de Washington Luís, há um burburinho para a escolha de um cargo ministerial importante por parte dos Estados. No Rio Grande do Sul, fica a expectativa da preferência por mais um nome gaúcho, Lindolfo Collor, para sacramentar a aliança entre os dois Estados. Foi também citado um possível nome de algum pernambucano, Estado importante na Primeira República, o qual não tinha nenhum representante no primeiro escalão governo. Até mesmo a preferência por um nome paulista, de Manuel Vilaboim, para fortalecer a possível chapa paulista com Júlio Prestes. Como de costume, a decisão de Washington Luís foi controversa e não levou critérios políticos, muito menos administrativos em consideração.

Criticado pela imprensa da época por elaborar seu ministério baseado em pessoas com pouca experiência nas áreas escolhidas para trabalharem, Washington Luís mais uma vez surpreende. Opta pelo nome do deputado fluminense Francisco Chaves de Oliveira Botelho, um médico. Entretanto, a escolha feita foi claramente de caráter pessoal e não técnico. Com a ida de Botelho para a Fazenda, abria-se uma vaga na Câmara Federal, passando a ser ocupada por seu primo, Belizário de Souza Júnior. Partindo desta manobra arriscada, o presidente Washington Luís irritou a elite gaúcha, considerando o ato uma traição (NETO, 2012, p.266).

Tranquilo, Washington Luís acreditava na aliança costurada com Getúlio Vargas, com este no governo gaúcho, graças às palavras amistosas as quais proferiu no seu discurso de despedida da pasta. Nesta ocasião, Vargas proferiu: "O Rio Grande do Sul (...) que sempre soube colocar os altos destinos da Pátria e da República acima de transitórios interesses materiais, apoiará com firmeza e prestigiará com lealdade e entusiasmo o governo de v. exc, de tão fecundas realizações(...)" (DEBES, 2002, p.150).

Na percepção de Washington Luís, o pacto com os gaúchos estava selado, diante das palavras de Vargas. Portanto, poderia ficar tranquilo para postergar a sucessão presidencial. Era conhecida a ingenuidade e capacidade de Washington Luís em confiar nas palavras lançadas por aliados, tanto quanto sua intransigência e intempestividade ao tratar com adversários (DEBES, 2002, p.186; LIMA SOBRINHO, 1975, p. 6, 37).

O estreitamento de laços entre a presidência e o governo estadual gaúcho pode também ser verificado em duas situações chaves para o crescimento do

regionalismo do Rio Grande do Sul no final dos anos 1920, e dependiam do aval do governo federal para o prosseguimento. Aqui entende-se regionalismo pelo conceito utilizado por Love:

(...) definido como um comportamento (político) caracterizado, de um lado, pela aceitação de uma unidade política mais abrangente, mas, de outro, pela busca de um certo favoritismo e de uma certa autonomia de decisão (em matéria política e econômica), mesmo ao risco de por em perigo a legitimidade do sistema político vigente. Assim, a ênfase não é na peculiaridade regional *per se* (floclore, traje típico, maneiras locais de falar, etc), mas naqueles fatores que pode afetar, provavelmente, as relações políticas, econômicas e sociais com as outras regiões e com a unidade maior de governo, no caso, a União (1982, p.11).

A primeira dessas ações foi em relação ao principal produto gaúcho, o charque. Nesse mercado, havia outro Estado brasileiro competindo com o charque produzido no Rio Grande do Sul, o Mato Grosso. Mas para exportar seu produto para o resto do país, os mato grossenses por não desfrutarem de uma rede de transporte pelo interior do território nacional, utilizavam-se da via fluvial até o porto de Montevideú, e a partir daquela localidade adentravam seu produto no mercado brasileiro.

Porém, as queixas efetuadas pelos gaúchos, encampadas pelo presidente do Estado Getúlio Vargas, demonstravam que na realidade o charque que entrava no território brasileiro via Montevideú na verdade era o uruguaio, e não o mato grossense. Esses iam para outros mercados no Caribe com o selo uruguaio, enquanto o charque do país vizinho penetrava o Brasil isento de impostos, competindo fortemente com o produto gaúcho, dada sua qualidade. Assim, para resolução do problema, os gaúchos tinham como proposta a desnacionalização do charque.

Ou seja, todo produto, deixado o território brasileiro e atracado em portos estrangeiros automaticamente perderia suas isenções fiscais, sendo considerado como mercadoria importada. Dessa forma, o charque mato grossense perdia seu apelo competitivo, e o Rio Grande do Sul fortalecia-se como maior fornecedor de charque para o resto do Brasil. Com o Decreto nº 5.574²² de 14 de novembro de

²² Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-5574-14-novembro-1928-562703-publicacaooriginal-86802-pl.html>>

1928, assinado por Washington Luís, o charque estava oficialmente desnacionalizado (DEBES, 2002, p.208-9; LOVE, 2006, p.117-9).

O segundo quesito para o fortalecimento do regionalismo gaúcho, foi o subsídio dado pelo governo federal para a construção de ferrovias para o escoamento da produção do Estado. As dificuldades financeiras para a conclusão de investimentos na Viação Férrea do Rio Grande do Sul, principalmente pelas agruras da Grande Guerra devido a seu dono ser um investidor americano, Percival Farquhar, fizeram Vargas buscar ajuda do governo central. Para solucionar o problema, é proposta a estatização das ferrovias gaúchas pela União, endossada por Washington Luís.

Mais uma vez é concedida uma ajuda do poder executivo federal, somada também a uma concessão a construção dos portos de Pelotas e Torres. Como diria Lima Sobrinho: "Quanto ao Estado, bastava lembrar medidas, que o Presidente imediatamente as concedia. Se fossemos inferir a origem de Washington Luís, através dos benefícios feitos aos Estados, não diríamos que fosse paulista, ou fluminense, mas gaúcho" (1975, p.31).

A atitude de Washington Luís em se resguardar do possível rompimento mineiro se nomeado novamente um candidato paulista ao cargo da presidência, atribuindo benesses ao governo gaúcho faz sentido. Na ótica do presidente, caso houvesse a quebra do acordo com a elite mineira, o apoio vindo do Rio Grande do Sul não deixaria a conjuntura ficar instável institucionalmente, substituindo o peso político dos mineiros pela força gaúcha.

Elegendo seu sucessor sem maiores preocupações, Washington Luís ainda conseguiria isolar a política mineira, e seu principal desafeto, Antônio Carlos. O maior problema foi Washington Luís não ter percebido a reorganização política pela qual os gaúchos estavam passando, e as consequências que isso poderia ocasionar na condução da escolha para o candidato à sucessão. E, ao mesmo tempo, não observar o esfacelamento da política em São Paulo, na luta entre democráticos e perrepistas.

Conforme ia se relacionando bem com o governo federal e conseguindo a confiança de Washington Luís, Getúlio Vargas internamente também regia sua política de acordo com a conciliação, ao invés do confronto. Uma medida fundamental, demonstrando a linha amistosa de governo, e rompendo com as

ações tomadas por questões partidárias, como ocorria nos tempos de Borges de Medeiros, foi a fundação do Banco do Estado do Rio Grande do Sul (BERGS).

Através deste banco, Vargas pode criar linhas de crédito para os produtores da agropecuária, entre outros benefícios para o Estado. Como forma simbólica do esquecimento entre as diferenças partidárias como impedimento de políticas conjuntas para favorecer o Estado, o primeiro a ser financiado pelo BERGS é justamente Assis Brasil, líder do Partido Libertador e um dos grandes opositores ao PRR e o borgismo.

Essa atitude demonstra a sagacidade política possuída por Getúlio Vargas, construindo assim segmentos importantes de união entre os gaúchos para uma futura disputa eleitoral, caso o Rio Grande do Sul pleiteasse uma vaga ao Catete. Vargas entendia que somente juntos, unidos, era provável os gaúchos terem um mínimo de possibilidade de vitória.

Com a disputas entre as duas maiores forças políticas do país; no arranjo do federalismo hegemônico brasileiro não deixava de ser plausível a conquista do poder com a união entre as elites gaúchas.

A reformulação financeira pela qual passou o Rio Grande do Sul no governo de Getúlio Vargas alterou relações importantes existentes na sociedade gaúcha. Houve o crescimento novamente do ramo da pecuária, balizadas pelo crédito expedido pelo BERGS. Através da centralização das atividades financeiras no banco estadual, ocorreu uma diminuição da participação política dos setores ligados a parte financeira da economia, enfraquecendo a base tradicional do castilhismo-borgismo.

Ao assumir o governo do Estado, Getúlio Vargas já dava indícios de efetuar uma mudança severa na política gaúcha, ao recusar a nomeação de todos os secretários indicados por Borges de Medeiros, colocando em seus cargos representantes da ala nova do PRR. Como o próprio Getúlio dizia:

"O Rio Grande não é mais a terra dos entreveros, das lutas ásperas" (...). O Rio Grande do Sul é hoje uma grande oficina de trabalho, um riquíssimo centro de produção". O recado estava dado: os gaúchos haviam contornado as dissensões internas e queriam ser ouvidos sobre os destinos do país (NETO, 2012, p.276).

3.3 A divisão política em São Paulo

O ano de 1928 foi emblemático para as forças políticas em São Paulo. Em seu calendário eleitoral, ocorreram duas eleições, uma para a renovação da Câmara e Senado Federal, e a outra para os cargos de prefeito e vereadores da cidade de São Paulo. Esta eleição é importante por dois motivos:

- (1) a participação pela primeira vez de uma oposição organizada ao PRP no Estado;
- (2) pela preocupação que os democráticos causaram nos perrepistas frente a possibilidade de vencer as eleições na capital paulista.

Em ambos os pleitos, a oposição criticou veementemente a atuação da máquina política perrepista, mas foi na votação para a prefeitura de São Paulo que os ânimos ficaram mais exaltados.

No ano anterior, em 1927, o PD havia conseguido eleger três deputados federais, aproveitando a pouca importância da atuação democrática dada pela máquina oficial do PRP. O crescimento dos diretórios no interior e as articulações com partidos de outros Estados, visando à arena nacional, deixaram a elite perrepista de prontidão para diminuir a zona de atuação do PD.

E neste contexto ocorre às eleições em 1928. É importante acentuar a divisão dos dois grupos distintos existentes no interior dos democráticos. Cada grupo tinha uma visão de como se fazer política, e isso determinou as atitudes tomadas quando o PRP utilizou de atos discricionários para concorrer e vencer as eleições no período. Também serve de explicação para o acirramento no interior da política paulista entre oposição e situação, esta sempre dominada pela hegemonia do PRP.

Uma das correntes mais fortes dentro do Partido Democrático via a política da forma tradicional brasileira da época. Isso quer dizer simplesmente que tentavam concorrer às eleições com os mesmos mecanismos utilizados pelo PRP, voto de cabresto, aliciamento, cooptação de eleitores. A política para esta ala era para os indivíduos iluminados, as elites, as quais detinham o privilégio de decidir a vida na sociedade.

Diferentemente da outra ala do partido, mais viva e moderna, relacionada com a transformação da política através das ideias, com a conscientização do papel do eleitor, de métodos para aumentar a publicidade do partido perante a população.

Essas duas formas de se fazer política se chocavam na hora da disputa eleitoral, porém, enquanto ideologia econômica ou social, não haviam divergências entre os pensamentos dos dois grupos democráticos (PRADO, 1986, p.68).

Na eleição para deputado estadual, o PD conseguiu eleger cinco candidatos²³, ao passo que para o Senado estadual não foi eleito nenhum nome do partido. Entretanto, a causa da indignação dos democráticos se deu na eleição para a prefeitura de São Paulo. A atuação do PD no pleito anterior, mesmo não atingindo grandes vitórias na urna, desperta na elite perrepista o sentimento de uma possível derrota na corrida eleitoral pela capital. Assim, o PRP apresenta uma emenda constitucional ao Legislativo paulista pedindo a suspensão da autonomia do Estado de São Paulo e a conseqüente nomeação do prefeito da capital pelo presidente do Estado, Júlio Prestes²⁴.

Essa atitude visando à suspensão de uma eleição direta em troca da escolha do prefeito feita pelo presidente do Estado, cai como uma bomba na oposição democrática²⁵. Por perceber a possibilidade da vitória do PD na capital do Estado de São Paulo, acarretando em um vexame eleitoral e fortalecendo o discurso oposicionista, os perrepistas utilizam-se de meios burocráticos para tentar impedir as eleições futuras. Diferentemente de outros tempos, a oposição democrática representada pelo deputado federal Marrey Junior, e também candidato a prefeito do partido na capital nesta eleição, entra com uma representação na Câmara para a intervenção federal da União, na eleição paulista.

Este projeto apresentado por Marrey Junior para uma intervenção federal em São Paulo, talvez seja a maior expressão do racha político ocorrido no Estado com o surgimento do PD. Independente de conseguir vencer ou não as eleições, de

²³ 1º Distrito: Antônio Ezequiel Feliciano da Silva, 4020 votos; 6º Distrito: Luiz Augusto de Queiroz Aranha, 2909 votos; 7º Distrito: Vicente Dias Pinheiro, 3144 votos; 8º Distrito: Pedro Krahenbuhl, 2683 votos; 10º Distrito: Zoroastro de Gouveia, 4644 votos (SÃO PAULO, 1998). Todos os candidatos vindos do interior de São Paulo, o que demonstra maior capilaridade do partido no Estado, visto que a capital só passa a ser eleitoralmente decisiva a partir dos anos 1950 (PRADO, 1986, p.58-9).

²⁴ "Art 1º - O parágrafo 1º, do art. 57, da Constituição Política do Estado de São Paulo passa a ter a seguinte redação: "A administração municipal será constituída por eleição, exceto a da capital, onde o poder executivo municipal será exercido por um prefeito de livre nomeação do presidente do Estado" (DEBES, 2002, p.188).

²⁵ O projeto para a eleição indireta para prefeito da Capital paulista na realidade só seria votado em 1929, depois das eleições municipais ocorridas no final de 1928. Porém, conforme o texto da lei nº 2.293, o prefeito eleito nessa eleição teria seu tempo de mandato podendo ser interrompido a qualquer momento: "Art 2.º - O praso do mandato do prefeito da Capital do Estado que fôr eleito no anno corrente poderá ser restringido a qualquer tempo." (SÃO PAULO, Lei Nº 2.293, de 19 de outubro de 1928).

aumentar o tamanho da influência na sociedade paulista, essa ação demonstra que a política efetuada em São Paulo já não era mais hegemônica e dominada pelo PRP, apesar de toda sua máquina política ainda continuar funcionando. Com uma oposição não intimidada ao ponto de pedir uma intervenção federal²⁶ no Estado mais beneficiado pelo federalismo hegemônico, somando ao fato da presidência do Brasil ser paulista e do próprio PRP, não há demonstração maior das elites políticas de São Paulo estarem cindidas e que não compactuavam mais com a atual situação política.

A jogada política efetuada por Marrey Junior foi muito inteligente. Com o Catete empossado por Washington Luís, um representante da oligarquia paulista, e no posto de presidente do Estado de São Paulo a figura de Júlio Prestes, possível candidato a sucessão de Washington Luís para a cadeira presidencial, poderia se acertar dois alvos com apenas um movimento. Desmoralizaria a presidência de Washington Luís, e enfraqueceria a situação sucessória de Júlio Prestes. Como afirma Nogueira Filho:

Esse eminente líder democrático jamais pretendeu que o governo de Washington Luís interviesse, pela força, no seu próprio governo-mirim, tal o do Sr. Júlio Prestes. Seria isso ridículo! Sabia de sobra que ambos eram parceiros na mesma insânia. O que ele visava - e com carradas de razões - era o apoio moral da opinião pública brasileira ao vilipendiado povo da grande cidade que o elegera deputado (1958, p.310).

Nas discussões da Câmara Federal, a defesa feita pelo PRP acerca do projeto proposto por Marrey Junior foi de Roberto Moreira. O deputado perrepista alega a clara ação política pretendida por Junior, já que houve situação parecida em outros três municípios do Estado no qual o Partido Democrático não se pronunciou.

Moreira advoga que a indignação dos democráticos só existiu neste caso, pois estava em jogo a eleição do próprio Marrey Junior para o cargo de prefeito da Capital. Ao final de toda essa disputa constitucional na Câmara, o projeto pela intervenção federal em São Paulo foi arquivado, Marrey Junior perdeu a eleição para José Pires do Rio, mas as marcas na política paulista ficaram visíveis.

²⁶ "O Congresso Nacional decreta:

Art 1º - Nos termos do art. 6º, n. II, letra f e parágrafo 1º da Constituição, o Poder Executivo intervirá no Estado de São Paulo, para assegurar o respeito à autonomia municipal da Capital, à vista da reforma constitucional naquele estado ora em vias de realização." (BRASIL, ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS 1826-1987.)

O ano eleitoral de 1928 para o Partido Democrático foi um divisor de águas. Após ser fundado com o intuito de concorrer politicamente dentro das regras estipuladas na Primeira República, para tentar chegar ao poder através do voto popular, lutando contra as fraudes e a violência pelo menos em termos, e mudar o sistema político, esse ideal fracassa. Com a sensação de derrota pelos meios institucionais, alguns democráticos mudam o tom do discurso, e em 1929, o PD articula-se com outras oposições estaduais visando à campanha presidencial de 1930, e até mesmo pensando na possibilidade da ação revolucionária conjunta.

Outro fator tornou-se fundamental no racha político em São Paulo, partindo porém desta vez da área econômica: a *valorização do café*. A elite paulista julgava o café como um produto representativo de toda a nação, e por essa razão não deveria ser regionalizado os problemas quando surgissem, tendo no governo federal a prerrogativa de apoiar os produtores nos períodos de dificuldades. Ao longo de toda a Primeira República, os políticos paulistas tinham como aliados os mineiros na venda da imagem do café como preocupação nacional.

Estes, como maior bancada na Câmara e com sua habilidade histórica em contornar conflitos, acalmavam os ânimos dos outros Estados quando políticas financeiras federais socorriam os cafeicultores (LOVE, 2006, p.105). A importância do café para a economia brasileira é indiscutível na virada do século XIX para o XX, com o Estado de São Paulo possuindo o maior grosso da produção²⁷. Essa situação incomodava as elites de Estados menores, devido aos benefícios obtidos pelos paulistas com o governo federal sempre quando relacionado à economia.

As propostas de intervenção federal na política do café ocorrem desde o início do século XX, tendo o Convênio de Taubaté como marco em 1906. Nele, os governos de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro se unem para intervir no mercado do café, tentando solucionar o problema da superprodução das sacas entre 1900 a 1905. O crédito abundante do final do século XIX produzido pela política do *encilhamento* e a situação favorável do mercado internacional com preços acima da média, permitiu um cenário propício para a valorização do café, sinalizando lucros para os cafeicultores, os quais investiram no plantio do grão.

²⁷ "Entre 1910 e 1920, o Brasil produziu cerca de dois terços do café mundial, sendo as fazendas paulistas responsáveis por 70% desse total, ou seja, quase a metade da produção mundial" (LOVE, 1982, p.65).

Como a maturação para a colheita do café é demorada, o produto só esteve disponível justamente no período em que a euforia do mercado internacional já não era idêntica ao final do século XIX. Isso causou uma enorme produção as quais o mercado não teria condições de incorporar, mesmo com a diminuição do preço do produto, devido a característica inelástica da demanda.

Assim surge a ideia da valorização do café. Era uma proposta relativamente simples para a solução de um problema criado pela própria intervenção estatal. O plano consistia em estocar a produção de café quando esta atingisse um nível alto, desvalorizando o produto no mercado. Com o estoque das sacas de café em armazéns, ocorre uma diminuição da oferta do produto elevando o preço final do grão.

Caso as colheitas fossem abaixo do esperado, eram soltas as reservas de café no mercado para suprir a demanda, e assim mantendo o lucro dos produtores. Para finalizar, o dinheiro que cobriria todas as transações, como comprar o café e armazená-lo em silos, viria de empréstimos do exterior. Esses empréstimos seriam pagos com um imposto vindo da exportação do café para os mercados internacionais.

O governo federal se nega a por em prática a valorização do café com os próprios recursos, e o governo de São Paulo assume o plano, mantendo-o em funcionamento até o fim de 1917. As medidas intervencionistas no mercado produtor estimulam os cafeicultores à plantação de mais pés de café. O governo com seu plano de valorização colocado em prática enviava sinais para os produtores, caso a colheita fosse superior a demanda, automaticamente essa safra seria estocada para posterior venda. Isso era um risco, pois com várias safras seguidas produzindo um número elevado de sacas de café fariam o plano se tornar permanente, ou pior, fracassar.

A execução da valorização do café continuou vitoriosa. Mesmo com o mercado abalado com o final da Primeira Guerra, ocorre uma super safra em 1917, necessitando novamente da intervenção estatal paulista, agora com empréstimos tomados do governo federal, no mercado do café. Com a balança comercial deficitária no período, há nova injeção de impressão de papel moeda, aumentando a inflação.

A situação torna-se uma bola de neve: com a impressão de mais dinheiro para aumentar o caixa do governo devido o déficit na balança comercial, ocorre o crescimento da inflação; conjuntamente com o surto inflacionário, há mais café no mercado graças aos efeitos da 1ª valorização, levando o preço do produto a cair, gerando assim a necessidade de uma nova valorização. O fenômeno não se agrava mais porque a safra de 1917-1918, antes tida como mais uma safra de volumes vultosos, foi bastante prejudicada por intempéries naturais²⁸, estabilizando assim a oferta e a demanda pelo café.

Em 1924, a valorização do café transforma-se na defesa permanente do produto²⁹, com as obrigações financeiras vinculadas somente ao governo de São Paulo. A partir desse ano a política cafeeira entrará num turbilhão de crises que se tornarão catastróficas devido a três acontecimentos:

- (1)** a continuação da política de valorização é transportada para o governo paulista, com a criação do Banco do Estado de São Paulo em 1926, aumentando à linha de crédito aos estoques cafeeiros, tornando ainda mais irresponsável a situação;
- (2)** descontentamento dos compradores americanos em relação a forte defesa do café feita pelos brasileiros, desencadeando neste setor a compra do café colombiano como represália, além do financiamento de outros produtores em países concorrentes;
- (3)** e as três super safras seguidas nos anos de 1927-28, 1928-1929 e 1929-1930, que coincidiram exatamente com a pior crise do capitalismo até então, acabando com duas condições necessárias para a valorização do café, crédito fácil e mercado consumidor³⁰.

Na evolução desse fenômeno é possível verificar a transformação dos ideais da elite cafeeira paulista. Como assinala Kugelmas:

²⁸ Ver Pelaez (1971).

²⁹ A diferença entre as duas medidas explicitadas por Perissinotto: "A primeira (valorização), em grande parte por seu caráter pioneiro, foi bem mais simples e nela o Estado se limitou a operar como agente coordenador e garantidor dos empréstimos externos que financiaram o esquema. A defesa permanente, contudo, foi bem mais complexa. Para sua execução, foi montado pelo Estado todo um aparato administrativo, comercial e bancário. Tratava-se então, de organizar um esquema de defesa que regulasse permanentemente o fluxo de café para o mercado, de forma a manter sempre uma relação adequada entre demanda mundial e oferta, e por consequência, em um nível elevado a quantidade de divisas e o valor da moeda nacional" (2010, p.214).

³⁰ Ver Franco e Lago (2011, p.46-9).

Nesta época, gestou-se uma virada ideológica de grandes proporções: deixou-se de lado o tradicional liberalismo e passou-se a adotar uma orientação de tipo intervencionista, que terá como conseqüências o Convênio de Taubaté, a valorização do café, e a mudança da política monetária, através da Caixa de Conversão (1986, p.7).

Washington Luís é eleito presidente da República em 1926. O seu maior objetivo na presidência é colocar em funcionamento um plano financeiro³¹ para estabilizar a economia brasileira. Este fato liga os dois futuramente candidatos à sucessão presidencial, Getúlio Vargas e Júlio Prestes. Washington Luís, na escolha de seu ministério, adotou medidas centralizadoras, priorizando para os cargos indivíduos que não possuíam familiaridade alguma com o tema de seu ministério.

A explicação para esta atitude passa pela vontade de todos os assuntos terem a anuência final do presidente, sem a possibilidade de discordâncias em relação às matérias (AMARAL, 1930, p. 36-7). Com a área econômica assumida por Getúlio Vargas, mesmo o próprio assumindo a falta de conhecimento do tema, não foi diferente. Dessa forma era melhor, justamente no ponto mais importante planejado pelo programa de governo, que a Presidência da República tivesse toda a liberdade de agir sem alongar as discussões.

Porém, há um problema enfrentado pelo governo de Washington Luís com a crise no setor cafeeiro. A reforma financeira proposta pelo presidente ia diametralmente em oposição ao requisitado pelos produtores de café paulista³². O esquema de valorização necessitava da emissão de mais papel moeda e empréstimos para a compra do café, o armazenamento e o transporte do grão, não levado à frente por Washington Luís, devido ao seguimento do plano de estabilização financeira³³. Como nos mostra Franco e Lago:

A discussão sobre as conseqüências monetárias das políticas de apoio à cafeicultura tomaria toda a década de 1920, e seria

³¹ O plano financeiro estava erigido sobre três etapas: **(1)** estabilização do câmbio; **(2)** adoção do padrão ouro; **(3)** extinção do mil réis e criação do cruzeiro (NETO, 2012, p.246). A íntegra do texto pode ser conferida no Decreto nº 5.108, de 18 de Dezembro de 1926, disponível em < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-5108-18-dezembro-1926-564612-republicacao-88572-pl.html>>.

³² Para maiores detalhes, ver Fritsch (1990, p.56-62).

³³ Na análise feita por Vieira (1960, p. 105-116) sobre os princípios administrativos dos governos de Washington Luís, é enfatizada essa recusa em socorrer o setor cafeeiro por acreditar firmemente no seu plano financeiro, mesmo com isso perdendo apoio político da época. Como demonstrado mais a frente no estudo, com as mudanças institucionais ocorridas nos anos 1920, entre elas a centralização do poder no Executivo, Washington Luís acreditava que isto não criaria percalços para a eleição de seu sucessor paulista.

particularmente exacerbada na primeira metade, quando o financiamento externo às retenções de estoques não se encontrava disponível, e os desejos da cafeicultura, que pretendia financiar a defesa dos preços com emissão de moeda (ou desconto de letras de café no Banco do Brasil), afrontavam diretamente os modos de pensar da ortodoxia monetária (2011, p.41).

No Correio Paulistano, em matéria de capa de 2/11/1929, Washington Luís nega a emissão de papel moeda para os produtores, sendo essa sua ação elogiada pelo jornal inglês *Times*. Passada a responsabilidade da defesa do café para o governo de São Paulo, e acabando as receitas para proteção do produto através do Instituto do Café, órgão do governo paulista, a situação dos produtores ficou vulnerável.

Somado a isso, nota-se a diversidade econômica trazida pelo plantio do café para o Estado de São Paulo. Como observa Kugelmas (1986, p.150-1), no final da década de 1920, existiam vários grupos econômicos ao redor da produção cafeeira, e que estavam se desligando deste produto para uma caminhada de crescimento independente. Isso fez o PRP perder a força política nas suas principais bases de sustentação, gerando uma conjuntura de instabilidade entre a elite cafeeira e o governo federal, principalmente por este ser ocupado por um representante paulista.

Sem o apoio dado a valorização do café por Washington Luís, há um esfriamento na relação entre a elite cafeeira e o governo federal, acarretando na perda do apoio direto no momento da escolha do candidato a sucessão presidencial. Ressalta-se esse rompimento com a presença constante de informes sobre as reuniões da Sociedade Rural Brasileira (SRB)³⁴ e suas respectivas críticas ao governo, seja federal ou estadual no Diário Nacional, órgão de imprensa do Partido Democrático.

A SRB, como forma de barganhar e protestar perante o governo, organizou o Congresso de Lavradores do Estado de São Paulo no final de 1929. O que chama atenção é um dos artigos do regimento interno do Congresso:

³⁴ "Quanto ao quadro político-partidário, um número considerável de dirigentes da SRB alinhava-se ao Partido Democrático (PD) (...) O jornal oficial do PD, Diário Nacional, dava grande cobertura às reuniões da sociedade, prodigalizando elogios a todas as suas atividades. No final da década de 1920 e no início da de 1930, o diretório central do Partido Democrático contou com a presença de destacados líderes da SRB (...) Da mesma forma que o Partido Democrático, integrante da Aliança Liberal, num primeiro e curto momento a Sociedade Rural Brasileira apoiou o movimento revolucionário de outubro de 1930 que depôs Washington Luís da presidência da República." Verbete da SRB em Dicionário Histórico Biográfico da Primeira República (1889-1930), p.2-3.

Art. III O Congresso tratará exclusivamente dos actuaes interesses da lavoura de café e, com especialidade, dos seguintes pontos de urgência absoluta: **1º)** regularização e defesa do mercado de café na praça de Santos; **2º)** fornecimento de recursos à lavoura; **3º)** reorganização do Instituto do Café do Estado de S. Paulo, dando-se à lavoura maioria de representação no Conselho Director (Diário Nacional, p.5, 29/11/1929).

É interessante a terceira reivindicação proposta, em retirar das mãos do governo estadual o comando do Instituto do Café, passando para o controle dos produtores. Há uma relação visível entre o poder político e o econômico nesta passagem, no qual as medidas intervencionistas estatais deveriam ser utilizadas para o socorro do café, ao mesmo tempo em que quem tomaria as decisões a respeito da produção e comercialização do grão seriam os comerciantes privados. Em outras palavras, mesmo com a influência econômica no mercado do café por possuir produtores em sua legenda, a vontade dos democráticos era dominar as decisões políticas acerca da produção cafeeira.

Como resposta ao Congresso dos Lavadores, o Correio Paulistano em sua capa de 5/11/1929 utiliza-se de vários telegramas apontando o suporte dado pelos produtores de café de várias partes do Estado de São Paulo ao governo tanto de Washington Luís, quanto de Júlio Prestes. Por outro lado, há o apoio dos industriais paulistas no manifesto publicado em primeira página do Correio Paulistano de 3 de agosto de 1929. O Congresso também recebe apoio dos Corretores da Bolsa de Mercadorias de São Paulo, na p.7 do CP de 18 de agosto de 1929, entre outras entidades e associações. Enfim, com este cenário político no Estado, percebe-se uma divisão na elite paulista no final dos anos 1920, nunca antes ocorrida nestas proporções³⁵.

Um terceiro fator que merece ser destacado, pois não é muito discutido na literatura acerca do tema, é a respeito da unidade da Força Pública de São Paulo, neste momento instável no final da Primeira República. O Estado de São Paulo se armou durante todo o período republicano, inclusive recebendo missões do exército francês para treinamento de suas tropas. Ajudou em vários combates nos anos de

³⁵ Casalecchi (1987, p.153-180) aponta algumas outras divergências internas que a política paulista teve desde o ano de 1906, como a Liga Republicana, o Partido da Mocidade, o fantasma da criação do Partido da Lavoura, algo nunca concretizado. Porém essas críticas e divergências não assumiram riscos ao PRP pelo menos até a década de 1920, quando as estruturas da sociedade paulista estavam mais complexas e exigiam novas formas de se pensar a política, fato que o partido demorou para assimilar e transformar sua atuação.

1920 o governo federal, como a Revolta dos 18 do Forte, em 1922; a luta contra a Coluna Prestes, e na própria defesa da União com a Revolução em 1930, defendendo o governo de Washington Luís com 3.000 homens.

No início do ano de 1930, porém, ela detinha 8.493 homens, segundo a Lei nº 2.381, de dezembro de 1929, da Assembleia Legislativa de São Paulo³⁶. A fragmentação do poderio militar em São Paulo, como se pode observar pelo número reduzido na defesa do governo republicano de Washington Luís perpassa por dois motivos aparentes, segundo Fernandes (2006, p.268-280):

- (1) há voluntários contratados de outros Estados, não possuindo relações com o Estado de São Paulo, além da profissionalização dos soldados ser efetuadas objetivando à defesa da política da elite cafeeira;
- (2) a partir da revolução de 1924, Miguel Costa que foi um dos principais comandantes do levante, conseguiu trazer vários dos jovens oficiais para a causa tenentista, cindindo assim a corporação em duas: os legalistas e os revolucionários.

Com este cenário de desunião entre mais um braço do governo estadual, possuindo também ligações com a União e sua defesa, o Estado caminhava para o período final da República. Perdia-se assim grande parte do apoio militar que poderia amparar o grupo formado por Washington Luís e Júlio Prestes em um possível levante revolucionário.

3.4 Mineiros e paulistas: o rompimento da aliança

A relação entre as elites mineira e paulista já foi elucidada neste estudo. Cabe agora o encadeamento lógico para o distanciamento entre as duas maiores forças do federalismo hegemônico brasileiro. Neste ínterim, as figuras de Antonio Carlos, presidente de Minas Gerais, e Washington Luís, presidente da República, são de extrema importância para o entendimento do problema referente à cisão ocorrida no seio da elite política mineira, a qual afeta e muito a política nacional como um todo. Podemos dividir esta seção em duas partes, relacionadas entre si:

³⁶ Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1929/lei-2381-12.12.1929.html>>

- (1) a descontinuação da política do café com leite na eleição presidencial de 1930.
- (2) as consequências do rompimento desta política, tanto para os atores de Minas Gerais quanto de São Paulo.

A importância da efetivação do plano econômico de Washington Luís foi destacada anteriormente, colocando-o inclusive em posição de atrito com a elite cafeeira do Estado de São Paulo, um dos sustentáculos do governo central. Só de ser um representante da elite paulista, e negar o socorro requisitado pelos produtores de café, demonstra realmente a vital importância da política econômica para os planos de governo de Washington Luís a frente da presidência da República.

Neste ponto inicia-se uma das divergências que causaram o rompimento entre mineiros e paulistas. Desde a eleição de Washington Luís para o Catete, Antônio Carlos se mostrava contrário à implementação da reforma financeira do presidente. Por ser um plano de duração prolongada, perpassando obrigatoriamente por outras administrações, complicava-se a posição de Antonio Carlos em almejar ser o sucessor de Washington Luís ao mesmo tempo em que repudiava a proposta econômica do presidente. Com isso, o caminho mineiro foi se tornando distante da presidência (DEBES, 2002, p. 352).

Conjuntamente a essa situação, o Partido Republicano Mineiro (PRM) sofre um racha. Inicia-se uma disputa de quem seria nomeado o sucessor de Antonio Carlos para a presidência do Estado, do mesmo modo que ocorreu no campo federal. Melo Viana, vice-presidente da República, reivindicava esse posto, devido sua popularidade em Minas Gerais e a predileção de Washington Luís.

Caso não fosse escolhido, as únicas alternativas aceitas por Melo Viana eram os nomes de Arthur Bernardes ou Venceslau Brás, políticos mineiros importantes e comparados a própria estatura de Viana, segundo sua visão. Sabendo da querela entre os dois nomes, um não suportando a pessoa do outro, a indicação recairia automaticamente para seu nome, acreditava. Porém, na escolha da comissão executiva, foram propostos os nomes de Olegário Maciel e Pedro Marques. A preferência por esses nomes desagradou a Melo Viana, que rompeu com o PRM, e

levou consigo pouco menos de 1/3 do eleitorado mineiro³⁷ (LIMA SOBRINHO, 1975, p. 80-1).

Por mais contraditório que possa parecer, a cisão em Minas fortaleceu o discurso oposicionista no Estado frente à escolha de Washington Luís por Júlio Prestes, principalmente de seu presidente Antonio Carlos. No primeiro momento, a perda de uma fatia do eleitorado para o candidato situacionista se mostrou péssima para a candidatura da Aliança Liberal a presidência, que contava apenas com três Estados, contra dezessete que apoiavam Júlio Prestes.

Entretanto, com a atitude de Washington Luís em *degolar* 14 deputados mineiros do PRM partidários da Aliança Liberal, não reconhecendo seus diplomas de deputados federais, complicou a situação do governo. Nas cadeiras vagas, foram empossados os deputados aliados a candidatura de Júlio Prestes, conhecida como Concentração Conservadora (SOUZA, 1977, p.217).

Essa medida seria fatal para afetar a estabilidade do sistema político. Além de tentar intervir na eleição estadual mineira, quebrar a política do café com leite com a nomeação de Júlio Prestes como seu candidato oficial a presidência, Washington Luís interferira severamente na escolha da diplomação da maior bancada da Câmara dos Deputados. Foram três medidas pesadas tomadas pelo presidente, em pouco espaço de tempo, justamente contra um Estado poderoso da federação.

Essa ingerência na política mineira foi recebida com extrema insatisfação por parte das lideranças do PRM, aproximando-os de uma ação revolucionária. Sentimento semelhante possuído pelos membros do Partido Democrático ao buscar as vias institucionais nas eleições e serem barrados pela mudança nas regras do jogo pelo PRP. A grande diferença entre os dois casos, é que em São Paulo se tratava da oposição, a qual possuía uma menor capilaridade na sociedade paulista, ao passo que em Minas, estava sendo tolhido um grande grupo político da Primeira República; não se esperava que tal ato ficasse isento de ação, e não ficou.

³⁷ Segundo Viscardi (1999, p.6), 20% da elite política mineira apoiou a candidatura de Júlio Prestes no Estado. Apesar da pequena divergência com os números apresentados por Barbosa Lima Sobrinho, são representativos se levados em consideração Minas como o maior colégio eleitoral da época, e base para a campanha presidencial da oposição.

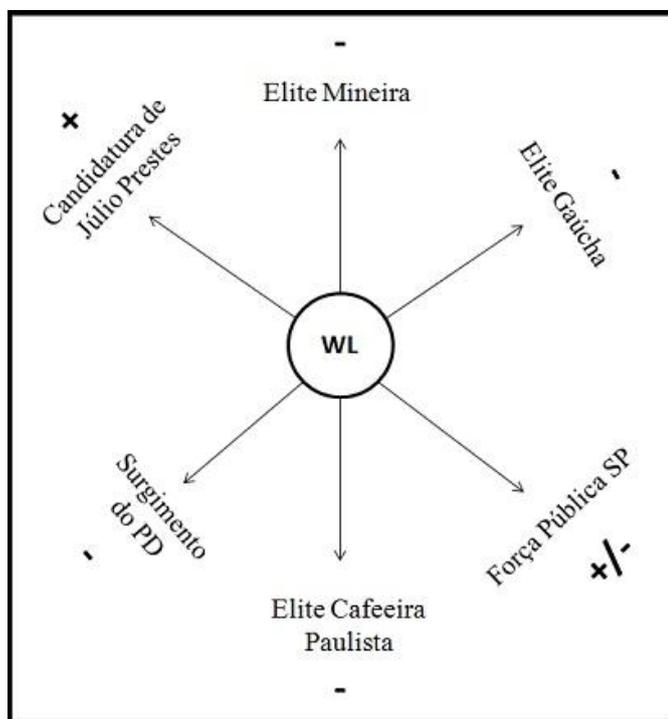
3.5 A crise sucessória e sua construção lógica

Não se pretende neste texto alongar nas tramas políticas para a escolha de Júlio Prestes e Getúlio Vargas como os candidatos presidenciais na eleição de 1930, tema bem aprofundado pela literatura. Partimos então para o problema na instauração da crise sucessória, explanando assim os motivos e as ações dos atores que causaram esse rompimento institucional culminando na Revolução de 1930 e na queda da Primeira República.

Ao longo da seção, foram colocadas as razões para a turbulência que afetou o final do mandato de Washington Luís na presidência, como o fortalecimento político gaúcho com a união entre a oposição e situação no nome de Getúlio Vargas; a desagregação da elite paulista, econômica, política e militar; e a submissão da política de Minas Gerais aos objetivos políticos de Washington Luís, rompendo com o pacto oligárquico entre paulistas e mineiros, o qual sustentava o federalismo hegemônico na República.

O modelo de análise da sociedade brasileira da época está construído, e nele podemos observar se as ações efetuadas pelos atores, principalmente por Washington Luís, foram norteadas pelo princípio da racionalidade. Para facilitar a esquematização e a avaliação dos vários argumentos apresentados até o momento, observa-se o esquema a seguir:

Figura 3 - Ações de Washington Luís no arcabouço institucional da Primeira República



Temos no Figura 3, seis eixos de análise relacionados com as tomadas de decisão de Washington Luís, que acarretou a transformação política ocorrida em 1930 no Brasil. De seis eixos, Washington Luís possui relação positivamente apenas com um eixo, a candidatura de seu nome escolhido, Júlio Prestes, e apoio de parte da Força Pública do Estado. Nos outros quatro eixos, sendo eles a elite mineira, a gaúcha, o Partido Democrático e a elite cafeeira paulista, as relações estabelecidas foram negativas.

Teoricamente poderíamos contar o favorecimento de Washington Luís com as benesses ao Estado do Rio Grande do Sul e Getúlio Vargas como positiva na visão do presidente, antes daquele ser escolhido o candidato pela Aliança Liberal, dado a esperança de Washington Luís do suporte gaúcho caso rompesse com Minas Gerais. Porém, o próprio presidente perceberia depois que a aproximação de Vargas não passaria de um jogo político, que o prejudicou.

É importante ressaltar o modo como Washington Luís concebeu a indicação de Júlio Prestes. Com a reforma constitucional de 1926, o Poder Executivo fortaleceu-se, aumentando sua área de influência sobre os Estados. Por ser um homem de sua confiança, Washington Luís apostou na continuidade de seu plano

econômico caso Júlio Prestes fosse o escolhido. Com Prestes no governo central, e a presidência com maior autoridade sobre os Estados, Washington Luís acreditava na proteção ao seu maior legado no governo. Essa era sua maior preocupação. Porém não contava com vários desgastes pelo qual passou seu governo, incluindo a sucessão presidencial.

Um problema institucional reconhecido no federalismo hegemônico da Primeira República foi a falta de partidos nacionais que encampasse as discussões, críticas e propostas para serem debatidas no interior dos partidos, ao invés de serem expostas a atritos regionais. O poder dos governos estaduais incentivado pela Constituição de 1891 deu aos Estados e suas elites locais as funções políticas e econômicas mais importantes.

Essa descentralização na realidade fundamentou uma centralização do poder nas mãos dos Estados mais ricos e influentes politicamente, como São Paulo e Minas Gerais. As elites estaduais, portanto, tinham amplos poderes e agiam em bloco para defender seus interesses, aos quais eram ligados com sua região.

Washington Luís com a reforma na Constituição, em 1926, concluiu que essa configuração institucional não estava mais presente, e assim poderia ter uma margem maior de interferência na política mineira, por exemplo. Esse julgamento mostrou-se posteriormente falso. Ao submeter à elite mineira a seus desígnios, uma das bases de sustentação do governo e conhecida por votar em bloco a favor da União, estremeceu. No primeiro momento foi favorável a situação, com a diplomação de 14 deputados opositores em Minas Gerais, mas que eram adeptos da campanha nacional para Júlio Prestes. Isso acirrou os ânimos do PRM, aproximando-o da ação revolucionária, retirando Washington Luís do poder.

Já os eixos apontados para política paulista, a situação fica ainda mais complicada para as escolhas feitas pelo presidente da República. A oposição democrática, além de criar um ponto de instabilidade no domínio perrepista em São Paulo, se exalta com a forma do PRP contornar suas dificuldades no Estado.

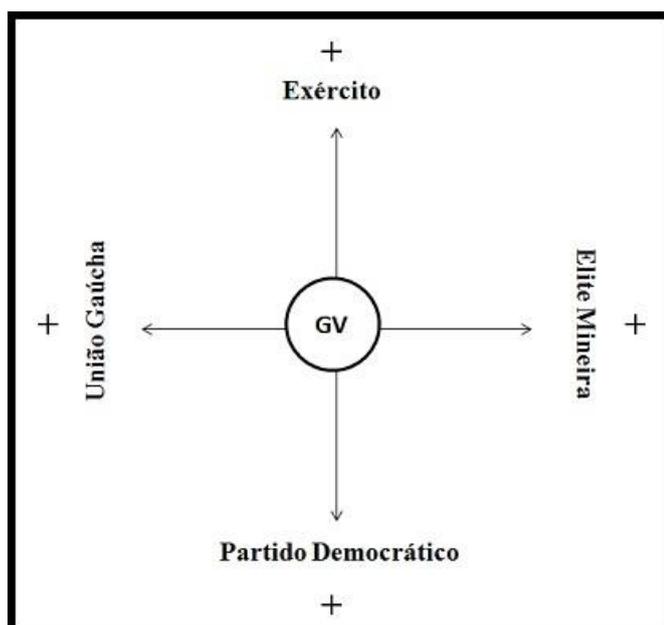
Isto os faz esfriar a luta política nos moldes tradicionais para entabular conversações com os aliancistas. Com a elite cafeeira, apesar de Washington Luís seguir a melhor política econômica para conter o *boom* dos preços valorizados artificialmente pelo intervencionismo estatal no setor do café, politicamente essa atitude agrava a situação de apoio ao regime.

Fragilizado pelas disputas internas, pelo abandono de sua base em Minas Gerais e da elite gaúcha, na formação da Aliança Liberal, Washington Luís sente a perda de sustentação na elite cafeeira. Sem o apoio desse grupo, respondendo por uma parcela importante da economia brasileira, e representado também por setores da alta cúpula do Partido Democrático, fica difícil suportar a pressão sofrida tanto na esfera política, quanto econômica.

Aliado a esse quesito, vê-se conjuntamente a divisão na Força Pública paulista, órgão criado para defender o Estado de possíveis, mas improváveis, intervenções federais. Com a revolução de 1924, parte da representação militar paulista é aliciada pelos ideais tenentistas de Miguel Costa, prejudicando a defesa posterior contra a própria revolução feita pela Aliança Liberal.

Na análise da figura 4, vemos as relações de Getúlio Vargas:

Figura 4 - Ações de Getúlio Vargas no arcabouço institucional da Primeira República



Em todos os pólos Getúlio Vargas obteve ações positivas, ao contrário de Washington Luís. Sua ação institucional no final da Primeira República, em contraposição as ações de Washington Luís, demonstra uma leitura da situação política mais acurada, conseguindo agregar vários pontos que no início da caminhada para a candidatura eleitoral pareciam evasivos.

Importante ressaltar a posição do Exército no movimento revolucionário, dada a simpatia dos militares com a política gaúcha. No momento mais provável da tomada do poder por um presidente gaúcho, as Forças Armadas saíram da

imobilidade e defesa do Catete, aderindo assim aos revolucionários, enfraquecendo a última resistência armada que poderia ter Washington Luís para defesa da República.

Assim, respondemos aqui três perguntas efetuadas no início da pesquisa, entre elas:

- (1) Qual a razão de Washington Luís ter escolhido um candidato paulista para sua sucessão?
- (2) Ele estava agindo conforme as normas institucionais do período ou sua escolha foi precipitada, causando a aceleração do processo de queda no sistema?
- (3) Como reage a elite política de São Paulo com esta escolha?

3.6 Resumo da seção

Nesta seção tratamos de mostrar como se deu as ações de cada um dos atores fundamentais para a crise ocorrida no seio do federalismo hegemônico brasileiro, atingindo as elites com maior poder tanto econômico quanto político. Dessa forma, a seção foi dividida em cinco tópicos, explanando desde o sistema eleitoral praticado na Primeira República, além de detalhar as relações políticas nos maiores Estados, São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Ao final da seção, coube a reconstrução lógica do modelo estabelecido, analisando assim as ações dos dois atores principais elencados na pesquisa, tanto Washington Luís quanto Getúlio Vargas.

Fica em evidência, portanto, que Washington Luís age de acordo com as normas institucionais do período. Porém, a arena política na qual sua presidência está inserida, já não está baseada firmemente no modelo institucional do início da Primeira República, sofrendo grandes alterações em um pequeno lapso de tempo. Assim, ao concretizar suas escolhas baseadas na leitura da situação política da época, Washington Luís esbarra em várias modificações que não estavam presentes em outros tempos republicano. Suas preferências neste determinado momento já não refletem mais a certeza da vitória de Júlio Prestes, provocando dúvidas quanto a solidez do sistema.

Respondidas as três questões principais feitas no início da pesquisa, cabe na próxima seção observar como se dá a relação entre a elite paulista, agora

principalmente representada pelos democráticos, e o Governo Provisório. Após conseguir a revolução, como se comporta a oposição democrática no âmbito de um governo alçado ao poder por uma revolução civil-militar no qual tiveram pouca participação efetiva, inclusive sendo criticada por esta participação discreta?

A centralização na União proposta por Vargas, como forma de diminuir as disparidades nas diferentes regiões brasileiras, é vista com bons olhos pelos democráticos? Qual a reação do PD ao perceber algumas semelhanças entre o modo autoritário do Governo Provisório de Vargas com as velhas práticas perrepistas de limitação a entrada no processo eleitoral? São estas algumas questões a serem discutidas na próxima seção.

4 - O governo provisório e a política paulista

"A revolução não se fez para assumir a tutela da Nação, senão para entregar a Nação o governo de si mesma. Se a Nação entender, pelo voto de seus genuínos representantes, organizar-se antes de um modo do que de outro, devemos nos inclinar diante de sua soberania. Podemos e devemos instruir o povo, convertendo-os as ideias que nos parecem mais acertadas; mas não nos é lícito impor-lhe o nosso pensamento e vontade. Seria o despotismo." Manifesto do PD, Diário Nacional - 15/01/1932

"É lição histórica de constante averiguação que de quantos métodos governativos se podem valer os povos, para regência da sociedade, nenhum se mostra como a ditadura, tão antipático na sua forma, quão ilusório nas suas forças e desastroso nos seus efeitos." Manifesto do PRP, Folha da Noite - 19/01/1932

4.1 Reconfigurando a arena política

Com a transformação política consagrada, findando a Primeira República, necessitava-se da oficialização do novo gabinete que comporia o comando do país. Assim, em 12 de novembro de 1930, com o Decreto nº 19.398, Getúlio Vargas se transforma no Chefe do Governo Provisório brasileiro. Através deste Decreto, substituindo a Constituição de 1891, Vargas governaria o país até ser pressionado pelos próprios paulistas para a reconstitucionalização do Brasil.

Neste documento, é possível observar as medidas tomadas posteriormente por Vargas no comando da nação no Estado Novo, como principalmente a centralização do poder na figura do chefe de Estado. Esta característica, ao contrário do discurso um pouco mais moderado na campanha da Aliança Liberal, retoma a sua formação acadêmica no Rio Grande do Sul, influenciado amplamente por Júlio de Castilhos, Pinheiro Machado e Auguste Comte, além do flerte com o fascismo italiano (FONSECA, 1999; SCANTIMBURGO, 2006, p. 301); é através desta guinada em seu pensamento que Vargas começaria a criar problemas referente a sua entrada política no Estado de São Paulo.

Os principais pontos explicitados no Decreto nº 19.398 são importantes de serem mencionados pois balizaram a política brasileira até a Revolução de 1932. Pode-se dividi-lo em oito pontos chave:

- (1)** Atribuição do Poder tanto Executivo quando Legislativo ao Chefe do Governo Provisório, até que fosse formada a Assembleia Constituinte;

- (2) Dissolução de todas as Assembléias Legislativas, seja dos municípios, Estados ou União;
- (3) As Constituições estaduais são mantidas mas subordinadas ao decreto e suas alterações;
- (4) Poder Judiciário mantido conforme as leis em vigor e as que fossem propostas;
- (5) Suspensa as garantias constitucionais, mantido apenas o *habeas corpus*;
- (6) Mantida a autonomia financeira dos Estados;
- (7) Governo Provisório nomeia os interventores nos Estados;
- (8) Criação de um Tribunal Especial para crimes políticos.

Nota-se neste Decreto o início da centralização do Estado nas mãos de Vargas. Com as atribuições tanto do Executivo quanto do Legislativo vinculadas ao Chefe do Governo Provisório, o raio de ação do governo estaria amplamente resguardado. Alguns pontos, como a permanência das Constituições Estaduais, tornam-se meramente formais pois são subordinadas ao Decreto. Em contraposição a manutenção da autonomia financeira dos Estados, vemos a dissolução das Assembléias Estaduais e a escolha dos interventores pelo Executivo.

Ou seja, de nada adianta os Estados possuírem autonomia financeira, se o comandante do território é nomeado pela própria União. De certo modo, ocorre uma transformação do sistema político, com esta centralização, mas as bases que o fundamentam são as mesmas. Vargas retira as oligarquias republicanas do poder, e coloca em seu lugar sua própria oligarquia, estando ele no centro e o determinante final para os rumos do país (SCANTIMBURGO, 2006, p. 292).

Essa nova realidade da política brasileira, pré anunciada com a revisão constitucional de 1926, que aumentou a área de atuação do Poder Executivo brasileiro, e centralizou as ações na União, é ao mesmo tempo desejada e rejeitada pelos grupos políticos, dependendo do interesse por quem observa a questão.

Antes da queda da Primeira República, com o domínio econômico e político assegurado, os interesses dos perrepistas pelo fortalecimento do governo federal em um momento delicado do sistema político se fazia atrativo e benéfico para proteção do mesmo. Ao contrário da posição dos partidários do PRP quando este era contra a monarquia, dizendo-se sufocado pelo centralismo do sistema, reivindicando assim uma República Federativa. No período pós 1930, com a retirada

do PRP do poder, a força política que antes era oposicionista, e agora parte da situação, o PD, inicia seu percurso para ser escolhido por Vargas para o governo de São Paulo.

Antes de entrar em detalhes sobre a situação política do Estado de São Paulo pós revolução, é preciso observar as ações executadas por Vargas para estabilizar sua posição de Chefe de Governo, acalmando as elites cafeeiras, principalmente de São Paulo. A maior preocupação para a economia brasileira na época era a crise pela qual passava o sistema cafeeiro, uma das causas apontadas por esta pesquisa para a perda da sustentação política por parte dos produtores de café a Washington Luís no Estado de São Paulo.

Quando assume o governo oficialmente, Vargas procura resolver essa pendência econômica. Propostas foram colocadas em pauta em 29 de dezembro de 1930; um plano foi elaborado para a compra de todo o estoque de café, retirando-o do mercado. Entretanto, essa medida não foi suficiente e foram necessárias medidas mais drásticas, como aponta Pelaez:

Foram três as medidas advogadas intensamente no Brasil para a solução da crise cafeeira: a eliminação definitiva da produção de café no interior no Brasil, o aprimoramento da qualidade através da adoção de novos métodos de classificação e a redução dos estoques através de sua destruição física. A implantação dessas políticas e a proposta dos estados produtores de café exigiam uma poderosa instituição federal. O problema do excesso de produção era um fator chave nas atividades econômicas do Brasil e a transferência de sua responsabilidade para o Governo federal era desejável para a implantação das políticas cafeeiras. Assim, em 16 de maio de 1931, o Governo federal criou o Conselho Nacional do Café (CNC) (1971, p.89-90).

A centralização econômica fazia sentido naquele momento para as elites cafeeiras de São Paulo e do resto do país, pois só um mecanismo central e forte poderia garantir o suporte na produção do café. Esta ação tomada por Vargas, diferentemente de Washington Luís neste mesmo cenário, alivia a pressão pela qual passava a elite do café em São Paulo e a tranquiliza em relação a suposta amizade costurada com o governo central.

Para Vargas, é importante fazer esse movimento político, trazendo para si a elite cafeeira paulista através de medidas econômicas benéficas, ao mesmo tempo em que procura neutralizar a atividade política no Estado de São Paulo através de interventores derivados de outros Estados.

No entanto, é importante ainda salientar um outro ponto relativo a esta questão, referente especificadamente a política tributária aplicada ao café. Autores como Perissinotto (2001) e Borges (1979) atentam para este fato, e percorrendo pelas duas análises é possível fazer um panorama do tema no período entre 1926, fundação do PD, até 1932. Esse período entre 1926 e 1932 é vital para o argumento a ser construído a seguir, pois perpassa os dois momentos cruciais, tanto a Primeira República quanto o período revolucionário e o Governo Provisório.

Perissinotto (2001, p. 164-7) evidencia a insatisfação por parte dos produtores de café não vinculados ao PRP acerca dos impostos abusivos de exportação estipulados para o produto. Este tema é um dos motivos, para o autor, da cisão interna do PRP, gerando assim o PD, o qual acusava estes impostos como mais uma atitude intempestiva dos perrepistas no governo do Estado.

Com a mudança revolucionária do governo, assume Getúlio Vargas, implementando a política de defesa do café em contraposição a Washington Luís, mas continua com a política de tributação do produto. Apesar da elite cafeeira aprovar a primeira medida, são contrários a segunda; um detalhe marca a diferença entre Vargas e os perrepistas. O primeiro fez o imposto de exportação ir para o orçamento da União, ao invés de ir para os Estados como era feito anteriormente (BORGES, 1979, p. 145).

Percebe-se por este arranjo o caráter estritamente político das questões formalizadas em torno da crise do café. Do mesmo modo que os impostos de exportação eram utilizados pela oposição como forma de ofensiva política contra o situacionismo perrepista na Primeira República, ocorre idêntica situação com a administração de Vargas. Assim, o problema não é em si o imposto de importação, mas sim quem *controla* este imposto; e que no caso do Governo Provisório torna-se mais "lesivo" ainda para os paulistas pois esta somatória de recursos não ficaria no Estado de São Paulo, indo para o caixa da União.

Análogo a esta afirmativa, corroborando-a, está a discussão sobre o imposto territorial em São Paulo. Em plena Primeira República, a Sociedade Rural Brasileira portava-se contra o imposto de exportação³⁸, sendo favorável a sua substituição por um imposto territorial. Já no Governo Provisório, o Partido Democrático, o qual

³⁸ Sobre a posição mais completa da SRB sobre os impostos de exportação/territorial ver Perissinotto (1997, p. 212- 213).

possuía grande intercâmbio de suas lideranças com a SRB³⁹, era veemente contra os dois impostos como nos mostra Borges:

A imprensa oligárquica mostra (...) queixas no terreno econômico; a criação de um imposto territorial é vista como mais um golpe contra São Paulo "querem demolir São Paulo com teorias". (...) O PD, defensor de fazendeiros, não pode ver com bons olhos um imposto territorial (1979, p.146).

Novamente, se vê uma posição ambígua quanto o caráter econômico por parte dos democráticos, utilizando-se mais uma vez do ataque da área econômico como arma política.

Apesar de economicamente Vargas conseguir se aproximar e cuidar dos interesses maiores dos paulistas, o café, politicamente inicia-se um choque premeditado pela proposta de interventores militares no comando do Estado. No rearranjo do sistema político nacional logo após a Revolução de 1930, é possível observar como as forças políticas dos três maiores Estados na Primeira República se organizaram.

Como a Grande Depressão afetou drasticamente o mercado do café, a economia paulista sofreu severos déficits. Com a supressão do PRP no Estado, detentor de uma máquina política organizada, e o PD envolto entre a ala que apoiou a Revolução (em menor número) e a ala evolucionista, a política em São Paulo estava extremamente fragmentada e sem objetivos a serem propostos, depois do projeto de país, do maior grupo político do Estado, sair derrotado em 1930.

O extremo oposto é observado no Rio Grande do Sul, que conseguiu atingir o cargo máximo do Executivo brasileiro, fato esperado desde os tempos de Pinheiro Machado. Com o Exército formando uma frente ampla com o Governo Provisório, participando no comando de várias interventorias pelo país, o crescimento da participação dos gaúchos na política nacional se expande sensivelmente.

O Estado também não se abala em demasia em sua área econômica, apesar dos tempos de crise internacional, por não depender em grande medida do mercado internacional para a comercialização dos seus produtos, pois possuía seu mercado consumidor no interior do território brasileiro.

Por fim, o Estado de Minas Gerais, após um grande predomínio na política executada em toda a Primeira República, a eclosão da Revolução de 1930 para os

³⁹ Sobre a relação PD e SRB, ver Perissinotto (1997, p.264- 267).

mineiros não foi o melhor desfecho que poderia ter ocorrido. Apesar de participar ativamente na campanha da Aliança Liberal, dando suporte eleitoral para os candidatos Getúlio Vargas e João Pessoa, o PRM se viu em uma crise cindindo o partido em dois grupos capitaneados em pró-situação e pró-oposição.

Com a troca do regime republicano, por ter apoiado o lançamento da candidatura de Vargas, o Estado não mantém uma relação política com o Catete como a dos paulistas, mas perderam seu poder decisório baseado em sua grande bancada de deputados federais, extinta por Vargas com o Governo Provisório. Perdendo essa faceta política, a de barganha e troca de favores com Estados menores, os mineiros tiveram a essência de sua arte de fazer política afetada duramente, rebaixando-se de aliados da União na Primeira República, para clientes do Governo Provisório de Vargas.

4.2 A posição dos democráticos após a Revolução

Deflagrado o período revolucionário, assume o comando do Governo Provisório Getúlio Vargas. Na formação de sua primeira equipe de secretários em São Paulo, Vargas utiliza vários nomes paulistas, poucos diretamente próximos ao Partido Democrático, mas nenhum ao qual se indisporia com a cúpula dirigente da agremiação. Na concepção das lideranças do partido, pelo apoio cedido a Aliança Liberal na campanha presidencial de Vargas, ao invés de lançar um candidato próprio no pleito, era de direito mais do que merecido o governo de São Paulo ser entregue para as mãos de um democrático, sendo o mais cotado para o cargo Francisco Morato, presidente da agremiação no período.

É interessante notar um detalhe precioso neste início do período revolucionário. Após a Juntar Militar dissolver o governo de Washington Luís, Morato era tido como o favorito na visão mais dos democráticos do que dos tenentes e de Vargas, para assumir o cargo de interventor do Estado de São Paulo. Porém, ao invés de assumir o cargo de interventor através dos militares, Morato se corresponde com Vargas e interroga o chefe gaúcho justamente se deve assumir ou esperar a decisão do chefe gaúcho (NETO, 2012, p.513). Esse lapso de decisão de Morato revela dois momentos distintos, alterando o rumo dos acontecimentos e confirmando o caráter dos democráticos na execução de uma nova política.

Com a espera da escolha de Vargas, Morato tem em sua concepção a total confiança em seu julgamento, e ao mesmo tempo queria imprimir na sua indicação a legitimidade do novo chefe de governo⁴⁰. Porém, com esse pequeno intervalo na definição da interventoria, há um vácuo de poder, gerando uma nova situação em São Paulo.

Ao contrário da expectativa dos democráticos, a escolha para o interventor no Estado recaiu no tenente João Alberto Lins e Barros, um militar nascido em Recife. Vargas demonstrava com essa medida a sua linha de pensamento e ação ao não dividir o poder com outro grupo político, ainda mais um aliado com facetas tímidas como se portou o PD no período revolucionário. Ficou clara a intenção de Vargas com essa atitude demonstrar o total domínio da situação política do país⁴¹, ao tempo em que subjugava a maior força política do regime anterior (PRP).

Ao dividir o poder com o Partido Democrático, estaria colocando em igualdade de condição os revolucionários e os apoiadores da Aliança Liberal. No entendimento de Vargas, as lideranças do Partido Democrático não foram entusiastas da revolução da forma como deveriam, se aproveitando da vitória e do momento favorável para se alçar ao poder do governo paulista.

Cabe ressaltar neste momento o juízo a respeito do conceito de revolução que detinham os adeptos do PD. No recorte histórico da época, a palavra revolução possuía um caráter violento na troca do poder, construído através das armas. Nos discursos de alguns pensadores do partido, o caminho revolucionário teria problemas não pela revolução em si, mas sim sobre qual sistema político seria erigido após o surto revolucionário.

⁴⁰ Trecho do Manifesto do PD na capa do DN de 15/01/1930: "Não nos era estranha a fraqueza do Chefe do Governo Provisório nem tampouco a falta de cumprimenta das promessas formais e reiteradas que havia feito, de confiar a alta magistratura do Estado a um paulista e civil, capaz de conjugar as simpatias e esperanças da generalidade de seus conterrâneos. Conservávamos assaz viva a lembrança de sua atitude, quando de passagem pela nossa capital, a frente das tropas revolucionárias, em demanda da Capital da República. Achava-se o Estado entregue a um governo politicamente heteróclito, organizado antes sob a direção do general Hastimphilo de Moura. O Sr. Francisco Morato não havia querido assumir a presidência, conquanto nomeado pela Junta do Rio e mais tarde convidado insistentemente pelo comandante da II Região. Ditaram-lhe a tal recusa motivos de alta prudência e lealdade."

⁴¹ Paulo Nogueira Filho (1958, p.602-3) lista os nomes dos interventores escolhidos por Vargas, e no final, em tom de crítica contumaz resume: "Aí estão os primeiros donatários das novas capitânias da colonização getuliana. Muitos deles governaram por largo tempo; alguns enfeudaram-se nas terras que lhes foram doadas por uma Revolução que tinha, entre seus objetos primaciais, estirpar oligarquias..."

O medo maior vinha pelo comunismo, influenciado pelos acontecimentos recentes em 1917 na Rússia; incomodava de certo modo também o discurso tenentista, e em menor escala os anarquistas/operários. E o temor se concretizaria em sua pior faceta se a população brasileira participasse de forma ativa em uma dessas correntes de transformação na política (PRADO, 1986, p.96-97).

Fica evidente nesta visão de mundo a tradição paulista de tentar resolver os problemas sociais através da ordem e da legalidade, evoluindo o sistema político, fortalecendo a oposição para eventualmente ser possível a tomada do poder, alterando o mecanismo político. Não era interessante para os representantes do PD uma mudança brusca no meio de se fazer política, alterando as bases econômicas e sociais.

Tendo em perspectiva a formação da elite partidária no seu congresso de fundação era evidente o maior número de indivíduos ligados as atividades rurais e profissionais liberais. Caso houvesse uma revolução comunista, o status social que possuíam seria afetado drasticamente, indo assim de encontro a seus ideais.

Do mesmo modo ocorre com as tentações tenentistas de alterações na Constituição republicana de 1891. Na visão de mundo dos tenentes, o problema central não era apenas a troca dos políticos, mas sim a reforma da Constituição para que esta fosse enquadrada às necessidades da sociedade brasileira da época. Fazia-se imprescindível arrancar as oligarquias republicanas do poder, mas se a Carta que regesse as normas sociais no Brasil continuasse intacta, nenhum avanço seria construído. A mudança portanto era institucional, e não econômica como os comunistas pregavam.

Essas duas formas de analisar os problemas sociais no Brasil do fim dos anos 1920 eram consideradas equivocadas pelos democráticos, e perigosa para seus interesses caso colocadas em prática⁴². Como afirma Paulo Nogueira Filho:

(...) a burguesia que eu integrava, em São Paulo, economicamente satisfeita naquele outono de 1928, aceitaria os riscos da rebelião

⁴² Sousa (1976, p.65) identifica os dois tipos de pensamentos antipartidários dominantes em 1930, um que pode se relacionar com as ideias tenentistas da política, com um caráter centralizador/autoritário e o combate das oligarquias; e o outro, pendendo para a oligarquia perrequista, com um liberalismo político restrito, em que as massas não estão sujeitas ao campo político. Curiosa essa bipolaridade da política brasileira, a qual tenta solucionar os problemas na arena política ambos com características cerceadoras da sociedade, seja para um grupo autoritário tenentista, ou para os notáveis das oligarquias. Neste ínterim, observa-se a posição distinta do PD, não se enquadrando em nenhuma das caracterizações.

armada? Para a deposição da oligarquia dominante, não era excessivo para essa burguesia o preço de uma luta cruenta? Afinal, com a oligarquia no governo, não estava provado que não corriam risco os privilégios das elites abastadas? A revolução vitoriosa, ao contrário, não poderia aboli-los? (1958, p.230).

Essas questões apontadas por Nogueira Filho foram respondidas ao longo da pesquisa, tanto a mudança da perspectiva da elite cafeeira com a Grande Depressão quanto a absorção desta elite pelo Governo Provisório, de Vargas. Mas esse pensamento dúbio em relação ao movimento revolucionário em muito contribuiu para a participação um tanto receosa das lideranças do partido na Revolução, influenciando a decisão de Vargas sobre a natureza da posse do governo de São Paulo, pelos democráticos.

A visão democrática da política, através dos editoriais no fim dos anos 1928, no OESP e DN, mostram a crença firme na construção de uma política na qual se faz necessário organizações oposicionistas, para aliviar a pressão das instituições da época. Isso poderia servir para um sistema político semi-aberto como era a Primeira República, sendo ainda possível alcançar o poder, apesar de complexo; mas dificilmente se encaixaria na nova configuração centralizadora posta no Brasil após a Revolução de 1930.

Vargas observa esse movimento do Partido Democrático e sabe que apesar de conseguir acalmar os ânimos financeiros e econômicos com medidas intervencionistas, para os democráticos a arena política sempre se fez da maior importância, pois já tinha certa participação das decisões referentes aos problemas do café.

Sua maior preocupação com o tipo de discurso do PD era uma possível recomposição das forças políticas paulistas, unindo-se assim com o PRP futuramente, situação delicada para os planos centralizadores do Governo Provisório. De fato, essa conjuntura pensada por Vargas se concretizou em um futuro próximo, mas por razões que partiram de suas próprias escolhas políticas.

Vargas via a repulsa do PD pelo movimento revolucionário como um fator preponderante na divergência de pensamento entre os líderes da agremiação partidária e os revolucionários. A derrubada da Primeira República para Vargas representava principalmente a queda do poder oligárquico paulista; assim ele precisava se precaver das possíveis retaliações advindas dos grupos políticos do Estado.

Com o PRP destituído de sua máquina política, e a elite cafeeira que sustentava economicamente o regime oligárquico bem escorada pelo intervencionismo estatal no mercado do café efetuado pelo Governo Provisório, restava o PD como válvula de escape dos descontentamentos na política paulista. Em paralelo a atuação do PD, surge a Legião Revolucionária em São Paulo, fundada pelos tenentes Miguel Costa e João Alberto (interventor escolhido por Vargas).

Os legionários buscavam lutar contra o ideário ainda existente das oligarquias dos partidos republicanos, e alavancar as proposições tenentistas em todo o país. Com uma proposta futura na criação de um partido nacional e antenados com os problemas do país, não de um Estado federado, queriam enfim enterrar o regionalismo na política brasileira. Porém, não conseguiram atingir as bases populares em São Paulo, ficando marcados por um de seus fundadores (João Alberto) possuir forte ligação com o Governo Provisório, rendendo críticas aos propósitos finais da organização.

O surgimento da Legião Revolucionária em São Paulo, apesar de não possuir uma representatividade digna na sociedade paulista, agrava ainda mais a relação entre Getúlio Vargas e os democráticos. A situação torna-se instável para o Governo Provisório, como demonstra Carone:

A frente única estadual rompe-se numa série de elos, a partir de janeiro de 1931: Partido Democrático e interventor João Alberto é o primeiro momento da divergência, porém, o primeiro deles - como o segundo - mantém-se fiel a Getúlio Vargas; depois vem a Bahia, com J.J. Seabra divergindo do interventor Juraci Magalhães; no Rio Grande do Sul são Raul Pila e Borges de Medeiros que vão contra o interventor Flores da Cunha, etc. Mas o que facilita a ação federal é que as cisões se dão em tempo cronológico diferente e que os dois lados identificam Getúlio como poder moderador; porém este que sofre com a ação do tenentismo - dos Estados e federal - age dubiamente, sem poder resolver nenhum dos problemas. É só quando os situacionismos oligárquicos estaduais entendem a impossibilidade da situação que eles resolvem romper com os poderes federais - a partir dos fins de 1931 - e tomar atitudes mais radicais (1982, p.289).

Diferentemente do final do governo anterior de Washington Luís, duas asserções importantes são retiradas dessa situação política encontrada logo no início da administração Vargas:

(1) As insatisfações estouram em tempos distintos, dando oportunidade para este conciliar as questões;

(2) E é considerado como o mediador das disputas políticas no início de seu governo.

Porém, Vargas ainda não estava seguro e estabilizado no cargo de chefe de governo, e isso lhe incomodava pois necessitava barganhar. O apoio tenentista ainda se fazia fundamental, como o braço militar do movimento revolucionário, sustentando-o pela força das armas. Na balança do poder, os democráticos apesar de serem os representantes da política paulista, no momento eram menos imprescindíveis.

Assim, seguindo sua máxima política de esperar os acontecimentos se arregimentarem, Getúlio Vargas não altera o comando da interventoria em São Paulo e nem barra a atuação da Legião Revolucionária, como pediam os democráticos. Essa ação de Vargas culmina no rompimento entre o Partido Democrático e o Interventor João Alberto, e através deste desgaste, a relação com o Governo Provisório se deteriora a ponto de ser encerrada também, como veremos adiante.

Em manifesto publicado na capa do Diário Nacional de 7 de abril de 1931, as lideranças partidárias dos democráticos explicitam os motivos do rompimento com a interventoria de João Alberto. Num primeiro momento, criticam a concorrência política vinda da Legião Revolucionária e suas ações autoritárias:

Contra as prefeituras a cargo de nossos amigos, desenvolvem ostensivo trabalho de desmantelamento as autoridades policiais os membros da Legião Revolucionária, empenhados estes e aqueles em guerrear com os democratas e anular-lhes qualquer influência na gerencia dos negócios públicos. Esfacelam-se serviços que tínhamos modelarmente aparelhados, como eram os de polícia; é o sopro iconoclasta da incompetência empavesada e acomodaticia. (...) Paralelamente com tantas ruínas e desatinos, não trepida o Sr. Interventor em patrocinar a ação deletéria da "Legião Revolucionária" e em submeter os órgãos democráticos a ferrenha censura. (...) A "Legião Revolucionária", chefiada pelo secretário da Segurança, cuja finalidade aparente é "assegurar a obra revolucionária de reconstrução do país", mas cuja finalidade real é o açambarcamento perpétuo das posições oficiais, a propaganda de idéias subversivas, de ditadura permanente, a guerra ao Partido Democrático e a morte do civilismo, constitui perigo contínuo para as finanças e a organização do Estado (DN, 7 de abril de 1931, p.1).

Em um segundo momento, aparece a insatisfação com a situação vivida pelo país, já preocupados com a demora em Getúlio Vargas propor a constitucionalização do país:

Sabemos que nessa mesma mentalidade não se nos perdoa a ânsia que manifestamos pela convocação da Constituinte, conquanto o retorno à ordem constitucional, no menor prazo possível, não representando apenas o sentir de um grupo ou de uma região, senão as aspirações pelas quais geme e palpita todos os corações. Para o Partido Democrático, este é um ponto de absoluta intransigência. Cometeríamos a mais nefanda apostasia, se pensássemos ou agíssemos de outra maneira. (...) A revolução de 3 de outubro, preparada de longa data pela propaganda das ideias democráticas e pela aliança das forças liberais, já atingiu o seu escopo e finalidade demolidora. O espírito da nova era está assegurado pela vontade inequívoca e incontrastável do povo brasileiro: a reconstrução que há a fazer, essa compete ao país, por intermédio de seus eleitos, na voz da nova Constituinte (DN, 7 de abril de 1931, p.1).

Na análise proposta por Prado (1986, p. 104), a distensão ocorrida entre os democráticos e o a interventoria de João Alberto se deve a dois motivos aparentes:

- (1) Disputa pelo poder;
- (2) Ameaça comunista.

Realmente esses dois temas aparecem ao longo do manifesto, a disputa pelo poder sendo bem mais privilegiada do que o comunismo, assunto poucas vezes tocado no texto publicado no Diário Nacional. Porém, e como é possível observar acima com a transcrição de alguns trechos do manifesto democrático, é de fundamental importância para as lideranças do PD a volta a um regime constitucional.

Seguindo a argumentação de Prado, havia uma interposição entre os interesses da classe dominante paulista com os interesses da totalidade do povo paulista, no qual reivindicavam que São Paulo estava sendo saqueada de suas riquezas pela ação dos revolucionários. Assim, com a perda da posição de comando no Estado, a classe dominante paulista não teria como suplantar suas decisões econômicas e políticas, deixando-a em situação desesperadora.

Como foi demonstrado acima, essa análise carece de sustentação na própria legislação estipulada na época. O Decreto nº 19.398 instituído provisoriamente por Getúlio Vargas até ser convocada uma nova Assembleia Constituinte, era a norma

jurídica que regia a sociedade brasileira no Governo Provisório, e centralizava as diretrizes institucionais para o Chefe de Governo. De nada adiantava ter em mãos o poder do Estado de São Paulo, se este estava subordinado ao controle da União, esta detendo o veto final das ações.

Essa questão é tomada como crucial no manifesto democrático contra o interventor, a volta do regime constitucional no Brasil. Só com isso seria possível a posse do governo de São Paulo de modo pleno e autônomo⁴³. Sobre a questão econômica proposta por Prado, já foi discutido anteriormente as ações tomadas por Vargas para acalmar a elite cafeeira, e assim ganhar tempo para implementar suas políticas.

Prado (1986, p. 106) coloca o ano de 1931 como decisivo para o PD, porque a partir deste rompimento com o interventor em São Paulo, o discurso democrático na visão da autora se modificava de defesa dos argumentos pró-democracia, da luta contra as oligarquias republicanas e da corrupção eleitoral, para um discurso pró-São Paulo, criticando a situação política do país pós-revolução, ou seja, criticando a situação política que ajudou a construir quando fazia parte da Aliança Liberal.

Estas críticas somavam com as feitas pelos perrepistas ao Governo Provisório. Ocorreu então uma equalização entre as duas forças políticas, desaparecendo as divergências de antes de 1930 e se aliando contra a União.

Pelo encadeamento dos fatos, e pelo manifesto proposto pelos democráticos no Diário Nacional, a análise de Prado é precipitada. A luta pela constitucionalização do país se faz de caráter urgente para as lideranças do partido assinantes do documento. O PD lutou contra as oligarquias e o sistema político fraudatário da Primeira República, o qual não deixava vigorar uma instituição democrática plena.

A decepção com Vargas ocorre quando os líderes do partido percebem o retardamento para a volta de um regime constitucional, e sentem a ameaça da construção de uma ditadura. Assim, os democráticos ao se unirem com seus rivais de outrora, os perrepistas, não estão renegando as lutas anteriores a Revolução de

⁴³ Autônomo neste contexto conceitualmente integrando a federação brasileira, com a volta do regime constitucional. Até o presente momento nos documentos pesquisados, não houve presença de um espírito separatista, apesar de obviamente, como em todos os movimentos revolucionários, existirem as alas mais moderadas e radicais. Prado (1986, p.111) afirma que a historiografia oficial busca "esconder" este fato, ao passo que Leite (1962, p.144) elenca vários argumentos demonstrando o caráter geral amplamente constitucional, rechaçando o intuito separatista, corroborado também pelo estudo de Borges (1979, p.173-4) referentes aos jornais da época.

1930, mas justamente o oposto, indo ao encontro dos seus compromissos firmados com a democracia e a autonomia paulista.

Na percepção dos democráticos houve apenas a troca do poder das mãos da oligarquia paulista, para as mãos dos revolucionários gaúchos, não trazendo benefício algum às instituições políticas brasileira. Por essa razão, é totalmente racional a atitude dos democráticos em se aliar com seus antigos rivais no Estado, os perrepistas, mesmos estes tendo sido os atores principais do regime oligárquico anterior.

Entre um sistema político como era a Primeira República, e o Governo Provisório comandado por Vargas, no primeiro ainda havia suspiros nos mecanismos democráticos, por mais fraudulento que fosse o processo eleitoral. Portanto, é importante frisar este ponto da análise, a não desfiguração das ideias que os democráticos detinham antes, durante e após o período revolucionário; mas sim a descaracterização a qual Vargas propôs aos destinos da Aliança Liberal.

Em relação a adoção de um discurso mais regional e patriótico por São Paulo pelos democráticos, bradando as qualidades e riquezas produzidas pelos paulistas, proclamando a ocupação dos revolucionários no Estado, e a "invasão" do governo federal, entende-se como uma forma de propaganda e mobilização mais eficaz para a população em geral.

Os ânimos se tornam acirrados quando são colocados em pauta questões como nacionalidade, região, ainda mais quando o sentimento de dominação é construído por um "estrangeiro" ao território, como ocorreu com a interventoria de João Alberto, entre outros. Credita-se a esse fato o surgimento do discurso do povo paulista, do *tudo por São Paulo*⁴⁴, inflamando um sentimento já histórico na população paulista, de ser um povo independente.

4.3 O último suspiro regionalista

Com o término do ano de 1931, há um estreitamento das forças políticas paulistas, antes em lados distintos, formando uma Frente Única no Estado, algo inédito na política de São Paulo desde o surgimento do Partido Democrático como lado oposicionista. A troca de interventores é um fator constante, não conseguindo o governo provisório de Vargas firmar um nome de agrado para com os democráticos.

⁴⁴ Ver Queiroz (1992).

A figura de João Alberto ainda tem peso nas escolhas da política paulista, representando assim o grupo dos tenentes. Há a tentativa de Vargas em nomear atores ligados as condições pedidas pelos democráticos, civil e paulista, mas com a somatória dos fatos ocorridos anteriormente a essa decisão, torna-se inútil esse movimento.

Assim, o ano de 1932 inicia-se com uma temperatura elevada, que só faz acirrar a animosidade entre os democráticos e os favoráveis a Vargas na disputa pelo poder do Estado de São Paulo. Na data de 13 de janeiro ocorre o rompimento definitivo entre os democráticos e o Governo Provisório de Getúlio Vargas, com um manifesto publicado na primeira página do Diário Nacional. Logo após esta manifestação, há o ressurgimento do PRP como movimento político em 19 de janeiro; por fim, em 16 de fevereiro, ocorre a formação da Frente Única Paulista.

Precavendo-se das movimentações de seus opositores, Vargas apressa a conclusão do Código Eleitoral, redigido pelo Decreto nº 21.076 de 24 de fevereiro de 1932, com inovações importantes. Cabe aqui então, analisar ambos os manifestos dos partidos e a contra resposta do Governo Provisório; e o efeito que esse encadeamento de ações foi exercido sobre a situação política brasileira da época.

Pela ordem cronológica dos acontecimentos, pode-se ver primeiramente a manifestação contra o Governo Provisório partindo dos democráticos, já no início de 1932. As reivindicações podem ser resumidas em dez pontos essenciais⁴⁵:

- (1)** Culpa o não cumprimento da promessa de um interventor paulista, inclusive a falta de compromisso que Vargas teve com Morato.
- (2)** Apela para uma visão grandiosa da história paulista, na qual os outros Estados possuem inveja da riqueza e do progresso bandeirante.
- (3)** Explicita o caráter nacional do partido, desde sua formação até a atuação na Câmara Federal.
- (4)** Mostra a luta do partido contra as oligarquias, antes mesmo da criação da Aliança Liberal.
- (5)** Critica o encaminhamento da economia em geral desde os tempos de Júlio Prestes.
- (6)** Falta de nomes paulistas nos mais altos cargos da ditadura.

⁴⁵ Disponível em :
<<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=213829&PagFis=14348>>

- (7) As críticas desferidas buscam mais acertar o nome do interventor João Alberto do que Getúlio Vargas.
- (8) Constitucionalização para atender aos princípios da Revolução.
- (9) Relembrem a Primeira República como um período não constitucional que se rebelaram, do mesmo modo que farão com o Governo Provisório.
- (10) E por fim, uma pequena passagem no qual discute o problema da divisão territorial/política entre o norte tenentista e o sul dividido entre forças distintas, temendo uma possível fragmentação.

Após a leitura de todo o manifesto democrático, percebe-se já no primeiro momento que as críticas não são efetuadas diretamente ao Chefe do Governo Provisório, Getúlio Vargas, e sim mais direcionadas ainda para o ex interventor João Alberto. A presença tenentista deste na sociedade paulista, ainda influenciando a política em São Paulo incomodava os democráticos, mesmo este tendo saído do cargo de interventor em julho de 1931.

Correlacionado a esse ponto, observa-se o ressentimento do PD frente as promessas de Vargas as quais não foram cumpridas, como a entrega do cargo de governador de São Paulo para Francisco Morato; e o esgotamento total com o Governo Provisório se evidencia pela falta de nomes paulistas nos cargos mais importantes do país.

É lembrado as atuações do Partido Democrático anteriormente a revolução, no âmbito da Primeira República, intitulado-se como uma agremiação combativa às oligarquias republicanas hegemônicas no antigo sistema. Inclusive demonstra o caráter inovador de sua política ao tentar criar um partido nacional antes mesmo de existir a Aliança Liberal, para arregimentar as insatisfações de outras regiões do país.

Neste ponto se vê uma certa provocação a Getúlio Vargas, afirmando o caráter oposicionista dos democráticos antes de mineiros, gaúchos e paraibanos formarem a Aliança Liberal; ou seja, acusa de certa forma Vargas de ser um antigo oligarca, que apenas mudou de posição, mas não das convicções anti-democráticas compartilhada pelos republicanos.

No último bloco de afirmações, vem as reivindicações por um governo constitucional e autônomo para São Paulo e o Brasil. Como este é o principal motivo do manifesto, buscam voltar na história recente novamente para acusar a Primeira

República. Por ter sido um sistema não constitucional e anti-democrático, os democráticos se rebelaram firmemente através de uma oposição sistemática até a concretização da revolução, e não deixariam incorrer nestes métodos outra vez se fosse preciso. Assim, há um temor quanto a estabilidade regional do país, pois enquanto o norte era governado estritamente por tenentes fiéis a Getúlio Vargas, o sul passava por momentos de instabilidade política, como em São Paulo e no próprio reduto de Vargas, o Rio Grande do Sul.

Observando as causas do rompimento com o governo de Vargas segundo o manifesto dos democráticos, em sua grande maioria é refletido uma insatisfação política com a atuação do encaminhamento da situação de quem assumiria a interventoria paulista. Anexo a este fato, mostra a descaracterização que o Governo Provisório provocou nas propostas iniciais as quais a Aliança Liberal havia firmado, transformando os caminhos da revolução de um sistema mais democrático, para uma ditadura. As reivindicações aclamadas pelos democráticos são diferentes das indicadas pelos perrepistas, no qual ambos concordam exclusivamente com a constitucionalização do país, como se verá a seguir.

Poucos dias após o Partido Democrático ter se manifestado na capa do Diário Nacional de 15 de janeiro, o Partido Republicano Paulista rompe o silêncio a qual estava desde que foi retirado pela força do poder tanto da Presidência da República quanto do governo do Estado de São Paulo. Como o manifesto do PD, o PRP lança seu protesto na Folha da Noite (FN)⁴⁶, pois seu jornal oficial havia sido empastelado durante a revolução. Resumindo as proposições perrepistas, obteve-se nove pontos:

- (1)** Inicia o manifesto acusando a revolução de terminar um regime constitucional, acabando com a atividade política brasileira pela força.
- (2)** O discurso da ordem se faz presente, lembrando o tempo enquanto o PRP ainda era um pequeno partido oposicionista na monarquia.
- (3)** Mostra-se como o construtor da democracia no Estado de São Paulo, ao mesmo tempo que trouxe o progresso nos 40 anos governando os paulistas
- (4)** Elogia a capacidade paulista, e que só é possível uma sociedade se desenvolver através de grandes líderes políticos, como foram os perrepistas.
- (5)** Governou tanto São Paulo como o Brasil igualmente.
- (6)** Defensor da ordem civil e da lei, o que levava ao progresso da nação.

⁴⁶ Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fdn/1932/01/19/1/>>

- (7) Invoca um caráter estritamente nacional para os governos presidenciais, sempre defendendo interesses nacionais ao invés de contendas regionais.
- (8) Com a revolução, a ordem política foi alterada discricionariamente.
- (9) É necessária a mudança de um regime ditatorial, para um constitucional, republicano e federativo.

A distinção na redação dos dois manifestos é de fácil percepção. Ainda se faz sentir nos dois partidos paulistas suas ideias de antes do período revolucionário encabeçado por Vargas. A forma como combatem o Governo Provisório se faz de modo distinto, mas o principal conteúdo é o mesmo, a constitucionalização do país.

O PRP busca resgatar um modo antigo de se fazer política, retornando o seu passado anterior a Primeira República, no período monárquico, como defensor da ordem e do progresso, que só podem ser erigidos através da democracia. Faz críticas a como a revolução trouxe ao Brasil um governo discricionário, que apesar de ser ditatorial não consegue estabelecer uma ordem na sociedade brasileira.

A palavra ordem está no cerne do documento perrepista, alegando o caos ao qual a sociedade paulista e brasileira estava passando naquele momento. Com os 40 anos de governos perrepistas, pelo contrário, São Paulo atingiu um crescimento vertiginoso, se tornando no Estado mais rico da nação.

Aqui existe um auto elogio as administrações perrepistas, mas também incumbe em créditos ao povo paulista por ter uma capacidade de transformação da vida social e pujança econômica diferenciada dos demais. Existe o esforço dos perrepistas em nacionalizar seu período nos maiores cargos políticos brasileiros, representando assim dignamente não só os interesses de São Paulo, mas também os do Brasil.

No conteúdo, ambos os documentos defendem as realizações e lutas pelas quais as agremiações partidárias perpassaram ao longo do período de suas existências. Vê-se fundamentalmente um discurso não de união de interesses plenos, mas o reconhecimento da grandiosidade da construção da sociedade paulista e a necessidade desta sociedade se auto governar.

Mais uma vez, o caráter econômico da administração do Governo Provisório não é o alvo de ataque principal por parte tanto dos perrepistas, quanto dos democráticos. Por ser o café o principal produto ligado as lideranças dos dois partidos, nota-se que a política implementada por Vargas neste quesito não traz

maiores prejuízos a seus pares, apesar de obviamente ocorrer algumas críticas por parte de certos setores.

Com isso, em 17 de fevereiro de 1932, na capa do Diário Nacional, é formada a Frente Única Paulista⁴⁷, a união das duas maiores forças políticas de São Paulo. Os dois pontos essenciais do manifesto são:

- (1) União entre os dois partidos pela reconstitucionalização do Brasil e pela autonomia do Estado de São Paulo.
- (2) Aliança pontual, que quando concretizada as duas proposições acima, seria automaticamente desfeita.

O que chama atenção neste curto manifesto, é justamente o caráter pontual da aliança entre os dois partidos que em pouco tempo de convivência já criaram um alto nível de competitividade política pelo poder de São Paulo. É nesta aliança de curto período de tempo, que durou até a eleição dos representantes para a Assembleia Nacional Constituinte de 1933, que está a origem da transição realmente do poder dos perrepistas para os democráticos em São Paulo.

O Partido Democrático consegue finalmente chegar ao governo do Estado apenas em 1933, com a interventoria de Armando Salles de Oliveira; e em 1934⁴⁸ se transforma no Partido Constitucionalista (PC), trazendo para si vários atores tanto do PD como do PRP.

Como se pode observar, os fatos históricos posteriores a análise pretendida pela pesquisa comprovam o caráter pontual da aliança efetuada entre as duas agremiações políticas paulistas. Com a Frente Única Paulista formada, a situação do Governo Provisório de Vargas se complica, aumentando as instabilidades regionais, as quais foram evidenciadas pelo próprio manifesto democrático.

Os gaúchos se afastam do Governo Provisório, formando também uma Frente Única, e se aproximam dos paulistas para através de uma revolta armada retirar Vargas do poder. Porém, nos últimos instantes antes da rebelião, as forças políticas gaúchas voltam atrás e ficam ao lado do Governo Provisório (CASTRO, 1980, p.52). A elite política mineira se mantém fiel a Vargas, o apoiando em uma possível revolução armada (CARONE, 1982, p.308).

⁴⁷ Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=213829&PagFis=14564>>

⁴⁸ Para melhor visualização deste panorama histórico e transição política que ultrapassa o marco da pesquisa, ver Codato (2010, p. 291-5).

Com o período atribulado e instável politicamente do Governo Provisório nestes dois anos comandando a nação, houve motivos mais do que claros para a tentativa de um novo rompimento institucional no Brasil pela força das armas. Diferentemente do final do primeiro período republicano, a Revolução de 1932 é vencida pela federação sobre os constitucionalistas.

Apesar de possuir grande apelo na sociedade paulista o ideal constitucional, o arranjo das forças políticas brasileiras já se faziam de modo distinto ao encontrado na Primeira República; isto facilitou a vitória militar, dado que os paulistas ficaram isolados para enfrentar o Exército federal aliado do Governo Provisório.

Houve a derrota dos constitucionalistas militarmente, mas saíram fortalecidos politicamente com a instauração cinco meses depois da Assembleia Constituinte, possibilitando um rearranjo do poder no Brasil. Através do Código Eleitoral de 1932 e da Constituição de 1934, finalmente foi possível enterrar o modo arcaico da política praticada na Primeira República, legitimando o governo de Vargas, e diminuindo as tensões regionalistas. A Revolução de 1932, portanto, deve ser considerada um marco na historiografia brasileira devido a esta importância na transição política.

4.4 Resumo da seção

Nesta seção, tratou-se de mostrar a vida política paulista após a Revolução de 1930, e as interações ao qual estavam envolvidas atores como Getúlio Vargas e as lideranças tenentistas e democráticas na construção da política brasileira e principalmente paulista no início da década de 1930. Coube ressaltar em maior grau de análise a presença do Partido Democrático no bojo de uma revolução que auxiliou a construir, mas não conseguiu desfrutar das benesses políticas da mesma. Com a administração de São Paulo em mãos "estrangeiras" e, ainda pior, tenentistas, há um mal estar na elite política paulista, acostumada a ditar os rumos de seu próprio Estado.

Vargas busca centralizar as ações administrativas e políticas no governo federal. Ao mesmo tempo que possui um grande apoio no norte do país, Vargas tenta neutralizar principalmente as forças políticas de São Paulo. O PRP foi automaticamente tirado do poder através da revolução, e seus líderes ou foram

presos ou exilados do país; a sede do partido e seu jornal oficial, Correio Paulistano, foram destruídos por levantes populares.

Com isso, a máquina perrepista havia sido neutralizada. Sobrava então, o Partido Democrático, teoricamente um aliado da revolução. Representava porém temores em Vargas, na possibilidade de os democráticos se tornarem uma nova oligarquia caso assumissem o poder em São Paulo. Assim, favorece economicamente os produtores de café, acalmando a elite cafeeira, em grande parte ligada aos democráticos.

Contudo, politicamente a tentativa da criação das Legiões Revolucionárias que posteriormente virariam um partido nacional com viés tenentista, incomodam o único partido político em atividade em São Paulo, o PD. As atitudes de João Alberto, interventor paulista e um dos líderes da Legião junto com Miguel Costa, de aprofundar a influência tenentista em São Paulo desagradam os democráticos. Estes pedem um interventor paulista e civil, e a partir daí apenas se afastam cada vez mais do Governo Provisório de Vargas.

Com a necessidade da força militar ainda para se manter estável, dado que seu governo surgiu a partir de uma revolução, Vargas fica mais próximo dos tenentes, irritando os democráticos. Estes rompem com o Governo Provisório. O PRP volta a ativa, e junto com o PD formam a Frente Única Paulista, buscando a constitucionalização do Brasil e a autonomia do Estado de São Paulo.

A situação torna-se insustentável no ano de 1932, estourando enfim a Revolução Constitucionalista, na qual São Paulo se vê isolada na luta contra o governo federal. A derrota militar é inevitável, porém politicamente os constitucionalistas paulistas conseguem seus objetivos, e é marcada as eleições para a Assembleia Nacional Constituinte de 1933.

Considerações finais

Após a construção da pesquisa, cabe neste estágio do estudo, trazer as conclusões derivadas de toda a análise proposta até aqui. Cada etapa desta pesquisa foi importante para se montar a realidade vivida pelos atores na época de suas ações. Assim, o estudo se dividiu em quatro partes, considerando o processo introdutório, que priorizou as questões teóricas e a metodologia utilizada para a pesquisa.

Procurou-se reorganizar a vida social brasileira na década de 1920 na seção um, avaliando o surgimento de movimentos importantes como o tenentismo, a oposição democrática em São Paulo, a união entre os partidos políticos no Rio Grande do Sul e a importância da imigração e a relação que esta teve com o café em solo paulista. Tudo isso para entender como foi possível se formar a atmosfera vivida pelo período eleitoral de 1930, e da revolução ocorrida com o fim do regime republicano.

O foco na sociedade paulista de 1920, diferenciada em relação as outras unidades da federação, como explicitada no estudo, se fez necessário para se entender como foi possível que o Partido Republicano Paulista, com total domínio da política em São Paulo, tivesse perdido, em uma década, este seu domínio.

Na realidade, ao não acompanhar as mudanças institucionais no interior do Estado, e continuar fazendo uma política engessada com pensamentos ainda na luta contra o Império, o PRP teve sua sólida hegemonia na política paulista abalada. O manifesto do PRP em pleno Governo Provisório de Vargas denota ainda a não percepção de mudança pela qual a sociedade brasileira estava passando. Com o Código Eleitoral de 1932, essa situação fica mais evidente, com os perrepistas perdendo de vez o domínio político do Estado para os democráticos transformados em constitucionalistas.

São Paulo, como unidade política e econômica, teve em seu interior o desenvolvimento de duas formas distintas de modelo social. Ao mesmo tempo que no interior de seu território, no Velho Oeste triunfou a atividade cafeeira baseada na mão-de-obra escrava, as novas frentes econômicas do Estado já buscavam se modernizar, adotando o trabalho livre baseado na vinda dos imigrantes. Essa contradição entre formas sociais de produção distintas transformou a sociedade

paulista, principalmente nos anos de 1920, quando as pequenas propriedades dos imigrantes começaram a finalmente produzir mercadorias.

Assim, é rompida a tríade de características que possibilitaram o domínio político perrepista por quarenta anos no Estado. Na área econômica, o café se tornou o principal produto paulista, gerando a riqueza necessária para o Estado se transformar no mais rico do país e liderar junto com Minas Gerais o federalismo hegemônico brasileiro.

Esse domínio econômico permitiu uma capilaridade política do PRP em todo Estado, comandando a política de São Paulo no período republicano. Completando esse triângulo, surge uma sociedade dinâmica em torno da atividade do café, principalmente pelo trabalho livre. Pode-se dizer que este trabalho livre era em um sistema de colonato, sim; mas em oposição a outras formas de trabalho, parte dos ganhos ficavam com os imigrantes, revertendo esses lucros na sua própria produção.

É justamente neste ponto a grande transformação vivida na sociedade paulista da época, não ocorrendo de forma similar a nenhuma das outras regiões do Brasil. O domínio do PRP funciona muito bem até o momento chave de sua cisão interna, na década de 1920, permitindo assim a criação de uma força oposicionista no Estado, o Partido Democrático.

O desenvolvimento da sociedade paulista, devido em muito ao trabalho dos imigrantes, dá margem a uma alteração nas relações sociais dentro do Estado, enfraquecendo a manobra perrepista de continuar como única força política em São Paulo. Com duas agremiações políticas disputando o poder do Estado, o PRP perde o privilégio no processo político-eleitoral, afetando ainda mais sua hegemonia. Dividindo um dos dois maiores Estados em importância política, econômica e social para o federalismo hegemônico, essa instituição sofre um abalo em uma de suas principais sustentações, ficando vulnerável a ataques.

Antes de aprofundar esse argumento, é interessante voltar ao proposto pela primeira hipótese deste estudo. A hipótese sinteticamente reproduz o distanciamento do poder político do PRP pela modificação da importância econômica do café para a indústria. Na realidade, esta hipótese por ser validade pela metade. No período de 1920-30, a indústria paulista ainda estava em seu estágio embrionário, apesar de ser a maior do país. Não foi uma aproximação entre a política paulista e a indústria

um dos motivos da transformação em São Paulo. A diversificação econômica ocorreu na essência da produção cafeeira, possibilitando entrar em cena novos atores na disputa social. Como prova disso, é a própria cisão ocorrida no PRP, gerando o PD.

Não há o descolamento do café com a política; o café ainda era o principal produto do Estado. O que incomodava certos setores paulistas era a não possibilidade da entrada na máquina administrativa do Estado, não podendo assim influenciar as medidas de políticas estatais, afetando toda a sociedade paulista.

Esse sistema fechado, rígido, não permitia o aparecimento de oposições ao *status quo*, e quando estas surgiam, por não conseguir cooptá-las para a renovação do quadro tanto partidário como social, provocava reverberações na estrutura institucional.

A este fato, pode-se somar também as disputas serem calcadas em torno de interesses fortemente regionais, suprimindo o caráter de unidade ao qual um partido com características nacionais conseguiria amortecer disputas diversas. Neste arranjo político brasileiro, o federalismo não detinha como fim a busca pela união dos Estados para combater por exemplo inimigos externos, como ocorreu com o federalismo americano. Aqui, buscava-se exclusivamente a autonomia em contraposição a um centralismo sufocante do Império.

Na seção 2, procurou-se aprofundar na análise das escolhas feitas pelos atores principais da pesquisa, Washington Luís e Getúlio Vargas, antes de deflagrado o período revolucionário. Ao debater mais detalhadamente a questão acerca da atividade pré eleitoral na Primeira República, percebe-se a importância da oposição em um regime oligárquico. Mesmo possuindo diversas dificuldades para competir em igualdade com as máquinas políticas oficiais, as oposições mobilizavam seus eleitores, minando aos poucos a hegemonia dos partidos republicanos.

No mandato presidencial de Washington Luís, houve uma reforma constitucional que alterou as disposições do cargo de Presidente da República, dando mais autonomia e poder para o Catete frente ao poderio estatal. O Congresso Nacional, era uma instituição fundamental para as práticas clientelísticas praticadas pela bancada mineira, a maior da Casa. Com o término da campanha presidencial de 1930, Washington Luís usou de suas novas prerrogativas presidenciais, e em

apoio com os deputados eleitos favoráveis a seu governo, degolou metade da bancada mineira de deputados.

Esta atitude causou grande irritação por parte dos mineiros, pois além de perderem seu já tradicional comando das Câmaras dos Deputados, perderiam seu poder de barganha de interesses com Estados menores. Sem o poder político, os mineiros se reduziam a mais um Estado no arranjo federativo brasileiro. O crescimento demográfico de São Paulo, reivindicando uma recontagem do número de deputados por Estado também preocupou os mineiros, ameaçando ainda mais seu domínio no legislativo.

A degola dos deputados mineiros efetuada por Washington Luís, foi o segundo abalo institucional sofrido pelo então presidente. Essa ação do presidente visando repudiar a atitude dos mineiros que apoiavam a candidatura de Getúlio Vargas, interferiu na autonomia de um Estado de mesma força política de São Paulo. Houve em paralelo a tentativa de intervir nas eleições para presidente de Minas Gerais, ocasionando no distanciamento total dos mineiros em relação aos paulistas, e os empurrando para as conspirações revolucionárias com os gaúchos.

Os gaúchos, unificados em torno do nome de Getúlio Vargas, beneficiaram-se do vácuo institucional provocado pelo rompimento da relação entre mineiros e paulistas, e com a ajuda militar das Forças Armadas, conseguiram conquistar o poder através de uma revolução civil-militar. Ao tentar se precaver da possível debandada do PRM, caso a escolha de Washington Luís para sua sucessão fosse de um paulista, o presidente se aproximou dos gaúchos.

Como um força emergente, porém sempre neutra nas disputas eleitorais, Washington Luís tentou antecipar a sua desavença com os mineiros se resguardando com uma posição favorável ao Rio Grande do Sul. Agradando o governo de Vargas, pensava ter resolvido esta questão, tranquilizando-se para a transição de seu governo para as mãos de Júlio Prestes. Na realidade, esta aliança informal não se sustenta, e os gaúchos se comprometem com a candidatura Vargas, com apoio dos mineiros e paraibanos.

Voltando a análise para o Estado de São Paulo, observa-se a perda da sustentação de apoio ao governo federal quando este, seguindo as diretrizes propostas por Washington Luís por seu plano financeiro, não socorre a elite cafeeira. Somando-se a situação já desfavorável com uma oposição organizada dentro do

Estado apoiando a candidatura Vargas, se vê a perda do apoio econômico da elite cafeeira; em conjunto, a Força Pública, criada para defender os interesses desta elite do café, não se compromete na defesa do governo tanto federal quanto estadual, estando a corporação dividida entre legalistas e revolucionários desde a revolta de 1924.

É neste ponto que podemos verificar a plausibilidade da segunda hipótese proposta no início desta pesquisa. A economia cafeeira ainda era de fundamental importância para a manutenção de qualquer sistema político erigido no Brasil naquele momento histórico. Ao contrário do afirmado na hipótese, o surgimento dos interventores no comando da política em São Paulo não se deve ao afastamento do café da política. Como se pode verificar, o próprio Getúlio Vargas compreende a importância do café no jogo institucional e o apoio desta elite ao atender os pedidos de intervenção estatal negados pelo governo de Washington Luís.

Não utilizar essa prerrogativa foi justamente um dos suicídios políticos efetuados pelo presidente deposto. Em relação ao problema das interventorias, esse sistema foi utilizado por Vargas pois este possuía grande receio ao que simbolizava a política paulista, não confiando mesmo nos democráticos, participantes da Aliança Liberal. Em conjunto a este ponto, porque Vargas ainda dependia das forças militares dos tenentes para se manter no cargo, devido a tamanha instabilidade intensa pós-revolução.

Com a deflagração da Revolução de 1930, há ainda a última hipótese proposta no trabalho que ainda não foi discutida nesta seção. Aproveitando a discussão anterior a respeito da economia cafeeira, surge esta hipótese como variável explicativa para a apatia militar dos paulistas em tentar defender o Estado.

Contrário ao período posterior, precisamente em 1932, em que os paulistas pegaram em armas para defender e reivindicar mais autonomia para os entes federados e a volta de um regime constitucional. Cumpre-se notar, entretanto, a diversidade cultural existente no Estado de São Paulo devido exclusivamente ao surto imigracional necessário para a mão de obra no cultivo do café.

Porém, culpar a desmobilização militar paulista pelo fator imigratório, desta população não possuir raízes firmes para defender o território paulista necessita de maiores estudos sociológicos para corroborar ou não esta hipótese. O que realmente pode-se notar, é a diferenciação no interior da sociedade paulista, como

já afirmado anteriormente. Esta transição de modelos distintos, de um pré capitalista para outro visando o lucro através da racionalização do trabalho, da pequena propriedade e do aumento da poupança para poder efetuar os investimentos, acusa a necessidade de novos tempos também ecoados na política.

Assim, a defesa de um regime político privilegiando as oligarquias e os grandes proprietários de terras intimamente ligados com determinados setores da economia paulista, prejudica a evolução de um sistema de mercado voltado para atividades capitalistas modernas. Dessa forma, não existe motivos suficientes para a defesa deste regime, desconexo com a sociedade paulista em geral naquele período. Esse cenário está em contraposição ao fenômeno ocorrido em 1932, no qual foi mobilizado todos os estratos em São Paulo para a reconfiguração do pacto constitucional no Brasil e a devolução da autonomia para os Estados.

Portanto, a seção 3 do estudo privilegiou a observação dos atores principalmente na sociedade paulista, como os democráticos, perrepeistas, tenentes, no período pós-revolucionário. Nesta configuração que estava se construindo, não havia ainda um modelo institucional claro e estratificado, tendo o Governo Provisório liderado por Vargas lidar com dois projetos de poder distintos a serem implementados.

Os tenentes, sustentáculo militar da revolução, preconizavam maior centralização e "limpeza" da política das práticas oligárquicas ocorridas na Primeira República, apoiando o caráter mais autoritário executado por Vargas logo no início de sua administração. Do outro lado, os democráticos estavam preocupados em conseguir finalmente o governo do Estado de São Paulo, negado por Vargas. Sem sua autonomia tradicional, os paulistas representados pelos democráticos e pelo ressurgimento do PRP, se revoltam contra a União e os interventores tenentistas, promovendo uma nova revolução em busca de um governo constitucional.

É importante observar neste período do Governo Provisório a seguinte questão; mesmo um governo centralizador com tendências autoritárias, com amplo apoio na sua implementação através das manifestações populares, sofre instabilidades políticas se não institucionalizado. Faltou para Vargas conseguir lidar com todas as insatisfações na sociedade paulista, seja dos tenentes, querendo o avanço cada vez maior da centralização política, seja dos democráticos, almejando o poder no Estado.

Com a máquina perrepista desfeita em São Paulo, e sendo esta o caráter de coesão interna na política paulista, ocorre uma diversificação de interesses, principalmente representados por democráticos e tenentes. Por ser dois ideais contraditórios, Vargas se escora nos tenentes devido sua capacidade militar caso ocorra rebeliões, e exclui os democráticos do centro do poder. Assim, como não se tem canais por meio da política para expressar suas insatisfações, e por ainda não existir uma coesão interna dentro do próprio governo liderado por Vargas, há uma união entre as agremiações paulistas para a luta militar contra o governo federal.

Referências

AMARAL, Leônidas, **Os pródomos da campanha presidencial - As cartas e os primeiros discursos**, São Paulo, 1929, 650p.

AMARAL, Rubens, **A campanha liberal**, Sociedade Imprensa Paulista, 1930.

ANDRADE, Manuel Correia de, Os anos trinta no Brasil, **Revista de História da USP**, São Paulo, nº 106, p.407-458, 2º TRIMESTRE DE 1976, Disponível em: <<http://revhistoria.usp.br/images/stories/revistas/106/a06n106.pdf>> Acesso: 15/02/2014.

ARON, Raymond, **Estudos Sociológicos**, Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1991.

BEIGUELMAN, Paula, A propósito de uma interpretação da história da República, **Revista Civilização Brasileira**, nº9/10, setembro/novembro, 1966.

BORGES, Vavy Pacheco, **Getúlio Vargas e a oligarquia paulista**, São Paulo: Editora Brasiliense, 1979, 260p.

CAMMACK, Paul, O 'Coronelismo' e o 'Compromisso Coronelista': Uma Crítica. **Cadernos do Departamento de Ciência Política**, Belo Horizonte, nº 5, p. 1-20, 1979.

CANO, Wilson, Da Década de 1920 à de 1930: Transição rumo à Crise e à Industrialização no Brasil, **Revista EconomiA**, Brasília(DF), v.13, nº.3b, p.897-916, setembro/dezembro, 2012. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/revista/vol13/vol13n3bp897_916.pdf> Acesso em: 16/03/2013.

CARONE, Edgard, **A primeira República**, São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1969, 303p.

_____, Edgard, **A República Velha II - Evolução Política (1889-1930)**, São Paulo, 4ª Edição, 1983, 508p.

_____, Edgard, **A República Nova (1930-1937)**, São Paulo: DIFEL, 1982.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual, **Revista Dados**, Rio de Janeiro, v. 40, nº 2, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581997000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10/03/2013.

CASALECCHI, José Ênio, **O Partido Republicano Paulista (1889-1926)**, São Paulo: Editora Brasiliense, 1987, 325p.

CASTRO, Maria Helena de Magalhães, O Rio Grande do Sul no pós-30: de protagonista a coadjuvante *in* **REGIONALISMO e centralização política: partidos e constituinte nos anos 30/** Coordenação Ângela de Castro Gomes [et al]. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. 501p.

CASTRO, Sertório de, **A República que a Revolução destruiu**, Brasília, Editora da UnB, 1982.

CHEIBUB, José Antonio; FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando. Partidos políticos e governadores como determinantes do comportamento legislativo na câmara

dos deputados, 1988-2006. **Revista Dados**, Rio de Janeiro , v. 52, nº 2, Junho de 2009 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582009000200001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 09/05/2014

COHEN, Ilka Stern, A Vida Política paulista nas décadas de 1920 e 1930: as revoluções de 1924 e 1932 *in* ODALIA, Nilo; CALDEIRA, João Ricardo de Castro (org.), **História do Estado de São Paulo - A Formação da Unidade Paulista, Volume II, República**, Editora UNESP: São Paulo, 1ª ed., 2010, 684p.

CONNIFF, Michael, **Urban politics in Brazil: the raise of populism, 1925-1945**, Pittsburg, University of Pittsburg Press, 1981.

CUNHA, Mario Wagner Vieira da, *apud* SCHWARTZMAN, Simon. Representação e Cooptação Política no Brasil. **Revista Dados**, Rio de Janeiro, nº 7, p. 33-34, 1970.

D'ARAUJO, Maria Celina (org.), **Getúlio Vargas** — Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011. 793 p. — (Série perfis parlamentares; n. 62).

DEAN, Warren, **A Industrialização de São Paulo (1880-1945)**, São Paulo: Difusão Européia do Livro/EDUSP, 1971.

DEBES, Célio, **Júlio Prestes e a Primeira República**, São Paulo: Imprensa Oficial: Arquivo do Estado, 1982, 213p.

_____, Célio, A "justiça revolucionária" criada em 1930, **Revista da Academia Paulista de Letras**, São Paulo, nº 115, dezembro de 2001, p. 17-43.

_____, Célio, **Washington Luís 1925-1930**, São Paulo: Imprensa Oficial, 2002.

FAORO, Raymundo, 1925-2003. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**, 6ª edição. Porto Alegre: Globo, 1984. v.1. 397 p.

_____, Raymundo, 1925-2003. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**, 4ª edição Porto Alegre: Globo, 1977. v.2. 399-750 p.

FAUSTO, Boris, A Revolução de 1930, **Caderno CEBRAP 10 - Pequenos Ensaios de História da República 1889-1945**, CEBRAP, São Paulo, 1972, Disponível em: <http://www.cebrap.org.br/v2/items/view/205> Acesso em: 10/01/2013.

_____, Boris, A Crise dos Anos Vinte, **Caderno CEBRAP 10 - Pequenos Ensaios de História da República 1889-1945**, CEBRAP, São Paulo, 1972.

_____, Boris, Pequenos ensaios de História da República. 1889-1945, **Caderno CEBRAP 10 - Pequenos Ensaios de História da República 1889-1945**, CEBRAP, São Paulo, 1972.

_____, Boris, **A Revolução de 1930**, São Paulo: Editora Brasiliense, 1970, 118p.

_____, Boris, Expansão do café e política cafeeira *in* **História Geral da Civilização Brasileira**, Tomo III: O Brasil Republicano, volume 8, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____, Boris, **História do Brasil**, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2ª Edição, 1995.

FERNANDES, Florestan, 1920-1995. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**, 2 edição, Rio de Janeiro: Zahar, 1976. 413 p.

FERNANDES, Heloisa Rodrigues, A Força Pública do Estado de São Paulo In: FAUSTO, Boris (Org.). **História Geral da Civilização Brasileira, Tomo III: O Brasil Republicano, volume 9**, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, p. 259 a 280.

FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. A Crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta, **CPDOC**, Rio de Janeiro, 2006. 26f. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/1593.pdf> Acesso em: 10/01/2013

_____, Marieta de Moraes, A Reação Republicana e a Crise Política dos anos 20, **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.6, nº 11, 1993, p.9-23. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1953/1092>> Acesso em: 10/01/2013

_____, Marieta de Moraes; GOMES, Ângela de Castro. Primeira República: Um balanço historiográfico, **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n.º 4, 1989, p. 244-280. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2287/1426> Acesso em: 10/01/2013

FERREIRA, Roberto, **Popper e os dilemas da sociologia**, São Paulo: Editora Annablume/FAPESP, 2008, 290p.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra, A gênese regional da Revolução de 1930, **Revista Estudos Econômicos**, São Paulo, v.29, n. 1, 1999, p.113-27. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/decon/publionline/textosprofessores/fonseca/REVOL30-REE.pdf> Acesso em: 15/02/2013

FONT, Maurício, Padrões de ação coletiva dos plantadores paulistas de café: 1932-1933 in SORJ, Bernardo; CARDOSO, Fernando Henrique; FONT, Mauricio (Org.), **Economia e movimentos sociais na América Latina**, Rio de Janeiro, 2008.

FRANCO, Celina do Amaral M.; OLIVEIRA, Lúcia Lippi de; HIME, Maria Aparecida Alves, O Contexto Político da Revolução de Trinta, **Revista Dados**, Rio de Janeiro, nº32, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1970, pp. 118-135.

FRANCO, Gustavo; LAGO, Luiz Aranha Correa, **A economia da República Velha, 1889-1930**, p.46-9, 2011.

FRITSCH, Winston, 1922: A Crise econômica, **Revista Estudos Histórico**, Rio de Janeiro, vol. 6, n.º 11, 1993, Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewFile/1947/1086> Acesso em: 10/01/2013

_____, Winston, Apogeu e Crise na Primeira República: 1900-1930 in ABREU, Marcelo de Paiva(org.), **A Ordem do progresso : cem anos de política econômica republicana, 1889-1989**, Rio de Janeiro: Editora Campus, 1990.

FURTADO, Celso, **Formação Econômica do Brasil**, Brasília: Editora UNB, 309p, 1963.

GERRING, John, **Social Science Methodology: Tasks, Strategys and Criteria**, Cambridge University Press, 2010.

GORTON, William, **Karl Popper and the Social Sciences**, State University of New York, 2006.

HOLANDA, Sergio Buarque de, **Raízes do Brasil**. 26ª edição, São Paulo: Companhia da Letras, 2004. 220 p.

JAGUARIBE, Hélio, **Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Político**, Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1962.

JÚNIOR, Ronaldo Herrlein, **Rio Grande do Sul 1889-1930: Um outro capitalismo no Brasil meridional?**, Campinas, 2000, 176p.

KUGELMAS, Eduardo, **Difícil Hegemonia - Um Estudo sobre São Paulo na Primeira República**, Tese Doutorado USP, 1986.

LEAL, Victor Nunes, **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. São Paulo: Alfa/Ômega, 1975.

LEITE, Aureliano, Causas e objetivos da Revolução de 1932, **Revista de História da USP**, São Paulo, nº 51, 3º Trimestre de 1962. Disponível em: <<http://revhistoria.usp.br/images/stories/revistas/051/A006N051.pdf>> Acesso em: 26/07/2013.

LEVI, Darrell E., **A família Prado**, Jose Eduardo Mendonça (Trad.). São Paulo: Cultura 70, 357p, 1977.

LIMA, Lourenço Moreira. **A coluna Prestes: marchas e combates**. 3ª edição, São Paulo: Alfa-Omega, 1979. 631 p. -- (Biblioteca Alfa-Omega de Ciências Sociais. Serie 1ª; v.8).

LIMA SOBRINHO, Barbosa, **A Verdade sobre a Revolução de Outubro de 1930**, São Paulo: Editora Alfa Omega, 1975.

LOVE, Joseph L., **A Locomotiva: São Paulo na federação brasileira 1889-1937**, Rio de Janeiro:Paz e Terra, 1982, 469p.

_____, Joseph L. O Rio Grande do Sul como fator de instabilidade na República Velha. In: FAUSTO, Boris (Org.). **História Geral da Civilização Brasileira, Tomo III: O Brasil Republicano, volume 8**, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p. 111-138.

_____, Joseph L.. **O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930**. [Rio Grande do Sul and brasilian regionalism, 1882-1930]. Adalberto Marson (Trad.). São Paulo: Perspectiva, 1975. 282p.

_____, Joseph, A república brasileira: federalismo e regionalismo (1889-1937) in MOTA, Carlos Guilherme (org.), **Viagem Incompleta - A Experiência Brasileira (1500-2000)**, 2ª edição, São Paulo, 2000.

KUHN, Fábio, **Breve historia do Rio Grande do Sul**, 2ª edição, Porto Alegre: Leitura XXI, 2004.

MAGEE, Bryan, **As Idéias de Popper** : Tradução de Leônidas Hegenberg e Octanny Silveira da Mota, São Paulo: Cultrix/Editora Da Universidade de São Paulo, 1974.

MAHONEY, James; GOERTZ, Gary, **A Tale of Two Cultures: Contrasting Quantitative and Qualitative Research**, Political Analysis, 2006.

MARTINS, José de Souza, **História Geral do Estado de São Paulo - Séc. XX 1ª metade**, São Paulo: Editora Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Coordenador geral Marco Antonio Villa, 2011.

MARTINS, Luciano, A revolução de 1930 e seu significado político *in* **A revolução de 1930: seminário realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas**, Rio de Janeiro: Editora UnB, 1980.

MOTTA SOBRINHO, Antonio Joaquim Alves de. **A civilização do café (1820-1920)**. 2ª edição São Paulo: Brasiliense, 1968. 184 p.

NETO, Lira, **Getúlio 1882-1932 - Dos anos de formação à conquista do poder**, São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____, Lira, **Getúlio 1930-1945 - Do governo provisório à ditadura do Estado Novo**, São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

NICOLAU, Jairo, **História do Voto no Brasil**, Editora Jorge Zahar, 2002, 79p.

NOGUEIRA FILHO, Paulo, **Ideais e lutas de um burguês progressista - O Partido Democrático e a Revolução Paulista, Vol. I e II**, São Paulo: Editora Anhembi, 1958.

ODALIA, Nilo, CALDEIRA; João Ricardo de Castro (org.), **História do Estado de São Paulo - A Formação da Unidade Paulista, Volume II, República**, São Paulo: Editora UNESP, 2010, 684p.

_____, Nilo, CALDEIRA; João Ricardo de Castro (org.), **História do Estado de São Paulo - A Formação da Unidade Paulista, Volume III, Governo e Municipalidade**, São Paulo : Editora UNESP, 2010, 302p.

PELAEZ, Carlos Manuel, Análise Econômica do Programa Brasileiro de Sustentação do Café - 1906-1945 - Teoria, Política e Medição, **Revista Brasileira de Economia**, v. 25, issue 4, 1971, p. 5-212.

PERISSINOTTO, Renato Monseff, **Estado e capital cafeeiro: Burocracia e interesse de classe na condução da política econômica (1889-1930)**, Campinas, 1997, 481p.

_____, Renato Monseff, Classes dominantes, Estados e os conflitos políticos na Primeira República em São Paulo. In: DELORENZO, Helena Carvalho; COSTA, Wilma Peres da, (Orgs.). **A década de vinte e as origens do Brasil moderno**. São Paulo: Edunesp, 1997.

_____, Renato Monseff, Estado, capital cafeeiro e política tributária na economia paulista exportadora, 1889-1930, **Latin American Research Review**, V. 36, Nº 1, 2001, p. 151-169.

_____, Renato Monseff, Tradição e modernidade no *state-building* paulista durante a Primeira República (1889-1930) in ODALIA, Nilo; CALDEIRA, João Ricardo de Castro (org.), **História do Estado de São Paulo - A Formação da Unidade Paulista, Volume II, República**, São Paulo: Editora UNESP, 2010, 684p.

PETRONE, Maria T. S., Imigração In: Fausto, B. (sob a dir.). in **História Geral da Civilização Brasileira**, Tomo III: O Brasil Republicano, volume 9, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 104-146, 2006.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. Classes médias urbanas: formação, natureza, intervenção na vida política. In: FAUSTO, Boris (Org.) **História Geral da Civilização Brasileira, Tomo III: O Brasil Republicano**, volume 9, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

POPPER, Karl, **A Lógica das Ciências Sociais**, Tradução: Estevão de Rezende Martins, Ápio Cláudio Muniz Acquarone Filho, Vilma de Oliveira Moraes e Silva, 3ª Edição, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

_____, Karl, **Conhecimento Objetivo: Uma Abordagem Evolucionária**, Tradução de Milton Amado. Belo Horizonte: Editora Itatiaia/ Editora Da Universidade de São Paulo, 1975.

_____, Karl, **A miséria do historicismo**, São Paulo: Editora Cultrix/ Editora USP. 1980.

_____, Karl, **Autobiografia Intelectual**, 2ª Ed, São Paulo: Editora Cultrix, 1986.

_____, Karl, **A Sociedade Aberta e seus Inimigos Vol I & II**, Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1974.

_____, Karl, **Models, Instrumentalists and Truth**, in *The Myth of Framework*, London: Routledge, 1994.

PRADO JUNIOR, Caio da Silva, **Formação do Brasil contemporâneo**, 17ª edição, São Paulo: Brasiliense, 1981.

PRADO, Maria Lígia Coelho, **A Democracia Ilustrada (O Partido Democrático de São Paulo, 1926-1934)**, São Paulo: Editora Ática, 1986.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de, **O Coronelismo numa Interpretação Sociológica**, in B. Fausto (org.), *História Geral da Civilização Brasileira*, Tomo III, volume 8, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p.172-212, 2006.

_____, Maria Isaura Pereira de, Ufanismo paulista vicissitudes de um imaginário, **Revista USP**, São Paulo, nº 13, p. 79-87; mar-abr-mai, 1992. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/25601/27343> Acesso em: 15/02/2014.

RAMOS, Guerreiro, **Crise do Poder no Brasil: Problemas da Revolução Nacional Brasileira**, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1961.

ROMANI, Carlo, **Antecipando a era Vargas: a Revolução Paulista de 1924 e a efetivação das práticas de controle político e social**, Topoi, v. 12, n. 23, jul.-dez. 2011, p. 161-178. Disponível em: http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/topoi23/topoi23_a09_antecipando_a_era_vargas.pdf Acesso em: 28/08/2013.

SAES, Décio Azevedo Marques, **O civilismo das camadas médias urbanas na Primeira República brasileira**, Campinas, 1971, 113p.

SAES, Flávio Azevedo Marques, O estado de São Paulo no século XX: Café, indústria, finanças na dinâmica da economia paulista *in* ODALIA, Nilo; CALDEIRA, João Ricardo de Castro (org.), **História do Estado de São Paulo - A Formação da Unidade Paulista, Volume II, República**, São Paulo: Editora UNESP, 2010, 684p.

SANTA ROSA, Virgínio, **O Sentido do Tenentismo - 2ª edição sob o título " Que foi o Tenentismo?"**, Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1963.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos, **Introdução ao estudo das contradições sociais no Brasil**, Rio de Janeiro: I.S.E.B., 1963.

SCANTIMBURGO, João, **Os Paulistas**, São Paulo: Imprensa Oficial, 2006.

SCHWARTZMAN, Simon, **São Paulo e o Estado Nacional**, São Paulo: DIFEL, 1975.

_____, Simon. Representação e Cooptação Política no Brasil, **Revista Dados**, nº 7, p. 9-41, 1970.

SILVA, Cesar Mucio, **Poder Político e Distribuição Orçamentária em São Paulo na Primeira República - 1890-1920**, Tese Doutorado UNESP, 2006.

SOARES, Glaucio Ary Dillon. **Sociedade e Política no Brasil: desenvolvimento, classe e política durante a segunda república**. Sao Paulo: DIFEL, 1973.

SODRÉ, Nelson Werneck, **Formação Histórica do Brasil**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 415p, 1979.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de **Estados e Partidos Políticos no Brasil (1930 a 1964)**, São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1976, 178p.

_____, Maria do Carmo Campello de, O Processo Político-Partidário na Primeira República *in* MOTA, Carlos Guilherme. **Brasil em Perspectiva**, São Paulo: Difel, 1977.

STAVENHAGEN, Rodolfo, **Between underdevelopment and revolution - A Latin American Perspective**, Editora Abhinav Publications, 1981.

SYLOS, Honório, **Júlio Prestes, o Estadista e o Intelectual**, São Paulo: Arquivo do Estado, 1982, 34p.

TRUZZI, Oswaldo; KERBAUY, Maria Teresa Miceli, Mobilidade e Política: Considerações sobre a Participação de Imigrantes e seus Descendentes em Cidades Médias do Interior Paulista. 23 a 27 de outubro de 2000, Petrópolis, Rio de Janeiro, **XXIV Encontro Anual Anpocs**, 2000. Disponível em: <

http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=4800&Itemid=357> Acesso em: 26/03/2013.

VASSELAI, Fabricio, **A Locomotiva silenciosa: o não predomínio da política paulista na democracia pós-1945**, Dissertação de Mestrado USP, São Paulo, 2011, 225p.

VILARDO, Franceschina, **A burguesia cafeeira paulista e a política econômica na Primeira República**, Campinas, 1986, 205p.

VIEIRA, Francisca Isabel Schurig, O pensamento político-administrativo e a política financeira de Washington Luís, **Revista de História USP**, São Paulo, nº41, 1º trimestre de 1960. Disponível em: <<http://revhistoria.usp.br/images/stories/revistas/041/A008N041.pdf>> Acesso: 23/09/2013

VILLA, Marco Antonio, **Breve História do Estado de São Paulo**, São Paulo: Editora Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010

VISCARDI, Claudia Maria Ribeiro, Elites políticas mineiras na Primeira República Brasileira: um levantamento prosopográfico, 1999, Curitiba: ABPHE, **Anais do III Congresso Brasileiro de História Econômica e IV Conferência Internacional de História de Empresas**, Disponível em < <http://cdn.fee.tche.br/jornadas/1/s11a2.pdf>> Acesso em: 21/01/2014

ZULINI, Jacqueline Porto, Estruturas e práticas eleitorais na Primeira República, 22 a 26/04/2013, **III Seminário Discente da Pós-Graduação em Ciência Política da USP**. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dcp/assets/docs/III_SD_2013/Mesa_11.3_-_Jaqueline_Zulini_III_SD_2013.pdf> Acesso em 10/01/2014.

WIRTH, John, Minas e a Nação. Um estudo de poder e dependência regional, 1889-1937 In: FAUSTO, Boris (Org.). **História Geral da Civilização Brasileira, Tomo III: O Brasil Republicano**, volume 8, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p. 84 a 111.

_____, John, **Minas Gerais na Federação Brasileira 1889-1937 - O fiel da balança**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

WOODARD, James, Regionalismo paulista e política partidária nos anos 20, **Revista de História USP**, nº 150 (1º - 2004), p. 41-56. Disponível em: < www.revistas.usp.br/revhistoria/article/download/18977/21040> Acesso em 28/06/2013.

_____, James, **A Place in Politics: São Paulo, Brazil, from Seigneurial Republicanism to Regionalist Revolt**, Duke University Press, 2009.

Publicações Oficiais:

BRASIL. **ANAI DA CÂMARA DOS DEPUTADOS 1826-1987**, Sessões de 24 a 29 de Setembro de 1928. Disponível em <http://imagem.camara.gov.br/pesquisa_diario_basica.asp> Acesso em 19/09/2013.

BRASIL. Decreto nº 19.398, de 12 de novembro de 1930, Institui o Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, e dá outras providencias, **Diário Oficial da União**, Seção 1, 12/11/1930, Página 20663. Disponível em:

<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19398-11-novembro-1930-517605-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 15/03/2014.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 24/02/1891**. Rio de Janeiro, 1891.

SÃO PAULO. **Constituição do Estado de São Paulo de 1891**, São Paulo, 1891.

SÃO PAULO, **Lei Nº 2.293**, de 19 de outubro de 1928 - Disponível em <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1928/lei-2293-19.10.1928.html>> Acesso em: 19/09/2013.

SÃO PAULO, Assembléia Legislativa. **Legislativo Paulista: Parlamentares, 1835-1998**/ Auro Augusto Caliman [coordenador]. São Paulo: Imprensa Oficial, 1998, 200p.

Websites:

BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL BRASIL - Disponível em <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>

Arquivos públicos e centros de pesquisas:

Brazilian Documents Government - Disponível em <<http://www.crl.edu/brazil>>

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - Disponível em <<http://www.arquivoestado.sp.gov.br>>

DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO DA PRIMEIRA REPÚBLICA - Disponível em <<http://cpdoc.fgv.br/dicionario-primeira-republica>>